

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
LINHA DE PESQUISA: TERRITÓRIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS

A ATUAÇÃO HISTÓRICA DO EXÉRCITO NA POLÍTICA NACIONAL
E A OBRA “GEOPOLÍTICA DO BRASIL”,
DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA:
IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E OBJETIVOS DE UM PROJETO DE PODER

ORIENTADOR: PROF. DR. SAMUEL KLAUCK

FOZ DO IGUAÇU – PR
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Seixas, Ivan Akselrud

A atuação histórica do exército na política nacional e a obra "Geopolítica do Brasil", do General Golbery do Couto e Silva: importância histórica e objetivos de um projeto de poder / Ivan Akselrud Seixas; orientador(a), Samuel Klauck, 2019.

109 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

1. Ditadura. 2. General Golbery. 3. Geopolítica. 4. Guerra Fria. I. Klauck, Samuel . II. Título.

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS

A ATUAÇÃO HISTÓRICA DO EXÉRCITO NA POLÍTICA NACIONAL
E A OBRA “GEOPOLÍTICA DO BRASIL”,
DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA:
IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E OBJETIVOS DE UM PROJETO DE PODER

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
- para obtenção do título de Mestre,
junto ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e
Fronteiras, na Linha de pesquisa:
Território, História e Memória, sob
orientação do Prof. Dr. Samuel Klauck

FOZ DO IGUAÇU – PR
2019

IVAN AKSELRUD DE SEIXAS

A ATUAÇÃO HISTÓRICA DO EXÉRCITO NA POLÍTICA NACIONAL E A OBRA “GEOPOLÍTICA DO BRASIL”, DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA: IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E OBJETIVOS DE UM PROJETO DE PODER

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em História e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Senso* em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Território, História e Memória da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Kherr Oliveira
Universidade Federal de Integração Latino Americana (Convidado)

Prof. Dr. Fernando José Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (da instituição)

Prof. Dr. Samuel Klauck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (da instituição)
Orientador

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2019.

Dedico este trabalho à todas aquelas pessoas que deram a vida e também a morte na luta contra a exploração capitalista e contra a opressão de todas as ditaduras no Brasil. Em especial, dedico ao Capitão Carlos Lamarca, que me ensinou a respeitar o inimigo e não subestimá-lo, ao meu pai Joaquim Alencar de Seixas, operário mecânico, que me ensinou a ter orgulho de pertencer à Classe Operária, e à minha mãe, a professora Fanny Akselrud de Seixas, que me deu a determinação para enfrentar o inimigo infinitamente mais poderoso, no momento mais difícil da minha vida, quando fui capturado e mantido preso pela ditadura militar (1964-1985). Por último, dedico ao meu Comandante Henrique, o operário Devanir José de Carvalho, do Movimento Revolucionário Tiradentes, que me deu exemplos irrefutáveis de orgulho em ser revolucionário e tentar mudar o mundo injusto em que vivemos.

Agradecimentos

Agradeço apaixonadamente à minha companheira Silvana Souza, que me incentivou a fazer o Mestrado após os sessenta anos de idade e me convenceu que era possível a minha adaptação ao universo da academia.

Agradeço humildemente ao meu orientador Prof. Dr. Samuel Klauck, que teve a paciência de não desistir de mim e não me deixar sucumbir à minha teimosia de quem não se sente parte do universo acadêmico.

Agradeço aos membros da banca examinadora Prof. Dr. Fernando José Martins e Lucas Kherr Oliveira por terem o cuidado de não me deixar frustrar com os tropeços na qualificação e me incentivaram a seguir com a dissertação.

Agradeço à Prof. Dra. Denise Moraes por me fazer ver a universidade como uma coisa mais leve e seguir em frente.

Agradeço à amiga Vânia Costa Valle, que me socorreu nos momentos de confusão com a documentação e prazos.

SEIXAS, Ivan A. A atuação histórica do exército na política nacional e a obra “Geopolítica do Brasil”, do General Golbery do Couto e Silva: importância histórica e objetivos de um projeto de poder. Dissertação. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo contribuir para compreender a natureza da participação do exército nacional na política brasileira, da proclamação da República até a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948. Para cumprir esse objetivo, inicialmente foi feito um levantamento histórico do período em análise para o qual se optou por fazer uma revisão bibliográfica da participação política do exército nacional nas obras clássicas “Soldados da Pátria” (2007), do brasilianista Frank D. McCann; “O Poder Militar” (1984), do historiador brasileiro Hélio Silva; “1964 – A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe”, de Rene Armand Dreifus; “Anarquistas e comunistas”, de John W. F. Dulles (1973); “História Militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (2010). Considerando que a geopolítica ganha importância para os militares a partir do começo do século XX, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre esse tema, para o qual foram utilizados os livros “Geopolítica do Brasil – a Bacia do Prata” (1997) e “Quem tem medo da geopolítica” (2015), ambos do cientista social Leonel Itaussu de Almeida Melo. Na sequência, analisou-se o livro “Geopolítica do Brasil”, do General Golbery do Couto e Silva, importante intelectual militar brasileiro da área de geopolítica, Esse livro foi publicado em 1967, quando o general Golbery era o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão do governo federal de controle e repressão aos opositores da ditadura militar, implantada em 1964, é a junção de diversos textos escritos para os cursos ministrados por ele na ESG, instituição a qual foi um dos criadores e professor. Concluiu-se que o exército nacional teve forte presença nos principais acontecimentos políticos nacionais garantindo e mantendo o controle dos governos das oligarquias nacionais, tanto nos momentos de ruptura, quanto de imposição das políticas antipopulares pelo meio da força. Conclui-se também que o livro analisado de autoria do general Golbery do Couto e Silva é a expressão e sistematização dessa participação militar na política, que se diferencia da natureza da participação das forças militares nos períodos anteriores ao período republicano, que se resumia basicamente ao cuidado da integridade das fronteiras nacionais e das questões de guerra decorrentes das questões de fronteiras.

PALAVRAS-CHAVE: General Golbery, Geopolítica, Guerra Fria, Militares, Ditadura.

SEIXAS, Ivan A. The historical role of the army in national politics and the work "Geopolitics of Brazil", by General Golbery do Couto e Silva: historical importance and objectives of a power project. Dissertation. Master's Degree in Society, Culture and Borders - State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

SUMMARY

This dissertation aims to contribute to understand the nature of the participation of the national army in Brazilian politics, from the proclamation of the Republic to the creation of the Superior School of War (ESG) in 1948. In order to achieve this goal, a period under analysis for which a bibliographical revision of the political participation of the national army in the classic works "Soldados da Pátria" (2007) by the Brazilianist Frank D. McCann was chosen; "The Military Power" (1984), by the Brazilian historian Hélio Silva; "1964 - The conquest of the State - Political action, power and class coup", by Rene Armand Dreifus; "Anarchists and Communists," by John W. F. Dulles (1973); Military History of Brazil "by Nelson Werneck Sodré (2010). Considering that geopolitics gained importance for the military from the beginning of the twentieth century, a bibliographical revision on this topic was necessary, for which the books "Geopolitics of Brazil - the Silver Basin" (1997) and "Who has fear of geopolitics "(2015), both by social scientist Leonel Itaussu de Almeida Melo. The book "Geopolitics of Brazil" by General Golbery do Couto e Silva, an important Brazilian military intellectual in the area of geopolitics, was analyzed. This book was published in 1967, when General Golbery was the Chief of the National Information Service (SNI), an agency of the federal government for the control and repression of opponents of the military dictatorship, established in 1964, is the combination of several written texts for the courses taught by him at ESG, an institution that was one of the creators and a teacher. It was concluded that the national army had a strong presence in the main national political events, guaranteeing and maintaining the control of the governments of the national oligarchies, both in times of rupture and in the imposition of anti-popular policies by force. It is also concluded that the analyzed book authored by General Golbery of Couto e Silva is the expression and systematization of this military participation in politics, which differs from the nature of the participation of the military in the periods prior to the republican period, the integrity of national borders and war issues arising from border issues.

KEYWORDS: General Golbery, Geopolitics, Cold War, Military, Dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia
CEN – Conceito Estratégico Nacional
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CSCB - Confederação Sindical Cooperativista Brasileira
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FEB – Força Expedicionária Brasileira
HG – Hipóteses de Guerra
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa Econômica e Social
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONA – Objetivos Nacionais Atuais
ONP – Objetivos Nacionais Permanentes
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático
PCB – Partido Comunista do Brasil ou Partido Comunista Brasileiro
PPP – Partido Popular Progressista
SFICI – Serviço Federal de Informação e Contra Informação
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
SSOP - Subseção de Operações (do SFICI)
TIAR – Tratado Inter Americano de Assistência Recíproca
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	2
2- O PAPEL DOS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	5
2.1 UMA REPÚBLICA AUTORITÁRIA.....	10
2.1.1 COM FLORIANO, UMA DITADURA MILITAR.....	10
2.2 A REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE.....	13
2.2.1 MILITARES VOLTAM PARA PACIFICAR SETORES DA OLIGARQUIA.....	14
2.2.2 A COLUNA PRESTES.....	16
2.3 O TERROR DO ESTADO NOVO.....	24
2.4 O FIM DO ESTADO NOVO.....	28
2.5 CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG).....	37
3- GEOPOLÍTICA, GOLBERY E O PROJETO MILITAR DE PODER.....	41
3.1 O QUE É GEOPOLÍTICA?.....	41
3.2 O AUTOR.....	43
3.3 O LIVRO “GEOPOLÍTICA DO BRASIL”.....	47
3.4 CONTEÚDO E ANÁLISE DO LIVRO.....	52
3.4.1 PAPEL DO ESTADO.....	54
3.4.2 RECORRÊNCIA AO TEMA DA GUERRA.....	57
3.4.3 PODER E A SEGURANÇA NACIONAL.....	60
3.4.4 A GLOBALIZAÇÃO.....	63
3.4.5 O NOVO TIPO DE GUERRA.....	65
3.4.6 O OCIDENTE COMO OPÇÃO.....	69
3.4.7 OPÇÃO PELA LIDERANÇA DOS EUA.....	71
3.4.8 A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO BRASIL.....	76
3.4.9 A IMPORTÂNCIA GEOGRÁFICA DO BRASIL.....	79
3.4.10 O PROJETO MILITAR DE PODER.....	80
3.4.11 A SEGURANÇA NACIONAL, SEGUNDO O GENERAL GOLBERY.....	82
3.4.12 A IMPORTÂNCIA DA LUTA POLÍTICA.....	84
3.4.13 ANTICOMUNISMO.....	86
3.4.14 O OCIDENTE PRECISA DO BRASIL E O BRASIL PRECISA DO OCIDENTE.....	87
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95

1- INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é contribuir para a compreensão da natureza da participação dos militares na política brasileira, no período republicano, de 1889 até a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948. A data inicial justifica-se pelo fato de que é quando o exército nacional deu um golpe de Estado e proclamou a República. E a data final justifica-se pelo fato de que essa escola foi criada como: “Instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949, s\p) .

O General Golbery do Couto e Silva, importante militar brasileiro, foi um dos criadores e professor da ESG e escreveu uma série de artigos para orientação dos alunos e participantes dos cursos daquela escola, alguns dos quais foram juntados e publicados posteriormente no livro “Geopolítica do Brasil”, publicado em 1967. Além disso, o General Golbery foi participante de vários episódios da vida política brasileira do final da década de 1940 até o final da década de 1980 e ficou conhecido como um estrategista, que, por isso, se tornou uma espécie de conselheiro dos diferentes governos militares desse período da história brasileira, que hoje, mais do que nunca, precisa ser mais bem compreendido.

A questão a ser respondida neste trabalho é se a participação dos militares na política republicana do Brasil obedece a um planejamento determinado, com objetivos definidos previamente, se há uma ou várias características que seguem um padrão de influência, alguma uniformidade na natureza do poder militar na política do país. Seria a constatação da assertiva ou não, ou pelo menos uma maior exploração da definição do cientista social Oliveiros S. Ferreira, em seu livro “Elos partidos – uma nova visão do poder militar no Brasil” (2007), quando ele afirma que parece que a força terrestre se manifesta como um “partido fardado”?

Essa tentativa de levantamento e/ou interpretação historiográfica tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre fatos e manifestações dos militares em episódios da história política. A cronologia histórica, parte inicial desta pesquisa, pode contribuir para mostrar uma linha de continuidade ou não na forma de atuação e influência política militar no Brasil nesse período mais recente da história, qual seja, o período republicano.

Nessa tentativa de interpretar o pensamento, ou um *modus operandi*, dos militares através de um levantamento histórico da atuação e participação dos militares na política nacional no período estabelecido como recorte dessa pesquisa, pretende-se explorar possíveis objetivos políticos do exército a partir da Proclamação da República e chegar ao período antecedente ao que os militares chegaram ao poder diretamente, que coincide com a publicação do livro do general Golbery.

Para isso, se fará uma revisão bibliográfica, como princípio metodológico, de autores que se debruçaram sobre os militares, sobretudo as obras clássicas: “Soldados da Pátria” (2007), do brasilianista Frank D. McCann; “O Poder Militar” (1984), do historiador brasileiro Hélio Silva; “1964 – A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe, de Reene Armand Dreifus; “Anarquistas e comunistas”, de John W. F. Dulles (1973); História Militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (2010). Para uma análise sobre geopolítica, se fará uma revisão bibliográfica de “Geopolítica do Brasil – a Bacia do Prata” (1997) e “Quem tem medo da geopolítica” (2015), ambas do cientista social Leonel Itaussu de Almeida Melo.

Outras fontes de pesquisa usadas serão os arquivos históricos do Estado brasileiro, que disponibilizam o acesso a livros originais digitalizados. Entre os documentos usados desses arquivos está a declaração justificativa do Presidente Getúlio Vargas para a instauração do Estado Novo ou a ata de julgamento da cassação do registro de funcionamento do Partido Comunista. Além disso, o livro “A abolição”, de Osório Duque Estrada, republicado pelo governo federal, que apresenta o prefácio de Rui Barbosa, parece fundamental para a compreensão dos fatos narrados. E o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, que traz as suas apurações históricas e são hoje a história oficial do Estado brasileiro sobre o período apurado.

Continuando na perseguição do objetivo de compreender uma possível regularidade na atuação política dos militares no Brasil no período republicano, será analisado o livro “Geopolítica do Brasil” (1967), do General Golbery do Couto e Silva, obra e personagem que serão objeto de análise desta pesquisa, em específico na segunda parte do trabalho.

Sendo ele um personagem destacado na história política do país e tendo uma obra de teorização para instrumentalização da formação dos militares brasileiros, ganha importância tentar entender o que significa, o que representa, e qual a importância do livro

“Geopolítica do Brasil”. O objetivo da análise do livro é entender seu conteúdo e detectar possíveis relações com o perfil e a natureza do histórico da participação dos militares na vida republicana brasileira.

O esforço aqui empreendido é de tentar extrair desse livro os conceitos militares e políticos ali expressos. Serão buscadas as ideias-força que organizam o pensamento do autor, caso haja, sendo estas, a partir daí, tratadas como categorias de análise da obra.

2- O PAPEL DOS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA

O papel desempenhado pelos militares durante o império e no próprio ato da proclamação da República é elucidativo de seu comportamento até os dias atuais. De uma atitude obediente ao imperador, o exército, a força terrestre de proteção das fronteiras ainda se organizava, passou a ser protagonista dos principais fatos da História do Brasil.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, a questão republicana estava presente há muito tempo nas manifestações militares e populares:

A questão abolicionista e a questão da mudança do regime se desenvolveram, entre nós, com profundos vínculos, que as denunciam como sintomas do mesmo processo. E em ambas a participação dos militares, e os do Exército em particular, foi fundamental. É interessante notar, a propósito, que a história oficial, não ultrapassando o nível da crônica, do simples e linear relato dos acontecimentos, não teve grandes preocupações em esconder a participação popular no movimento pela Abolição, mas teve essa preocupação em relação ao movimento pela República. A tese de que a mudança de regime foi acidente, ligado apenas a circunstâncias ocasionais, e limitado aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, tendo “o povo assistido a tudo bestializado”, tem sido aceita, e vive da mera repetição. Essa repetição tem um sentido, evidentemente, não pode derivar apenas de causas fortuitas: o sentido de desfigurar a república, de despojá-la de seu conteúdo popular. E as análises ligadas a essa tese central, esmerando-se em levantar problemas secundários, e neles. (SODRÉ, 2010, p.196\197)

Os historiadores Frank D. McCann e Hélio Silva (1984) atribuem a resistência dos militares do exército a obedecer à proibição de pronunciamento nas questões políticas nacionais e às reclamações salariais como responsáveis pela quebra de hierarquia e da ordem institucional, que levou à derrubada do imperador e a mudança de sistema de governo no Brasil. O exército, ainda incipiente, sofria a concorrência da Guarda Nacional, que tinha como função proteger as instituições, zelar pela segurança interna do império e manter a unidade territorial, enquanto que o primeiro tinha como tarefa constitucional a defesa das fronteiras. Só quando participou da Guerra do Paraguai, o exército construiu personalidade e identidade como a poderosa força terrestre que viria a ser. Foi uma construção de líderes a partir da vitória sobre um inimigo.

Por outro lado, como destacado por Frank D. McCann, a chamada “Questão Militar”, entre os anos de 1883 e 1887, que iniciou com a apresentação do projeto de lei, de autoria do primeiro-ministro Visconde de Paranaguá, que propunha a cobrança compulsória de contribuição dos militares para uma caixa de pecúlio a ser criada. As declarações contrárias

do Tenente-Coronel Antônio de Sena Madureira geraram sua punição e transferência para o Rio Grande do Sul, governado à época pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que se recusou aplicar punição ao militar transferido. Houve uma série de demonstrações de indisciplina e quebra da hierarquia, que culminaram por ampliar as insatisfações dos militares com o império. Para organizar suas ações políticas, os militares fundaram, em 26 de junho de 1887, o Clube Militar, que passou a ser a expressão dos seus anseios e reivindicações.

Os autores seguem indicando que as manifestações de insatisfação dos militares com as proibições de declarações políticas receberam apoio de pregadores republicanos como o militar reformado Benjamin Constant, os advogados Rui Barbosa, Aristides Lobo e o jornalista Quintino Bocaiúva, que convenceram as lideranças militares de que o império já não mais atendia aos anseios dos militares. Essa conjugação de fatores culminou com a deposição do Imperador e a instauração da República. A deposição do império deu a consciência aos militares de que tinham condições de sustentar e também derrubar governos e até sistemas de poder.

Por sua vez, Nelson Werneck Sodré afirma que:

Seria longo mostrar como a ideia republicana esteve presente em todos os movimentos de que a colônia foi cenário, e o país depois: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, no movimento pernambucano de 1817, na Confederação do Equador, na *Sabinada*, na *Balaçada*, na *Cabanagem*, na Revolução Farroupilha, na Revolução Praieira. Não é preciso que tenha alguém compreensão profunda do processo histórico para verificar que essa reiteração não podia derivar de fatores circunstanciais. A ideia republicana, realmente, corresponde aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil, desde os fins do século 18, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia a um sistema de governo tão democrático quanto nos fosse possível. A ideia oposta, de realizar a autonomia com o mínimo de alterações, pertence justamente à classe dominante senhoria. (SODRÉ, 2010, p.197)

Segundo os historiadores Hélio Silva (1984) e Frank D. McCann, no exército não havia muitos republicanos para justificar uma revolta com tal envergadura e propósitos. E Hélio Silva em seu livro “1989 - A República não esperou amanhecer” conta o curioso episódio que mostra a confusão entre República e Monarquia, entre os militares, quando da proclamação do fim do império:

Até hoje discute-se a saudação que teria proferido o general Deodoro da Fonseca, no pátio do Quartel General, ereto sobre o cavalo branco que um miliciano lhe cedera, a mão direita levantada, o quepe coberto de bordados. Ele não trazia espada. Deodoro proferiu a frase habitual de um comandante ao assumir o comando da tropa:

“Viva o Imperador!”

A tropa respondeu também convencionalmente, “para sempre viva”

(...)

Um oficial comunicou para fora o que se passava. Abriram-se as portas do Quartel General. Deram-se 21 tiros, vivas a República, sobretudo para abafar o inadvertido – “Viva o Imperador!” – de Deodoro. (SILVA, 1972, p.122)

No prefácio do livro “A Abolição”, de Osório Duque Estrada, Rui Barbosa descreve assim a proclamação da República:

A república originou-se de um acidente gerado pelas desordens de um organismo predisposto pelas suas condições de irrisistência e inércia a não lhe resistir. Certas reformas, necessárias, urgentes, improrrogáveis, tê-la-iam prevenido e evitado. Certas emergências, a que, nos seus primeiros momentos, a vimos arriscada, poderiam ter abortado o movimento à nascença. A nação aceitou-o. Mas não era seu. Não havia sido elaborado por ela mesma. Não lhe derivava das entranhas, como o abolicionismo, que evoluiu com exuberância irresistível do seio do povo, do âmago da sociedade brasileira, do entusiasmo nacional em conflito com as três únicas forças então organizadas no país: a riqueza territorial, a política conservadora e a Coroa. (ESTRADA, 2005, p.16)

A proclamação da República foi mais uma demonstração de força do que um ato ideológico. Segundo Hélio Silva e McCann, Deodoro e Floriano foram influenciados pelas pregações republicanas de Benjamin Constant, seu ideólogo, sonhava com uma República autoritária nos moldes propostos por August Comte apenas para depois da saída voluntária de Pedro II.

Nas palavras do historiador Hélio Silva:

(...) o poder não foi a meta final, antes o meio hábil para o exercício de uma teoria que se desenvolve desde a Guerra do Paraguai, alternando-se de acordo com as várias situações em que os militares foram levados a intervir *manu-militari* na vida política nacional (SILVA, 1984, p.13).

Diz Hélio Silva:

As raízes do autoritarismo militar foram trazidas de Portugal pelas tropas de ocupação. É preciso remontar à fundação do Reino de Portugal, as influências do moro e contra o moro; à geopolítica da península ibérica, empurrada contra o mar pela muralha da Serra da Estrela e a vizinhança hostil da Espanha; à ocupação e colonização do Brasil pelos portugueses em luta contra o índio e, depois, contra o brasileiro.

A disciplina e o autoritarismo das tropas de ocupação foram o molde onde se formaram as forças militares.

No Brasil, o desenvolvimento do autoritarismo foi atenuado por várias circunstâncias: formação, participação do povo e, sobretudo, da classe mediana

constituição daquelas instituições pelo serviço militar obrigatório que leva e retira, anualmente, grande parte da soldadesca; atração da mocidade para as escolas militares pela vocação, tradição familiar, facilidades do ensino gratuito, manutenção e colocação garantidas. (SILVA, 1984, p.13)

Como mostrado até aqui, o processo de indisciplina contra as punições motivadas por manifestações políticas foram parte determinante para a deposição do império e a proclamação da República levaram os militares a ter consciência de que tinham força e condições para influenciar na vida política do país. Ao se lançar à tomada do poder os militares entraram também na vida política nacional e procuraram seu lugar nela.

O exército nacional, que tinha a atribuição legal de proteger as fronteiras do país, se fortaleceu com as vitórias na Guerra do Paraguai e disputou espaço com a Guarda Nacional, que tinha a atribuição legal de proteger as instituições e zelar pela segurança interna do império. As várias demonstrações de indisciplina mostradas durante a chamada Questão Militar deram espaço político e institucional ao exército como força terrestre também em questões internas ao país. Com esse espaço assumido pelo exército através de seus generais e marechais, tiveram papel determinante para a derrubada do império e a implantação da República com as marcas e a influência da corporação, como veremos a seguir.

Segundo Hélio Silva, o império estava muito debilitado com muitos conflitos e muitas demonstrações de desobediência por parte das províncias e pelos militares insatisfeitos. Para tentar salvar o império, o Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, logo após tomar posse, em 7 de junho de 1889, tentou aprovar reformas, que poderiam dar uma sobrevida ao regime. Propôs dar maior autonomia administrativa às províncias, direito de voto mais amplo, liberdade de ensino, diminuição de prerrogativas para o próprio Conselho de Estado e fim dos mandatos vitalícios para os senadores. A bancada do partido conservador não aceitou a pauta reformista e a rechaçou integralmente.

Por sua vez, o brasilianista Frank D. McCann, aponta que o conflito com a Igreja Católica teve influência também para a derrubada da monarquia no Brasil. Os padres não conseguiam levar à prática as bulas papais, que precisavam ser aceitas e aprovadas pelo imperador através do Beneplácito Régio. Isso levou os bispos de Olinda e Belém do Pará à prisão por desobediência ao aplicarem as determinações do Papa Pio IX sem a aprovação do imperador. Por outro lado, como imperador não tinha filhos homens e a herdeira direta era a Princesa Isabel, que era casada com o nobre francês Conde D'Eu, havia o temor de que o Brasil poderia vir a ser governado de fato por um nobre estrangeiro. A crise militar, com a

desobediência disseminada, teve papel importante no desfecho que levou ao fim do império e a implantação da República.

Hélio Silva indica que diante dos rumores deque Benjamin Constant e o Marechal Deodoro da Fonseca seriam presos, foi deflagrado o levante que derrubou a monarquia no Brasil. Imediatamente foi montado um governo provisório e foi suspensa a Constituição monarquista. O governo provisório, que assumiu o poder republicano foi de 15 de novembro de 1889 até 2 de fevereiro de 1891, em seguida foi convocada uma assembleia constituinte e a eleição do primeiro presidente da nova República do Brasil.

Hélio Silva assim destaca o acontecimento:

Quando a Assembleia (constituente) tem de escolher o primeiro presidente da República é-lhe imposto um militar, o general-ditador. E, porque os que não se conformaram levantam o nome de um civil, Prudente de Moraes, republicano da propaganda, Campos Salles, adverte que “tal procedimento pode ser tomado como uma afronta ao Exército, que reagirá” (SILVA, 1984, p. 16).

O Congresso, que elegeu o novo presidente da República foi cercado pelas tropas do exército, agentes e soldados à paisana circulavam armados ostensivamente por seus corredores e os congressistas amedrontados. Foram previstas eleições separadas para o cargo de Presidente e outra para o cargo de Vice-Presidente. O resultado foi que o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi eleito Presidente da República e o também Marechal de Campo Floriano Vieira Peixoto para ser o Vice-Presidente. Dessa situação, nasce a Constituição de 1891.

O processo de mudança de sistema de governo, conduzido pela mão armada, produziu como primeiro fruto a definição de uma nova atribuição ao papel das Forças Armadas como sendo a de “defesa das instituições”, que anteriormente era apenas de defesa das fronteiras e da integridade nacional. Desse momento em diante esse papel de guardião das instituições será mantido por todo o período republicano até os nossos dias.

O novo papel conquistado pelo Exército indica, como se verá adiante, a formação de uma república autoritária.

2.1 Uma República autoritária

O governo do Marechal de Campo Deodoro da Fonseca tem como tarefa maior a imposição da nova ordem. Começou fechando o Congresso Nacional, que o elegera, mas que não lhe foi obediente, impôs a censura à imprensa e deu, por decreto, a patente de general-de-brigada à todos os seus ministros civis. Criando, assim, um ministério militar nominalmente. Ignorou os políticos e viu inimigos em todos os lugares. Até um militar, seu amigo e ministro da Marinha, o Almirante Eduardo Wandenkolk, que havia concorrido como seu vice na chapa eleitoral, o enfrentou e o desafiou. O fechamento do Congresso Nacional desencadeou um rápido processo de desgaste e o Marechal perdeu o controle da situação, alegou problemas de saúde e, enfraquecido politicamente, foi derrubado pelo Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto. (SILVA, 1984)

2.1.1 Com Floriano, uma ditadura militar

Por sua vez, o governo de Floriano Peixoto foi mais autoritário que seu antecessor e reprimiu as muitas revoltas contra o governo provisório republicano. Isso lhe rendeu o apelido de Marechal de Ferro. Como presidente manteve uma política repressiva, usou um discurso nacionalista e centralista, que se chocava com o das elites latifundiárias. Por fim, cedeu e foi obrigado a entrar em acordo com essas mesmas oligarquias rurais para poder terminar seu governo. Em todo seu governo sempre assinou seus atos como Vice-Presidente em exercício e isso lhe rendeu contestação.

Por causa dessa definição, segundo Hélio Silva (SILVA, 1984), Floriano foi contestado nos primeiros dias de seu governo pelo chamado “Manifesto dos 13 generais” que questionava sua legitimidade constitucional. Assinado no dia 31 de março de 1892, alegava que o mandato iniciado por Deodoro não tinha completado metade de seu tempo e, portanto, deveriam ser convocadas eleições para a Presidência da República, como mandava a Constituição aprovada há apenas um ano.

A resposta de Floriano foi aposentar todos os signatários do manifesto e prender alguns deles como demonstração de força incontestável. Rui Barbosa, ministro do governo provisório de Deodoro da Fonseca, impetrou um Habeas Corpus para revisão das prisões, mas o Supremo Tribunal Federal negou o pedido. Consta que Floriano teria dito: “Se o Supremo concedesse o habeas-corpus, quem concederia habeas-corpus para o Supremo?”

Rui Barbosa foi obrigado a se exilar na Inglaterra para escapar das retaliações do ditador. (SILVA, 1984)

Floriano Peixoto, que consolidou a República através da força das armas, mas teve que enfrentar muitas revoltas, inclusive de militares, e a repressão dura foi a marca do seu governo. Isso o desgastou e levou ao fim de seu contestado mandato.

Conforme afirma Frank D. McCann, Floriano Vieira Peixoto foi ditatorial em seu governo, governando com mão de ferro. Personalista, criou uma vertente política dentro do Exército, que foi chamado de *Florianismo*. Mas, após cumprir sua tarefa de implantar a República a qualquer custo, não se empenhou em fazer seu sucessor. Desanimado, se dizia “*um inválido da pátria*” devido à doença¹ que o acometia, deixou as articulações e negociações sobre sua própria sucessão acontecerem sem sua participação. Os civis, representantes dos governadores dos estados, se articularam e conduziram o advogado paulista Prudente de Moraes à Presidência da República, iniciando um novo ciclo na política nacional republicana.

Ao que tudo indica, Floriano entendeu ter cumprido seu papel de consolidador da República e que seria melhor dar espaço para os civis fazerem sua política e se encarregarem da economia, enquanto os militares ficariam num papel de guardiões das instituições, esperando o chamado dos cidadãos. Como se verá a seguir, essa posição de protetor das elites era apenas compreendido pela alta oficialidade. Não havia até esse momento uma definição do papel dos militares quanto à política.

Pelo visto até aqui, as elites brasileiras tiveram na força armada mais forte do país, o Exército Nacional, a mão forte e razoavelmente unida para cumprir a tarefa de ser a mão forte, ou o seu braço armado, para a transformação de um sistema de governo que já não atendia aos seus anseios no exercício do poder. Por seu lado, como dito por Hélio Silva, a proclamação da República foi mais um ato de força do exército para mostrar que tinha condições de derrubar o Imperador e qualquer outro governo ou sistema de governo. Essa força se consolidava desde o retorno das tropas da Guerra do Paraguai, quando os generais passaram exigir espaço político e a querer exercer seu direito de opinar sobre as questões do momento político do país.

¹ Floriano tinha esclerose hepática hipertrófica.

A resistência dos governos do império em ceder o espaço exigido pelos militares levou a insubordinação. Aproveitando essa indisciplina no meio militar os republicanos começaram sua pregação e a mostrar que na República o espaço reivindicado lhes seria concedido sem restrições. A conjugação dos dois anseios em jogo atendeu perfeitamente aos interesses das elites brasileiras, que já não se sentia confortável com as contradições existentes dentro dos governos do império. Principalmente, quanto à questão da abolição da escravatura. Eram questões sem solução dentro da monarquia.

O Exército Nacional foi a força armada capaz de derrubar a monarquia e de implantar a República com a devida energia que o momento exigia. A monarquia tinha a simpatia da população por ter a formalidade necessária a um governo, no entanto, essa mesma população, como mostrado acima, estava alheia ao que se passava na capital do país e ao que acontecia com os governantes. A República não seria um problema para a população, mas os setores que disputavam o poder e tinham articulação política para resistir é que seria o obstáculo a ser superado. Principalmente, as oligarquias locais, ligadas a atividade agrícola e dependente da mão de obra escrava.

Os dois governos militares que tomaram o poder na derrubada da monarquia cumpriram um papel importante na implantação do novo sistema de governo e mais ainda na sua consolidação. Fica evidente, que mesmo com toda a aparente vacilação, o governo de Deodoro da Fonseca foi decisivo na implantação da República e na transformação do arcabouço jurídico republicano. A começar pela aprovação da Constituição de 1891, que anulava a constituição monárquica de 1824 e estabelecia os padrões de um novo momento histórico. Junto com essa nova situação para o país, a primeira Constituição republicana estabeleceu o papel do Exército Nacional como o defensor das instituições que não estava previsto no período monarquista.

Fica claro também que o papel de Floriano Peixoto foi muito mais incisivo e forte para sufocar as resistências regionais, que poderiam colocar em risco a estabilidade do novo sistema de governo republicano. Seu apelido de “Marechal de Ferro” se fez merecido por ter usado de muita energia para sufocar qualquer tentativa de contestação de parte das oligarquias locais. Era a mão forte necessária à consolidação da República, e ele cumpriu bem esse papel.

Concluída a tarefa de implantar a República, já com o Marechal Deodoro morto (1892), e completada a tarefa de consolidar a ferro e fogo o novo sistema de governo,

restava ao Marechal Floriano Peixoto passar o comando do país para os operadores da política ligados ao capital. Mostrou certo despreço pelo poder não se articulando para fazer seu sucessor, fosse ele civil ou militar, e deixou esse trabalho para os políticos civis, tradicionais operadores da gestão do Estado.

Abriu caminho para os governos civis, conhecidos como República do Café com Leite, mas as forças armadas, neste tempo limitadas ao Exército Nacional e à Marinha de Guerra, ficaram como observadoras dos fatos e dos resultados da política exercida pelos civis, como determinado pela Constituição de 1891.

2.2 A República do café com leite

A fase imediatamente posterior à implantação do sistema republicano, chamada República Velha, se divide em dois períodos distintos. A fase que vai de 1889 até 1894 é denominada pelos historiadores como sendo a República da Espada, pois foi exercida pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que se propunham a não permitir a volta à monarquia e a implantar a República a qualquer custo. Foi caracterizado como uma ditadura militar.

A segunda fase é conhecida como a República Oligárquica ou Política dos Governadores, pois atendia aos interesses regionais. Foi caracterizada pelo rodízio entre os oligarcas regionais de São Paulo e Minas Gerais, que hegemonizavam o setor latifundiário agrário e pecuário dos demais estados e regiões do país.

Os militares deram lugar aos civis, mas ficaram na condição de observadores. A burguesia agrária, hegemonizada pelos setores do latifúndio da pecuária de corte, baseada em Minas Gerais, e os setores do latifúndio da cultura de café e cana de açúcar, sediada em São Paulo, se rodizaram para exercer o poder desde a proclamação da República depois da fase dos governos militares. A sucessão de presidentes paulistas e mineiros acontecia para garantir o equilíbrio entre os setores poderosos e para não haver o rompimento entre os setores da burguesia agrária nacional. (SILVA, 1984)

O ciclo dos governos de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha, representantes das oligarquias rurais e dos governadores, foi interrompido devido a desavenças entre as oligarquias regionais. Foi eleito o Marechal Hermes da Fonseca, entre os anos de 1910 e 1914, que foi o primeiro presidente militar eleito

pelo voto do povo brasileiro². Tinha como destaque apenas o fato de ser sobrinho de Deodoro da Fonseca e de ser o expoente do chamado Florianismo, movimento militar guiado pelas ideias autoritárias de Floriano Peixoto.

2.2.1 Militares voltam para pacificar setores da oligarquia

Com o fracasso da aliança entre paulistas e mineiros, foi articulada a eleição do Marechal Hermes da Fonseca como representante dos governadores de vários estados, menos de São Paulo e Bahia, e tinha como parceiro de chapa Wenceslau Bras, representante da oligarquia de Minas Gerais, que romperá o pacto de poder da Política do Café com Leite, que unia seu estado com São Paulo na partilha do poder. A candidatura de Hermes da Fonseca se contrapunha à de Rui Barbosa, que representava a oligarquia cacauzeira da Bahia aliada agora à oligarquia cafeeira de São Paulo. Além disso, os militares representados pelo chamado Florianismo, que tentavam voltar ao poder, apostavam na candidatura de um Marechal para devolver a credibilidade aos militares, perdida com as ditaduras de Deodoro e Floriano. (MCCANN, 2007)

A eleição foi relativamente fácil, pois o acordo com as oligarquias favoreceu. Governar era outro cenário de disputas. Na primeira semana de governo enfrentou a Revolta da Chibata, liderada pelo marujo negro João Cândido Felisberto, conhecido depois como o Almirante Negro por sua liderança. Essa revolta de marinheiros negros e pardos contra os castigos físicos aplicados contra eles por oficiais brancos começou no Rio de Janeiro, mas estendeu-se por portos de outros estados e obrigou o novo governo a negociar. Hermes negociou rapidamente, declarou o fim dos castigos e prometeu dar anistia aos revoltosos.

Assim que conseguiu a pacificação, Hermes da Fonseca mandou prender muitos líderes da revolta, alguns foram assassinados e mais de mil e duzentos foram expulsos da corporação. Nova revolta aconteceu e o Presidente mandou bombardear unidades navais tomadas por revoltosos, sufocou a revolta com muita repressão e aproveitou para implantar o Estado de Sítio no país. (SILVA, 1984)

A grande marca do governo do militar Hermes da Fonseca foi a chamada Política das Salvações, também chamada de Políticas Iniciais, implantada para se contrapor à

2 Os outros dois foram Eurico Gaspar Dutra, em 1946, e Jair Bolsonaro, em 2018.

chamada Campanha Civilista, encabeçada por Rui Barbosa em sua campanha eleitoral, derrotada pelo Marechal. Consistia em fazer intervenções militares nos estados, com a alegação de combate à corrupção, para derrubar ou neutralizar o poder das oligarquias regionais. Deu certo em vários estados, menos em São Paulo, e colocou no comando dos estados militares de confiança do presidente. Conseguiu fazer as intervenções, mas desagradou as oligarquias, com isso sofreu forte desprestígio político. (MCCANN, 2007)

Ao final de seu governo, cumpriu o papel de pacificador e favoreceu a reconciliação das oligarquias paulista e mineira ser formalizada na assinatura do chamado Tratado de Ouro Fino, em que era restabelecida a alternância do poder entre as elites de São Paulo e Minas Gerais. Com isso, passou a faixa presidencial ao seu Vice-presidente, o mineiro Venceslau Brás, e passou a ser o presidente do Clube Militar, que era a organização dos militares para a manutenção de influência sobre a política nacional.

Na condição de presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca protagonizou um episódio marcante para a vida política nacional. As várias revoltas militares ganharam força durante o governo de Venceslau Brás e se estenderam pelos demais governos civis. O ex-presidente Hermes da Fonseca se solidarizou abertamente com um general revoltoso de Pernambuco. A reação do presidente da República Epitácio Pessoa foi rápida e rigorosa. Mandou prender o Marechal e abriu uma crise militar inédita e sem precedentes. A prisão durou apenas dezessete horas e a defesa dos “brios do Exército” foi feita dessa vez pela baixa oficialidade e esse fato é apontado até os dias de hoje como uma das referências para o surgimento do chamado “Movimento Tenentista”.

Esse Movimento da oficialidade de baixa patente passa a ter um protagonismo importante em todo o período e mesmo após ele. O chamado Tenentismo tentou representar os anseios da população pobre do país e reivindicou a adoção do voto secreto e a reforma educacional do país. O movimento não ostentava uma definição ideológica ou política muito clara e tinha como unificador apenas a exigência de expressão política para os militares, que era uma aspiração desde os tempos da instalação da República, com Deodoro e Floriano Peixoto. Havia militares com tendências progressistas e outros abertamente conservadores.

As revoltas mais expressivas do Movimento Tenentista foram a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, que foi uma revolta de insatisfação genérica contra a República Velha e o poder nas mãos dos oligarcas, durou apenas um dia e foi uma

demonstração de força da baixa oficialidade. Em 1924, aconteceu a Revolta Paulista de 1924, um levante militar contra o poder das elites de Minas Gerais e São Paulo, que reivindicava a derrubada do governo de Arthur Bernardes, a instalação do voto secreto, justiça gratuita e a implantação do ensino público gratuito e obrigatório, e a Comuna de Manaus, movimento militar amplo no estado do Amazonas, que teve em Manaus um importante ato de manutenção do poder local por mais de um mês. Chegaram a proclamar e pôr em prática algumas medidas de caráter social e nacionalista.

2.2.2 A Coluna Prestes

E a Coluna Prestes, Movimento militar derivado do Movimento Tenentista, que convulsionou o país nos anos 1925 a 1927. Começou no Rio Grande do Sul, percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros, durante dois anos e meio. Tinha a pretensão de levantar a população brasileira contra a República Velha, percorreu o país usando táticas de guerrilha e nunca permitiu um combate com grandes contingentes do Exército regular. Suas reivindicações eram também a instalação do voto secreto, justiça gratuita e a implantação do ensino público gratuito e obrigatório.

O historiador Nelson Werneck Sodré afirma que:

A rebelião de 1924, que não alcançou a plenitude desejada, espoleteou, entretanto, outros levantes: o do couraçado São Paulo. Que se recolheria a Montevideú e, pouco depois, o das guarnições missioneiras do Rio Grande do Sul, que, ao comando de Luis Carlos Prestes, marcharam para o Norte, juntando-se aos remanescentes da malograda tentativa da capital paulista, isolados no sertão paranaense, constituindo-se, então, a Coluna Prestes, que iniciaria a longa jornada pelo interior do país, mal combatida por elementos militares do exército, mas hostilizada tenazmente pelas forças policiais ao serviço das oligarquias e pelas forças irregulares do latifúndio. A missão da Coluna era a de manter aceso o facho da revolução, animando os tíbios e provocando novos pronunciamentos. Conquanto os seus efeitos diretos não tenham sido grandes, os indiretos foram muito importantes. (SODRÉ, 2010, p.270)

O Movimento Tenentista, com tendências progressistas e conservadoras misturadas em seu meio, marcou o exército e é uma referência política até os dias de hoje. Em seu livro Soldados da Pátria, Frank D. McCann diz que:

Em meados de 1922 o corpo de oficiais começara a dividir-se nas correntes legalista e revolucionária. Ambos os grupos extraíam apoio intelectual dos editores e artigos de A Defesa Nacional, porém diferiam quanto às soluções. Os legalistas, ou progressistas, como alguns oficiais preferiam intitular-se, julgavam que, se dessem

ênfase ao aperfeiçoamento do Exército, tornando-o, na imagem poética de Bilac, uma escola de civismo, disciplina e organização, gradualmente criariam uma mentalidade nacional voltada para a defesa da pátria. Os revolucionários também aceitavam o papel educativo central do Exército, mas viam no forte regionalismo e na corrupção política impedimentos para implementá-lo com êxito. Quando esses senões fossem eliminados, o mérito especial da doutrina da nação armada poderia penetrar nos rincões mais remotos do país. Vários analistas comentaram que os tenentes tinham um programa fraco, desprovido de planos pós-vitória. Talvez seja porque, como militares, concordavam quanto ao que estava errado com o Brasil e se concentravam, conforme haviam sido treinados para fazer, em como destruir o inimigo em vez de em como reconstruir. Seu objetivo de uma nação brasileira organizada, industrializada e autoconsciente requeria um governo central forte, ensino primário compulsório e gratuito, serviço militar obrigatório e intervenção governamental na economia para desenvolver os recursos naturais e promover a industrialização. Tinham as metas, mas não estavam certos quanto ao modo de atingi-las.

No diagnóstico que faziam dos males do Brasil e na visão que tinham sobre como o país viria a ser, os tenentes rebeldes pouco diferiam do restante do corpo de oficiais; a diferença estava na paciência e na escolha dos meios. De fato, para determinar quem se rebelou, podem muito bem ter pesado mais a localização e a oportunidade do que o acordo ou desacordo quanto aos objetivos. (MCCANN, 2007, p. 278)

Isso confirma a divisão entre progressistas e conservadores, que vão marcar a história política brasileira por décadas.

Em sua obra “Anarquistas e comunistas no Brasil”, o brasilianista John W. Foster Dulles mostra que os militares tentaram obter o apoio dos operários para suas revoltas.

Simultaneamente, os conspiradores militares procuraram obter o apoio de Oiticica nas organizações de orientação anarco-sindicalista e iniciaram os contatos com Evaristo de Moraes e Sarandi Raposo, cuja Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) exercia – supostamente- o controle dos ferroviários e mineiros dos três estados do extremo sul do país. (DULLES, 1977, p. 194).

Nesse momento histórico não há ainda uma definição política da organização militar, com manifestações de caráter mais progressistas ou mais conservadores. Seja através da alta oficialidade ou pelos atos da baixa oficialidade, os militares marcaram presença na vida política nacional.

Como vimos até aqui, os governos civis, dirigidos pelos operadores da política das elites agrárias foram livres para fazer o que atendia aos seus interesses. A população trabalhadora ficava de fora e as reivindicações populares eram sufocadas pela polícia política dos governos civis. No entanto, as reivindicações existiam e foram

interpretadas e assumidas pelos militares de baixa e média patentes. A alta oficialidade atuava de acordo com as exigências dos detentores do poder das oligarquias e não contestava.

As reivindicações populares não eram muitas, mas faziam a diferença se postas em prática. E a baixa oficialidade, oriunda das camadas trabalhadoras da população tinham identificação imediata com elas. Mesmo sem definir qual seria a solução para os problemas, a pauta de reivindicação dos membros da baixa oficialidade, conhecido como Movimento Tenentista, colocava em questão a adoção de medidas que atendessem as camadas trabalhadoras da sociedade de onde vinham.

Como apontado pelo brasilianista Frank D. McCann, o chamado Movimento Tenentista estava dividido quanto ao que fazer para implantar as medidas, mas as reivindicações eram comuns a todas as tendências do movimento. O passo seguinte seria definir os caminhos a seguir, mas todos os grupos tenentistas pregavam um indefinido processo revolucionário para acabar com as desigualdades e fazer a implantação de uma agenda de transformações necessárias ao país.

Uma das vertentes apontadas por Frank D. McCann como representante das tendências progressistas dos militares tenentistas foi a Coluna Prestes-Miguel Costa, durante os anos de 1925 a 1927. Também conhecida como a Coluna Invicta, tinha a mesma pauta de reivindicações e bandeiras de todos os outros movimentos tenentistas, que eram a insatisfação com a Velha República, ensino gratuito, obrigatoriedade do ensino secundário e o voto secreto, e tinha o diferencial de que pretendia levantar a população do interior do país num processo revolucionário.

Os dois maiores líderes da Coluna eram Miguel Costa e Luis Carlos Prestes, mas tinha também a figura fundamental e emblemática de Juarez Távora. Costa havia participado da revolução de 1924 e tinha um perfil político mais neutro de classe média. Prestes era mais ligado às reivindicações populares e Távora era mais conservador. Não por acaso, Costa ao fim da marcha da coluna, foi morar em Buenos Aires com outros líderes da revolta. Aderiu à Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, enquanto Prestes aderiu ao movimento comunista e virou dirigente máximo do Partido Comunista, enquanto Távora também aderiu à Revolução de 1930 e virou o grande nome da direita nacional por muitos anos.

De acordo com o historiador Hélio Silva (SILVA, 1984), a Coluna percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros e enfrentou poucos e pequenos contingentes do governo e foi combatida pelas milícias dos latifundiários ao longo do caminho. Até cangaceiros de Lampião o governo tentou colocar contra a Coluna.

Um dos componentes da Coluna era o tenente Felinto Müller, que foi expulso da marcha acusado de deserção. (Neri, 2002). Depois virou o chefe da Polícia Política, foi o maior perseguidor de Luis Carlos Prestes e um dos responsáveis pela expulsão de Olga Benário, companheira de Prestes, para a Alemanha, onde foi morta pelos nazistas alemães. (SILVA, 1984)

Também de acordo com Hélio Silva, a Coluna tentou convencer a população pobre do interior do Brasil a aderir à Revolução contra as elites excludentes do Brasil, mas não conseguiu seu intento. Depois de percorrer toda a extensão do território nacional, a Coluna Prestes-Miguel Costa atravessou a fronteira do Brasil com a Bolívia e pediu asilo naquele país. De lá, Prestes foi para Buenos Aires e foi contatado por militantes comunistas, que o convidaram a conhecer a experiência da Revolução Soviética e a fazer cursos de formação política naquele país. Prestes aceitou e voltou ao Brasil para comandar o Levante Comunista de 1935, foi capturado e passou uma década preso. Depois de sair da prisão, foi eleito como secretário geral do Partido Comunista. O movimento tenentista passa a ter um representante no partido comunista ao mesmo tempo em que tinha os militares entre os políticos conservadores.

Pelo visto até aqui, os caminhos para romper com a velha tradição de exclusão da população trabalhadora e da não adoção de medidas de atendimento das reivindicações populares começavam a ser procurados e isso começava a colocar em cheque a estabilidade da política tradicional brasileira. Todos os movimentos de contestação que a baixa oficialidade fazia causavam sobressaltos às elites, mas a experiência da chamada Coluna Prestes foi a mais grave, pois uma parte do Exército Nacional abandonou os quartéis e percorreu o país pregando a revolução para a população e defendia a derrubada dos donos do poder até ali.

Ao mesmo tempo, esses vários movimentos e manifestações mostravam que os militares tinham um papel importante na política nacional. Quase todos os grandes

movimentos de contestação aos governos da chamada República do Café com Leite eram de militares e de caráter militar também.

O início do século XX marca o país por uma série de rebeliões militares e greves operárias. A ordem era mantida a duras penas. Os jornais da época repercutiam a insatisfação e apontavam para a necessidade de alguma transformação urgente ser feita.

Coletivamente, editoriais e matérias nessa linha apontavam a revolução como solução. O Diário Carioca captou esse ânimo crescente quando declarou que ‘faz-se necessária uma transformação radical ainda mais completa que a ocorrida em 15 de novembro de 1889’. O paulista Diário Nacional não teve papas na língua: ‘O Brasil caminha a passos largos para uma revolução (MCCANN, 2007, p360-361).

O advogado gaúcho Getúlio Dorneles Vargas foi escolhido para ser o candidato da Aliança Liberal, que defendia mudanças e cuidados com a “Questão social”, como tratou Getúlio Vargas em seu pronunciamento na Esplanada do Catete, no Rio de Janeiro. Segundo ele, o pouco de legislação existente não era cumprido. Por seu lado, os paulistas e seus aliados só tinham como preocupação a exportação do café. Getúlio era o candidato à Presidente da República como representante da oligarquia gaúcha, que havia se aliado aos latifundiários mineiros contra os paulistas. Por sua vez, seu candidato à vice-presidente era o advogado paraibano João Pessoa, ex-presidente da província da Paraíba e sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa. Junto com essa chapa estavam os latifundiários mineiros, contrários aos de São Paulo. (McCANN, 2007)

Getúlio Vargas abriu comunicação com os Tenentistas ao assumir as bandeiras do movimento por voto secreto, reforma educacional e o fim da política dos oligarcas. Os Tenentes aderiram à candidatura e passaram a articular para caso se concretizasse a derrota por fraude eleitoral. A eleição, como sempre ocorria, teve acusações de fraude dos dois lados. Mas, o paulista Júlio Prestes foi o eleito nesse processo de escolha do presidente da República. A Aliança Liberal não aceitou bem a derrota e decidiu reverter o resultado de qualquer maneira, inclusive com uma virada de mesa. Começou a conspiração para a tomada do poder, antes que o eleito tomasse posse. (McCANN, 2007)

Os tenentes tiveram papel fundamental para a tomada do poder na chamada Revolução de 1930, pois tiveram suas históricas bandeiras (voto secreto, ensino público e gratuito etc.) assumidas pelos conspiradores liderados por Getúlio Vargas e viram a real

chance de exercerem o poder junto com os novos governantes. Os membros da força armada da chamada Revolução de 1930 ao derrubarem os ocupantes do poder local de, pelo menos, dez estados do norte e nordeste, bem como foram decisivos para a tomada em estados do sul e do oeste do país. O golpe de Estado, comandado pelo Almirante Isaias de Noronha e pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, derrubou o presidente Washington Luis e instalou uma Junta Militar Provisória, realizando a tomada do poder e passou o comando do país para Getúlio Vargas.

Assim que instalado na condição de ditador, Getúlio Vargas retribuiu o apoio dos tenentes destacando vários deles como interventores nos estados da União. Em São Paulo, estado sempre refratário às propostas dos revolucionários de 1930, por exemplo, teve como interventor o jovem tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros, que havia participado da Coluna Prestes, voltara clandestino ao país, vivera com nome falso e só saiu da clandestinidade para ser destacado como interventor em São Paulo. (CPDOC-FGVb, 2018, S\ P).

Getúlio Vargas fechou o Congresso, as Câmaras Legislativas estaduais e municipais, governou por decretos e revogou a Constituição de 1891, que ainda vigia, e as Constituições estaduais. Fez intervenção em todos os estados e só o estado de Minas Gerais, cuja elite foi aliada na conspiração que o levava ao poder, manteve seu governador eleito.

O governo Vargas foi baseado nas propostas de resolução da chamada Questão Social, como dito pelo próprio ditador em sua proclamação antes das eleições, e também na força dos militares. Nas palavras de Frank D. McCann:

Uma análise a posteriori evidencia que na década de 1930 o Exército foi empurrado, puxado e auto-impulsionado para o centro da política brasileira em um grau que ultrapassou sua experiência em qualquer período desde a década de 1890. Mas o que distingue esse período do passado é o fato de que, pela primeira vez na República, os militares tiveram um mediador civil eficaz na pessoa de Getúlio Dorneles Vargas. (MACCANN, 2007, p.385-386).

Para garantir a renovação e o apoio dos jovens tenentes, Vargas fez um expurgo na alta oficialidade com a acusação de que teriam atitude incompatível com a Revolução. Dos nove generais de divisão, o mais alto posto da hierarquia militar, apenas Tasso Fragoso e Mena Barreto foram poupados. Coincidentemente, foram os dois que deram

o golpe de Estado para empossar Getúlio Vargas na Presidência. Os generais promovidos por ele e que contavam com sua total confiança eram Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Getúlio criou o Ministro do Exército do governo, que teve como ministro Eurico Dutra, enquanto Góis Monteiro foi o chefe do Estado-Maior do Exército do governo.

Os militares influenciaram muito a política nacional naquele período de turbulência. Ao mesmo tempo em que havia grande movimentação da classe trabalhadora, inclusive, com greves gerais de longa duração, os mais importantes movimentos de contestação eram feitos pelos militares de baixa patente, que reivindicavam medidas para melhorar a vida da população trabalhadora, mas tinham como objetivo galgar espaço político para eles.

Não apenas a Coluna Prestes, com sua longa marcha tentando levantar a população para uma revolução, as várias outras revoltas tenentistas colocavam o poder central, dominado e hegemônico pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, em constante estado de atenção. Quem garantia a manutenção do poder nas mãos dessas oligarquias eram os oficiais de alta patente, que mantinham a hierarquia a muito custo.

O Estado Novo

O Estado Novo foi o regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, que foi explicado assim pelo próprio ditador:

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica. (VARGAS, 1937)

Tal fase ditatorial apenas endurecia o regime implantado pela chamada Revolução de 30³, que na verdade foi um golpe de Estado para derrubar o poder oligárquico agrário, que já não respondia aos anseios da nascente burguesia industrial no país. No lugar da economia baseada na agricultura e agropecuária, a Revolução de 1930 se propôs implantar uma economia e um Estado a serviço do poder da burguesia industrial nascente, que existiu até a deposição do ditador, em 31 de janeiro de 1946.

O Estado Novo foi criado se inspirando na ditadura portuguesa de Antônio de Oliveira Salazar, que tinha o mesmo nome e tinha como marca o nacionalismo de direita, o anticomunismo e o autoritarismo.

Usou largamente a tortura contra os seus opositores políticos, principalmente do movimento operário de orientação comunista ou anarquista, e a censura contra a informação à população. Para dar base legal ao regime autoritário, outorgou uma nova Constituição Nacional ao país, a chamada “Polaca”, em 10 de dezembro de 1937, quando da instituição do Estado Novo. Escrita por Francisco Campos, ministro da Justiça de então, e aprovada previamente pelo ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, a “Polaca” se inspirava na constituição polonesa, de forte corte autoritário. Dava poderes quase ilimitados ao ditador, que podia legislar no lugar do Congresso Nacional, indicava os interventores nos estados, tirou o direito de greve, fechou os partidos políticos e extinguiu as eleições.

³ Movimento armado, liderado pelos políticos de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que triunfou através do golpe de Estado, que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, ambos oligarcas paulistas, que romperam o pacto de alternância do poder entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, conhecida como Política do Café com Leite.

O detonador desse endurecimento do regime e a promulgação da Constituição autoritária tiveram como pretexto o chamado Plano Cohen, golpe publicitário anticomunista elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, militante integralista, que servia no Estado Maior das Forças Armadas, e era, ao mesmo tempo, membro do Serviço Secreto do Partido Integralista Brasileiro. Mourão fez chegar aos generais do Estado Maior do Exército algumas cópias da farsa montada por ele para uso contra os comunistas.

O Plano Cohen era inspirado nos Protocolos dos Sábios do Sião, farsa histórica criada pela Okhrana⁴, polícia política da monarquia russa, dirigida pelo Czar Nicolau II. Num delírio anticomunista e antisemita sem precedentes, inventou uma suposta conspiração mundial de judeus e comunistas para a tomada do poder no mundo. Essa farsa foi usada largamente pela direita mundial como justificativa para a perseguição tanto aos judeus quanto aos comunistas, separadamente ou ao mesmo tempo.

Adolf Hitler explica em seu livro *Mein Kampf*⁵, capítulo XI, sua obstinação contra o povo judeu usando a farsa dos Protocolos dos Sábios do Sião, criada pelo Czar russo, com ares de comprovação científica à sua teoria:

Os "Protocolos dos Sábios de Sião", tão detestados pelos judeus, mostram, de uma maneira incomparável, a que ponto a existência desse povo é baseada em uma mentira ininterrupta. "Tudo isto é falsificado", geme sempre de novo o "Frankfurter Zeitung", o que constitui mais uma prova de que tudo é verdade. Tudo o que muitos judeus talvez façam inconscientemente, acha-se aqui claramente desvendado. Mas o ponto capital é que não importa absolutamente saber que do cérebro judeu provêm tais revelações. O ponto decisivo é a maneira pela qual essas revelações tornam patentes, com uma segurança impressionante, a natureza e a atividade do povo judeu nas suas relações íntimas, assim como nas suas finalidades. A melhor crítica desses escritos é fornecida entretanto pela realidade. Quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma deste livro, logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que o mesmo for conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do judaísmo. (HITLER, 1926)

O mesmo Adolf Hitler, exemplar mais do que notório da direita histórica mundial, descreveu também em seu *Mein Kampf*, capítulo XI, assim seu ódio aos comunistas, que segundo ele estavam ligados aos judeus:

4 Okhrana (Departamento de Segurança, em russo) foi a polícia política secreta criada para perseguir os partidos políticos Narodnik e Partido Social-Democrata Russo, que enfrentavam a autocracia da monarquia russa. Seu quadro mais conhecido e mais temido foi Roman Malinovsky.

5 *Minha luta*, em alemão, foi o livro do ditador para justificar seu projeto político de dominação. O primeiro volume do livro foi escrito em 1925, quando ele ainda estava na prisão, e o segundo volume foi escrito no ano seguinte, quando começou a executar seus planos de tomada do poder na Alemanha,

Devemos enxergar no bolchevismo russo a tentativa do judaísmo, no século vinte, de apoderar-se do domínio do mundo, justamente da mesma maneira por que, em outros períodos da história, ele procurou, por outros meios, embora intimamente parecidos, atingir os mesmos objetivos. A sua aspiração tem raízes na sua maneira de ser. Assim como outros povos não desistem, por si, de expandir o seu poder e são levados a isso por circunstâncias exteriores sob pena de diminuírem de importância. Assim também o judeu não renuncia espontaneamente a sua aspiração de uma ditadura mundial, nem reprime o seu eterno desejo nesse sentido. Ou ele será repellido por forças exteriores para outro caminho ou o seu desejo de domínio universal só desaparecerá com a extinção da raça. A impotência dos povos, sua própria morte pela idade, baseia-se no problema de sua pureza de sangue. E essa pureza o judeu guarda melhor que qualquer povo da terra. Assim segue ele o seu caminho nefasto, até que se lhe oponha uma outra força que, em luta gigantesca, atire o invasor do céu nos braços de Lúcifer. A Alemanha é hoje o próximo grande objetivo do bolchevismo. É necessária toda a força de uma idéia nova, com o caráter de uma emissão, para mais uma vez fazer ressurgir o nosso povo, livrá-lo da fascinação dessa serpente internacional e no interior pôr um dique à corrupção do sangue, de maneira que as forças da nação, assim libertada, possam ser empregadas para preservar a nossa raça, evitando, para sempre, a repetição das últimas catástrofes. Se esse é o nosso objetivo, é loucura a aliança com uma potência cuja finalidade é aniquilar-nos de futuro. Como é que se quer libertar o nosso povo das cadeias desse amplexo corruptor, atirando o aos seus braços? Como é possível explicar ao trabalhador alemão que o bolchevismo é um crime horrível contra a humanidade, se o governo se alia a esse produto do inferno, reconhecendo-o oficialmente? Com que direito se condenam as grandes massas por suas simpatias por uma doutrina, se os próprios chefes do Estado escolhem os dirigentes dessa teoria universal para aliados?

A luta contra a bolchevização mundial exige uma atitude clara com relação à Rússia soviética. Não se pode afugentar o Diabo com Belzebu. (HITLER, 1926)

O militante fascista nacional capitão Olímpio Mourão Filho⁶ fez operação semelhante para atribuir a culpa ao Partido Comunista de um suposto plano de tomada do poder. Mesmo sem base na realidade, o plano foi elaborado de modo a mostrar que o país corria risco imediato. O governo Vargas tornou público, em 10 de setembro de 1937, o texto fantasioso e fez ampla campanha para justificar a necessidade de um endurecimento ainda maior do regime.

Segundo Frank D. McCann, em “Soldados da Pátria”, o militante integralista e capitão Olímpio Mourão Filho redigiu um relatório ficcional para atribuir a culpa ao Partido Comunista de um suposto plano de tomada do poder. Mesmo sem base na realidade, visto que era uma ficção, o plano foi elaborado de modo a alardear que o país corria

⁶ Já no posto de General de Divisão, Olímpio Mourão Filho foi também ativo participante do golpe de 1964, que implantou a ditadura militar, que durou vinte e um anos. Era comandante da Quarta Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora, e foi o deflagrador do golpe de Estado que derrubou o presidente constitucional João Goulart. Na manhã de 31 de março de 1964 ele telefonou para vários lugares do país, principalmente órgãos de imprensa, para comunicar que já estava com as tropas na rua para tomar o poder. A chamada “Operação Popeye”, que levava esse nome devido ao cachimbo que fumava tal qual o personagem de desenho animado, foi considerada irresponsável pelos demais golpistas, pois teria colocado em risco a conspiração maior.

risco imediato. O governo Vargas tornou público, em 10 de setembro de 1937, o texto fantasioso como se fosse verdadeiro e fez ampla campanha para justificar a necessidade de um endurecimento ainda maior do regime.

A tinta que já se gastou com o episódio do Plano Cohen não conseguiu esclarecer por que um documento falso foi usado para justificar o restabelecimento do estado de guerra. Sabe-se inequivocamente que o documento foi escrito pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, integralista desde 1932, organizador da milícia paramilitar do partido, membro da Câmara dos quatrocentos e, em 1937, chefe do serviço secreto integralista. E ele também estava a serviço do setor de inteligência do Estado-Maior do Exército! O capitão redigiu o documento que se tornou o Plano Cohen como uma simulação de golpe de Estado comunista para um exercício defensivo dos integralistas. Plínio Salgado rejeitou-o para uso do partido por julgá-lo fantasioso demais. Mas o chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, aproveitou parte desse documento como justificativa para solicitar ao Congresso que se tornasse a decretar o estado de guerra. (MACCANN, 2007, p.525)

O clima de insatisfação com a ditadura, implantada em 1930, não diminuía e medidas urgentes se faziam necessárias para a aplicação de uma nova política de interesse da burguesia urbana e industrial. Getúlio Vargas deu um golpe dentro do seu golpe.

Em seu livro “1964, O assalto ao poder”, o historiador René Armand Dreifus resume o processo que levou ao golpe da implantação do Estado Novo como sendo um rompimento do que ele chamou de “estado de compromisso”, que era como atuava o governo de Getúlio Vargas, que não rompeu com a oligarquia agrária do país e, ao mesmo tempo, atendia aos interesses da burguesia industrial brasileira:

O “estado de compromisso”, forjado no processo sócio-político do início da década de trinta, foi então remodelado a partir das experiências de um novo Estado, traduzido pelas formas corporativistas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio. O Estado Novo surgiu por que a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do “estado de compromisso” ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infraestrutura socioeconômica para o desenvolvimento industrial. O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso, cujos interesses pela industrialização mutuamente reforçavam os interesses dos industriais. (DREIFUS, 2010, P. 22-23).

Dreifus ressalta também o papel dos militares no Estado Novo como sendo de intermediação das relações internas à classe dominante, para dirimir as contendas que se

sucederam nesse período de implantação do domínio industrial. E, ao mesmo tempo, que se tornou uma constante na vida política nacional a interferência militar.

Sob a égide do Estado Novo, industriais e proprietários de terra tornaram-se aliados. Contudo, a convergência de interesses não se dissolveu em identidade de interesses. Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento, e foi esse elemento de competição mútua de competição que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do Estado Novo tivesse um papel de intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das Forças armadas na vida política da nação. A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um fator de perturbação nas tentativas de institucionalização política a longo prazo. (DREIFUS, 2010, P. 23).

Getúlio Vargas assim explicou a formação do Estado Novo, regime ditatorial implantado por ele, em 10 de novembro de 1937:

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica. (VARGAS, 1937, s/p)

Segundo Hélio Silva (1984), tal fase ditatorial apenas endurecia o regime implantado pela chamada Revolução de 30, que na verdade foi um golpe de Estado para derrubar o poder oligárquico agrário, que já não respondia aos anseios da nascente burguesia industrial no país. No lugar da economia baseada na agricultura e agropecuária, a Revolução de 1930 se propôs implantar uma economia e um Estado a serviço do poder da burguesia industrial nascente, que existiu até a deposição do ditador, em 31 de janeiro de 1946. Inspirada na ditadura portuguesa de Antônio de Oliveira Salazar, com mesmo nome e mesma marca do nacionalismo de direita e o anticomunismo.

2.3 O terror do Estado Novo

De acordo com o relato de David Nasser, em seu livro “Falta alguém em Nüremberg” (1966), a ditadura do Estado Novo usou largamente a tortura contra os seus opositores políticos, principalmente do movimento operário de orientação comunista ou

anarquista, e a censura contra a informação à população. Para dar base legal ao regime autoritário, outorgou uma nova Constituição Nacional ao país, a chamada “Polaca”, em 10 de dezembro de 1937, quando da instituição do Estado Novo. Escrita por Francisco Campos, ministro da Justiça de então, e aprovada previamente pelo ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, a “Polaca” se inspirava na constituição polonesa, de forte corte autoritário. Dava poderes quase ilimitados ao ditador, que podia legislar no lugar do Congresso Nacional, indicava os interventores nos estados, tirou o direito de greve, fechou os partidos políticos e extinguiu as eleições. (SILVA, 1984).

Por outro lado, Getúlio Vargas fez movimentos para cooptar a massa trabalhadora, especialmente da indústria, sob forte influência dos sindicatos dirigidos pelos comunistas e anarquistas. Em seu livro “O ano vermelho”, o historiador Moniz Bandeira⁷ afirma que a influência dos anarquistas entre os trabalhadores urbanos era uma realidade:

O Brasil, como parte integrante dessa economia mundial, era também um dos elos mais fracos. Mas faltou, precisamente, a ferramenta para arrebatá-lo: a vanguarda organizada do proletariado. Os partidos socialistas, que até então existiam, não passavam de pequenos grupos de intelectuais. As massas estavam sob a liderança dos anarquistas que, embora heroicos e denodadamente combativos, não possuíam a necessária organização para destruir o regime latifundiário-burguês. (BANDEIRA, 1967, p.49)

Para esvaziar a ação dos sindicatos combativos, instituiu direitos trabalhistas importantes através da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, inspirada na “Carta del Lavoro”⁸, do regime fascista de Mussolini.

Priscila Campana, em seu artigo “O mito da Consolidação das Leis Trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro”, na revista FURB, da Universidade de Blumenau, discute sobre a semelhança entre a carta fascista e a Consolidação das Leis Trabalhistas do Estado Novo, de Getúlio Vargas:

A Consolidação das Leis do Trabalho não é cópia da Carta del Lavoro de 1927, e o Estado Novo não foi fascista. A CLT, na matéria atinente ao direito coletivo do trabalho, seguiu influência do corporativismo italiano, sendo que a própria

7A obra escrita por Moniz Bandeira, Clóvis Melo e A. T. Andrade

8A Carta do Trabalho (em português) é o documento legal instituído pelo Partido Nacional Fascista, de Benito Mussolini, que estabelecia as regras de relação do trabalho entre empresas e trabalhadores, tendo o Estado como regulador dessas relações, conforme seus interesses. Segundo essas regras, entidades patronais e sindicatos não deveriam representar interesses diversos, mas sim os da coletividade, guiados pelo interesse do Estado ditatorial fascista. (CAMPANA, 2008)

Constituição Federal de 1937 foi quem reproduziu, em seu art. 138, a Declaração III da Carta de 1927. Mas isso não autoriza dizer que a legislação trabalhista brasileira foi copiada do texto fascista de Mussolini. O conteúdo da CLT foi objeto de discussão por uma Comissão especialmente designada para tanto, seguindo as normas da Organização Internacional do Trabalho para a sua elaboração. Resgata-se a importância de toda a matéria avançada das O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro Revista Jurídica - CCJ/FURB ISSN 1982 -4858 v. 12, nº 23, p. 44 - 62, jan./jun. 2008 46 leis de proteção individual do trabalho da época. Assim, recupera-se a idéia de que a CLT foi, indubitavelmente, uma grande conquista da classe trabalhadora na garantia de seus direitos. (CAMPANA, 2008, p.45).

A atuação dos sindicatos que não se submeteram à tutela do governo Vargas foi duramente reprimida. Eram constantes as prisões de seus dirigentes sob a vaga acusação de que eram ligados ao Partido Comunista, que atuava clandestinamente, pois não tinha permissão para atuar, como todos os demais partidos. Ainda mais quando se tratava de um partido que tentava derrubar a ditadura do Estado Novo.

O brasilianista John W.F. Dulles, em seu livro “Anarquistas e Comunistas no Brasil” (1977) descreve que o governo de Getúlio Vargas atuou firmemente para conter a ação dos sindicatos ao mesmo tempo em que prestigiava a existência dos sindicatos dóceis à política estatal e que não ofereciam resistência ao que o patronato colocava na mesa de negociação salarial ou de condições de trabalho. Era uma atuação que amortecia a luta de classes e permitia que a direção sindical se mantivesse através de benesses dadas pelos patrões ou pelo governo. A esses sindicatos dóceis Getúlio Vargas apelidou de “pelegos”, pois fazia o papel de amortecimento do choque entre as classes, tal qual a pele de carneiro fazia com a sela e o traseiro do cavaleiro, impedindo impacto entre ambos.

O Estado Novo se manteve com o uso de torturas contra seus opositores e a censura, feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁹, criado pelo governo Vargas, em dezembro de 1939, que não poupava nenhuma publicação, aos meios de comunicação e à produção cultural. (CPDOC/[FGV](#), 2018d; NASSER, 1966).

A perseguição aos opositores políticos era feita pela Polícia Política, comandada pelo Tenente Felinto Müller¹⁰, participante expulso da Coluna Prestes. Foi um

⁹ Órgão de censura, propaganda oficial e controle cultural da sociedade brasileira, durante a ditadura do Estado Novo, criado por decreto de Getúlio Vargas, em dezembro de 1939.

¹⁰ Felinto Strubing Müller, nascido no Mato Grosso, foi tenente do Exército Nacional até 1924, quando aderiu à Coluna Prestes. Dentro do movimento rebelde foi promovido a Major por ordem de Luis Carlos Prestes. Em troca de anistia política pelo governo Vargas, passou a ser chefe da Polícia Política e se tornou um violento repressor dos movimentos populares de então. Várias vezes denunciado como torturador, ao fim do Estado Novo, ganhou assento no Conselho Nacional do Trabalho (de 1943 a 1945). Depois foi eleito senador diversas vezes e serviu como senador líder da ditadura militar de 1964 até sua morte em acidente aéreo no aeroporto de Orly, na França. (NASSER, 1966).

implacável perseguidor de Luis Carlos Prestes, comandante da Coluna e depois dirigente máximo do Partido Comunista, responsável por sua expulsão com desonra da Coluna Prestes. Felinto foi um dos responsáveis pela expulsão de Olga Benário, esposa do líder comunista para a Alemanha nazista, onde foi assassinada no campo de concentração de Bernburg, em 23 de abril de 1942. (NASSER, 1966, p.118)

Por ter se tornado ditador, em 1930, com o apoio dos militares, naquele momento os tenentes, Getúlio Vargas se manteve no poder com a participação atuante dos militares, que foram os garantidores de seu poder, para a consecução de seu projeto econômico e social do Estado Novo.

O general Eurico Gaspar Dutra foi Ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas, e o coordenador da repressão ao Levante Comunista, de 1935, quem deu o aval para a promulgação da “Polaca”, Constituição fascista outorgada pelo ditador para a implantação do Estado Novo, e foi contra a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Era um anticomunista assumido e preocupado com a movimentação operária em sindicatos com direção de orientação comunista ou, pelo menos, combativos contra a exploração patronal. (SILVA, 1984)

Participou da derrubada de Getúlio, mas recebeu seu apoio nas eleições feitas sob a mesma “Polaca”, Constituição fascista de 1937. Foi eleito para a presidência da República com apoio de quem ajudou a derrubar.

Fica evidente que a chamada Revolução de 1930 não teria o êxito sem a participação dos militares do Movimento Tenentista, nem que o governo de Getúlio Vargas se manteria sem o apoio efetivo das forças armadas. A conspiração para o golpe de Estado de 1930 teve a determinante participação da baixa oficialidade, que derrubou as oligarquias regionais e preparou o terreno para o novo regime ditatorial que viria.

O governo ditatorial de Getúlio Vargas contou com a colaboração decisiva de generais como Eurico Gaspar Dutra e Aurélio Góes Monteiro. Em nenhum momento os setores militares revoltosos, frequentes contestadores da ordem até 1930, manifestaram descontentamento com a ditadura implantada e foram ativos participantes do golpe, que instalou o Estado Novo, que endurecia o tratamento com a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Apenas Luiz Carlos Prestes e alguns de seus camaradas de Coluna Prestes, que passaram a fazer parte do Partido Comunista é que fizeram oposição à ditadura

do Estado Novo e, por causa disso, pagaram um duro preço com perseguição pesada e, inclusive, prisão, torturas e longos períodos encarcerados.

Como se viu, foi a partir de uma conspiração militar, surgida dentro do Estado Maior do Exército, não muito bem esclarecida até hoje, que foi alegado um suposto perigo comunista para a implantação do Estado Novo. A participação dos militares, portanto, não se resumiu a dar o apoio necessário à manutenção da ditadura.

2.4 O fim do Estado Novo

O Brasil estava sintonizado com as mudanças no mundo. O fim da Segunda Guerra Mundial provocou mudanças importantes também no país. A derrubada de Getúlio Vargas, pondo fim à ditadura do Estado Novo, mostrou isso de maneira clara. E as mudanças provocadas no mundo tiveram repercussão também em nosso país.

O historiador Nelson Werneck Sodré descreve assim o começo da derrocada da ditadura comandada por Getúlio Vargas:

Em 1944, aproximando-se a guerra de seu termo, anunciavam-se claramente os sintomas da derrocada final do Estado Novo, e as massas saíam às ruas, depois das manifestações pela participação do país na guerra, agora para clamar pela anistia aos presos políticos, os que vinham sofrendo prisão desde a fase que se sucedeu à rebelião de 1935, e nela jaziam, portanto, há cerca de dez anos. O movimento pela anistia, e a sua concessão, constituíam o prelúdio da democratização política inevitável, situada no quadro geral de derrocada mundial do nazifascismo. A liberdade de imprensa foi alcançada nesse mesmo ano, preludiando o quadro em que as forças políticas teriam de definir-se e dividir-se para a disputa do poder. (SODRÉ, 2010, p.354)

As novas relações surgidas no pós-guerra também tiveram influenciaram o Brasil. A Segunda Guerra Mundial tornou aliados dois inimigos mortais. As grandes potências capitalistas do começo do século XX, França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e China, rompidos com o capitalismo imperialista expansionista do Eixo Nazi-fascista, composto pela Alemanha, Itália e Japão, fizeram um acordo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o país sede do socialismo. A aliança entre esses inimigos era a condição *sine qua non* para enfrentar o aparentemente invencível exército nazista, que tinha como aliados a Itália fascista de Benito Mussolini e o Japão do imperador Hiroito.

Os Países Aliados deixaram suas diferenças sociais e econômicas de lado para enfrentar o nazi-fascismo, que ameaçava o mundo com sua política expansionista e de uma violência extrema. O pacto entre os Aliados era defender a Humanidade contra aquela fúria avassaladora, defender princípios democráticos mínimos e condições de convivência civilizada mínima.

Por seu lado, os países do Eixo tinham como pacto a articulação de guerra para a tomada de territórios ao redor do mundo. Por essa pretensão expansionista, a Alemanha anexaria os países da Europa Ocidental e a União Soviética; a Itália se apossaria dos países ao seu redor na Europa e o norte da África; e o Japão invadiria e seria o dono dos territórios do extremo Oriente, notadamente da China, com a qual travara uma prolongada e frustrada guerra de anexação, enfrentando os nacionalistas de Chiang Kai Check e os guerrilheiros comunistas do Mao Tsé Tung.

Assim que terminou a Segunda Guerra Mundial, começou o que se convencionou chamar de Guerra Fria. A sangrenta guerra, que teve como símbolo mais cruel os campos de concentração e extermínio, deu lugar a uma guerra de outro tipo. Os Estados Unidos da América (EUA) começaram a atacar à União Soviética com propaganda ideológica massiva, com medo de que as contestações operárias e populares servissem para fortalecer ainda mais a ex-aliada, que saíra fortalecida com a libertação de vários países da Europa por guerrilheiros comunistas, que tomaram o poder com a derrota nazista. O velho continente estava com metade de seu território em mãos dos comunistas.

No resto do mundo a influência de experiências bem sucedidas de governos socialistas servia de horizonte ideal para a classe trabalhadora dos países capitalistas em busca da tomada do poder. Os EUA temiam que isso pudesse representar a perda de controle sobre os povos de países capitalistas e que os governos desses países seriam derrubados por revoluções. Isso significaria a mudança do mapa mundial dividido entre países capitalistas e países socialistas.

Diz o historiador Hélio Silva sobre a influência da “Guerra Fria” exercida sobre os generais brasileiros:

Em seu trabalho, Alfred Stepan acentua a influência que teve a permanência na FEB de oficiais que de lá voltaram trazendo uma outra concepção política, notadamente em relação aos Estados Unidos. Um deles, o então comandante da artilharia Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias, organiza e dirige a Escola Superior de Guerra que vai

formar a doutrina, segundo a qual, aquele autor conclui que os militares brasileiros se preparam para a conquista e o exercício do poder.

Admitindo esta doutrina, sem aceitar as suas conclusões, vamos encontrar a nova justificação para a velha preocupação da tomada do poder, na defesa das instituições que fez Deodoro depor o último gabinete monarquista do Visconde de Ouro Preto. (SILVA, 1984, p. 98)

Por sua vez, Nelson Werneck Sodré afirma que:

A partir do momento em que demonstrou receptividade à manifestação democrática e compreendeu a necessidade de assegurar condições em que a vontade popular se manifestasse, Vargas passou a ser visto com extrema desconfiança pelas forças militares pretorianas, distribuídas entre as duas candidaturas mais destacadas: a do ministro da Guerra, gen. Eurico Gaspar Dutra, o condestável do Estado Novo, e a do brigadeiro Eduardo Gomes, que nele fizera, sem tropeços, a sua rápida carreira. (SODRÉ, 2010, p.355)

E sobre a influência do governo dos EUA, Sodré afirma que:

O imperialismo acompanhava, interessado, o desenvolvimento da situação política brasileira, colocado na posição de impedir que levasse a uma democratização autêntica. Deu a palavra de ordem, de público, o embaixador dos Estados Unidos, sr. Berle Júnior, que traçou os rumos que o Brasil deveria seguir. Vargas tornara-se um obstáculo. Decidiram-se a removê-lo, nisso unidos os dois candidatos, Dutra e Gomes. (SODRÉ, 2010, p.355)

E sobre a interferência dos militares na vida do país, Sodré afirma que:

A deposição de Vargas por um golpe de militar de cúpula representava a perturbação deliberada do processo de redemocratização do país, por parte das forças que temiam o avanço desse processo e decidiram-se a travá-lo de qualquer maneira. É episódio que pertence, por inteiro e pelas características, ao período que se iniciou com a repressão de 1935. Tratava-se de estabelecer, no Brasil, em substituição ao regime em liquidação, um dispositivo pretoriano que, ainda sob o formalismo democrático, com eleições e representação, resguardasse as forças retrógradas e lhes permitisse o controle da situação. Esse dispositivo só poderia ser militar e pretoriano, pois não havia outras forças que se prestassem a servir para tal fim. (SODRÉ, 2010, p.356)

Getúlio Vargas foi deposto por um golpe de Estado militar, em 29 de outubro de 1945, quando preparava a redemocratização do país. Como não havia o cargo de Vice-Presidente da República, assumiu em seu lugar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, que ficou no cargo por pouco mais de três meses, até assumir o presidente eleito. Em dezembro do mesmo ano foi eleito presidente o general Eurico Gaspar

Dutra, que fora o ministro da Guerra do Estado Novo, dirigido por Getúlio Vargas a quem dera total apoio para o exercício da ditadura. Vargas, mesmo exilado em São Borja, desde sua deposição, concorreu e foi eleito deputado federal por vários estados e senador pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, pois a lei eleitoral da época assim o permitia. Em outras palavras, a população reconhecia sua liderança e importância política.

Os militares Eurico Dutra e Eduardo Gomes, que se uniram para derrubar Getúlio Vargas e se enfrentaram nas eleições, fizeram um acordo político de partição do governo, selando uma união contra o trabalhismo de Getúlio Vargas. Segundo Sodré, o acordo significava que “Era preciso extirpar da vida nacional qualquer possibilidade de avanço de qualquer manifestação popular, ainda no nível do trabalhismo que se originara no ventre do Estado Novo. Tratava-se, agora, de realizar, com fachada democrática, a política do imperialismo e do latifúndio, sem meias medidas”. (SODRÉ, 2010, p.357)

Como visto acima, os generais brasileiros e de outros países da esfera capitalista, que lutaram na Europa contra os nazistas, foram fortemente influenciados pelas Forças Armadas dos EUA, de que agora haveria uma luta mais complicada ainda, pois não seria contra outros países. E não seriam apenas os comunistas os inimigos, mas todos aqueles que tivessem a capacidade de influenciar e levar a uma revolução social. Isso incluía intelectuais, artistas, estudantes e padres progressistas. Era a chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, que é o objeto desta pesquisa. Era também o início de uma grande conspiração contra a democracia, apontada como terreno fértil para a atuação de comunistas, intelectuais e progressistas, em geral.

Do mesmo modo que a Proclamação da República mostrou seu poder e capacidade para derrubar governos e sistemas de governos, a derrubada do Estado Novo e a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República parece ter indicado para as Forças Armadas brasileiras que podiam pensar num projeto próprio de poder.

A chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, importada das escolas militares dos EUA, servia perfeitamente para a elaboração de um projeto próprio de poder para os militares brasileiros. Havia a justificativa, que era a instabilidade política reinante com o fim do Estado Novo, havia o desafio de manter o país ligado ao mundo capitalista, que os comunistas apareciam como uma ameaça, e havia a movimentação mundial em torno de uma guerra não declarada e não explícita, que era a chamada Guerra Fria.

Faltava a iniciativa da ação, que então, chega à América Latina.

A Guerra Fria chega ao continente americano com a aprovação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), também conhecido como Tratado do Rio, por ter sido discutido, aprovado e assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1947. Por esse tratado, qualquer agressão, de qualquer natureza, seria considerada um ataque contra todos os países do continente. Era a chamada “doutrina de defesa hemisférica” defendida pelos Estados Unidos da América (EUA). (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015).

Os militares da América Latina estabeleciam, assim, uma aliança entre os países do continente, se dispondo a fazer a defesa contra ataques que atentassem contra os “valores morais” e contra a paz entre os países da América. Ou seja, mesmo que não armados ou explicitados. Em nenhum momento se apresenta no documento, de forma explícita, o que seriam esses “valores morais”. No entanto, fica claro que a “defesa da liberdade e da paz”, é sempre explícita a condição de liderança dos EUA.

Na prática, o TIAR unifica e enquadra as estruturas militares do continente, tendo os EUA como centro de comando, em atendimento à geopolítica do governo estadunidense para a América Latina. O TIAR, é possível concluir, passa a ser o centro de comando da “guerra fria” no continente e as Forças Armadas brasileiras estavam inseridas nesse contexto de contenção ao suposto inimigo comunista.

A Guerra Fria chegou ao continente e passava a ter um instrumento legal e internacional de definição. Bastava adaptar a ação contra o inimigo oculto:

Considerando o momento histórico e o conjunto de estudos sobre as ditaduras na América Latina, pode-se depreender que, por esse tratado, os países signatários colocavam-se assim, na perspectiva de colaboração com a Guerra Fria, contra o “perigo comunista” e, por conseguinte, viam a chamada “subversão interna” como o inimigo mais imediato. Em outras palavras, as organizações populares¹¹ que fizessem a contestação à ordem estabelecida seriam vistas como o inimigo interno. (SEIXAS, 2015, p.68-69)

As Forças Armadas dos países do continente ganharam, a partir da entrada em vigência do TIAR, a ação coordenada e um inimigo comum. O Tratado era uma união de das Forças Armadas dos vários países, sob a coordenação das Forças Armadas dos Estados Unidos.

¹¹Organizações populares são as entidades sindicais ou outras entidades autônomas, com direção e objetivos próprios, sem interferência do Estado.

Como visto anteriormente, o Brasil foi introduzido num universo de luta internacional contra o comunismo, dentro da chamada Guerra Fria. O acordo do TIAR era feito basicamente entre os exércitos do continente. Em outras palavras, as Forças Armadas brasileiras assinaram esse acordo e tinham o apoio do governo. Um novo patamar histórico havia sido alcançado. Uma nova realidade se apresentava.

Essa situação ocorre em um período que sucede o Estado Novo e o começo da retomada da democracia, a partir do governo Dutra.

Nessa época, o Brasil tinha acabado de sair da ditadura do Estado Novo, regime encabeçado por Getúlio Vargas. A reconstrução democrática foi difícil e marcada pelo medo do avanço dos comunistas brasileiros. A aprovação de uma nova Constituição, com participação A redemocratização, baseada nos novos acordos de convivência pacífica entre comunistas e capitalistas, permitiu a legalização do Partido Comunista, que elegeu uma aguerrida bancada de deputados constituintes¹² e elegeu Luis Carlos Prestes senador. Essa bancada teve ativa participação, conseguiu aprovar históricas bandeiras e consolidar muitos direitos dos trabalhadores e marcou também o fortalecimento do movimento sindical. Isso era tudo o que os anticomunistas temiam, pois significava para eles o enfraquecimento do domínio patronal contra os sindicatos.

A eleição presidencial de 1945 marcou o início de uma escalada dura para o movimento sindical. Eurico Gaspar Dutra, general que apoiou a implantação da ditadura do Estado Novo e foi forte aliado de Getúlio Vargas, voltou as costas para seu antigo aliado e chefe e ajudou em sua deposição. Nessa condição, se fortaleceu como candidato das Forças Armadas. Seu governo foi marcado pela dureza com a classe trabalhadora. Sindicatos perderam espaço e liberdade de atuação, o Partido Comunista do Brasil¹³ foi fechado e o Brasil rompeu relações com a União Soviética.

Segundo o verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, sobre o período, o governo

12 A bancada comunista eleita foram: o escritor Jorge Amado, Carlos Marighella (assassinado durante a ditadura militar), Maurício Grabois (assassinado na Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura militar), João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, o líder camponês Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, o líder operário negro Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro Oest, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e o líder portuário Oswaldo Pacheco da Silva
13 O nome do Partido, quando fundado em 1922 era Partido Comunista do Brasil. Só em 1962 é que o partido tentou mudar seu nome para Partido Comunista Brasileiro, na tentativa de fugir da acusação de que era uma sucursal da Internacional Comunista. Uma parte considerável de militantes entendeu que deveria continuar com o nome original e houve uma ruptura, surgindo assim o que hoje é o PCdoB.

de Dutra era a manifestação da Guerra Fria no nosso continente e a cassação do registro do Partido Comunista se inseria nesse momento histórico:

No Brasil, as repercussões da Guerra Fria foram imediatas. No dia 7 de maio de 1947, após uma batalha judicial, o PCB teve seu registro cassado. Nesse mesmo dia, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, mas o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas tentaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), incorporando as teses centrais do PCB. O TSE também negou o registro para o PPP. A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário culminou em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB. Sob o impacto da cassação, o PCB lançou um manifesto pregando a derrubada de imediato do governo Dutra, considerado um governo "antidemocrático", de "traição nacional" e "a serviço do imperialismo norte-americano".(CPDOC-FGVe, 2018, S\ P).

O PCB tinha uma participação importante na vida política nacional no período, pois fez forte campanha pela entrada dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, e nas eleições presidenciais de 1945 conseguiu que seu candidato Yedo Fiúza fosse o terceiro mais votado, com dez por cento dos votos (570 mil votos). Levando em conta que os dois candidatos mais votados eram militares (general Eurico Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes), os comunistas mostraram uma indiscutível vitalidade e força popular. (CPDOC-FGVe, 2018)

As forças políticas apoiadoras do governo de Eurico Gaspar Dutra se dedicaram a forçar a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista, sob a alegação de se tratava de uma subsidiária da Internacional Comunista, com sede em Moscou. Foi registrada uma petição de cassação do registro do partido no Supremo Tribunal Federal por um deputado da União Democrática Nacional – UDN e a suprema corte de justiça aceitou a cassação.

Na decisão de cassar o registro do PCB, entre as muitas alegações de que o partido era sucursal de uma organização maior e estrangeira, há uma passagem muito elucidativa de que a questão era a movimentação operária:

Encontra-se às fls. 233 um relatório do Departamento Nacional do Trabalho no qual se afirma a responsabilidade direta ou indireta do Partido Comunista do Brasil, nos mais recentes movimentos grevistas.

Por intermédio de seus apêndices, ou diretamente, agiu quase sempre o Partido Comunista do Brasil como instigador ou orientador, na mór parte das greves de maior vulto... As greves que se verificaram principalmente nos estados de S. Paulo,

Rio Grande do Sul e Distrito Federal, obedeceram sempre as mesmas directivas. Não fosse isso, certamente, elas não teriam apresentado os mesmos traços de identidade: 1) características idênticas que, dentro de todas as fases, marcaram as greves que se verificaram entre nós; 2º) o fato de haverem atingido, preferencialmente de início, firmas americanas e inglesas, justamente quando mais cruciantes se apresentavam as divergências entre os Estados-Unidos e Inglaterra, de um lado, e a Rússia Soviética de outro; 3º) as reivindicações, analisadas sob um plano geral, estão contidas nas recomendações formuladas pela Confederação dos Trabalhadores da América Latina (OTAL); 4º) o Movimento Unificador dos Trabalhadores, órgão comunista, encabeçou quasi sempre os movimentos de agitação, muito embora, publicamente, em certos casos aconselhasse aos trabalhadores não abandonarem o trabalho. (BRASIL, 1949, p. 245)

O ministro do Supremo Tribunal Federal faz a acusação de que o Partido estava por trás das greves, como se fosse um crime, para logo a seguir lembrar que havia o direito de greve. E quase lamenta tal fato.

Tais conclusões, entretanto, carecem de interesse atualmente, eis que foi reconhecido pela Constituição de 1946, em seu art. 158, o direito de greve, não havendo sido elaborada até a presente data, lei que deverá regular-lhe o exercício. (BRASIL, 2018, s/p)

Pelo visto até aqui, o governo de Eurico Gaspar Dutra foi um grande experimento para testar a capacidade de um governo militar dentro de padrões democráticos e com as restrições democráticas normais. Mas, tinha várias tarefas a cumprir. Entre elas estava a de manter sob controle sobre o movimento operário e o partido com maior influência sobre esse movimento, o Partido Comunista, que havia mostrado densidade eleitoral com seus dez por cento de votos, capilaridade e capacidade de mobilização. Além disso, tinha também toda a agenda de controle sobre o movimento dos trabalhadores, em geral, ao mesmo tempo em que tinha que aplicar as medidas de interesse da elite brasileira.

O movimento dos trabalhadores da indústria era considerável desde os primeiros anos do século. Segundo Moniz Bandeira, o rápido crescimento da participação da indústria na economia brasileira podia ser medida através dos números:

A incipiente indústria nacional, até o início do conflito europeu, não atendia, em média, a 5% das necessidades nacionais. Se, em tecidos, a produção chegava a 50%, em outros setores estava, praticamente, reduzida a zero. Em cinco anos, de 1915 a 1919, surgiram 5.940 empresas industriais, quase o mesmo número das que se criaram entre 1890 e 1914, ou seja, 6.946. O valor da produção aumentou de 1.350.000 contos de réis, em 1914, para 3.000.000 contos de réis, ao fim da década. O proletariado brasileiro ultrapassou a casa dos 200 mil, peso social respeitável,

num Brasil de 18 milhões de almas, durante os primeiros anos do conflito.
(BANDEIRA, 1967, p. 46)

E Boris Fausto, em seu livro “História do Brasil”, afirma que a indústria cresceu muito em importância no montante da economia nacional:

Tomando o indicador “ocupação da população economicamente ativa” entre 1920 e 1940 chegamos mesmo a um resultado surpreendente. Teria havido uma redução do número relativo de pessoas empregadas na indústria, de 13,8% para 10,3% do total. Esse tomamos o valor da produção agrícola e da produção industrial, veremos o nítido avanço da indústria. Em 1920, a agricultura detinha 79% do valor total e a indústria, 21%. Em 1940, as proporções correspondiam a 57% e 43% respectivamente. (FAUSTO, 1994, p.391-392)

O crescimento da indústria teve o correspondente crescimento das reivindicações operárias e os órgãos de Estado passaram a ter uma preocupação com essa movimentação operária. Além da polícia política getulista, o Estado Novo contou com a atenção do Exército para o controle social e, principalmente, dos sindicatos e suas greves.

2.5 Criação da Escola Superior de Guerra (ESG)

No governo Dutra também foi criada a Escola Superior de Guerra, inspirada na National War College¹⁴, escola de guerra americana, sob a supervisão de militares dos EUA, que passou a formar os militares brasileiros com vistas a Guerra Fria no Brasil, e também centenas de civis formadores de opinião, entre eles, professores e advogados. A lei que criou a Escola Superior de Guerra definia assim a nova instituição:

instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional (BRASIL, 1949, s/p).

¹⁴ *National War College* (NWC) (em português: *Escola Nacional de Guerra*), criada em 1º de julho de 1946, é uma unidade de ensino da Universidade de Defesa Nacional, que funciona no Forte Lesley J. McNair, em Washington. Sua proposta é estabelecer uma estratégia nacional e na formulação da política nacional e exterior, para a paz e para a guerra.

A Escola Superior de Guerra passava a ser o grande instrumento de organização teórica das Forças Armadas brasileiras, mas também de formação de civis, que tivessem afinidades com o pensamento dos militares. Começava com ela a conspiração para manter o controle sobre a sociedade contra o invisível “inimigo interno”, que poderia ser qualquer um, mas principalmente os operários e os comunistas.

Na cabeça desse centro de formação militar estava o coronel Golbery do Couto e Silva, que passaria a ser peça chave de todos os lances da política nacional e estava no centro das articulações do golpe militar de 1964 e da ditadura implantada nessa ocasião.

Nos cursos e palestras feitas na Escola Superior de Guerra era ensinado que o Brasil precisava crescer e que isso só aconteceria em parceria com os EUA. Ensinava também que o grande obstáculo a esse crescimento era a liberdade sindical, pois era usada pelos comunistas para agitação e propaganda contra os patrões, que só queriam o bem do país. Segundo as aulas da Escola militar, os comunistas faziam pregação contra o Brasil e em defesa dos interesses da União Soviética. Viam no movimento operário um instrumento poderoso de agitação e de perigo de derrubada dos governos capitalistas do país. E viam também perigo comunista em todos os lugares onde houvesse gente pensando. Isso incluía as universidades e expressões artísticas, em geral. (ESG, 1974)

O historiador Rene Armand Dreifus, em seu livro “1964 – A conquista do Estado” aponta o momento de inflexão para uma ligação mais efetiva dos militares brasileiros com os militares dos EUA. Diz ele:

Dois veículos foram cruciais no processo de educação e treinamento. Um deles era a Escola Superior de Guerra – ESG – cujas turmas eram levadas anualmente em viagens aos Estados Unidos minuciosamente preparadas, completando assim um ano de informação dirigida. O outro era o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais se sobressaiam o Programa de Assistência Militar – PAM – e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua. Através desses veículos a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação “técnica”, combinando-se ambas em uma norma encapsulada que identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como uma forma específica de desenvolvimento sócio-econômico. (DREIFUS, 1981. p.79)

A origem da Escola Superior de Guerra, segundo Dreifus, é também momento de grande influência dos militares dos EUA sobre os militares brasileiros. A própria criação da ESG teve a orientação dos americanos do norte, que tiveram participação permanente mesmo depois de sua criação.

Oficiais americanos ajudaram em 1946-1947, na formação da ESG, que seria o equivalente brasileiro da National War College americano. A ESG, que havia começado a funcionar em 1948, foi oficialmente inaugurada em 1949. Oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até 1960. (DREIFUS, 1981. p.29)

E o cunho ideológico anticomunista foi dado desde o início, pelos militares dos EUA, segundo Dreifus. Além disso, o autor indica que essa influência possa ter ajudado a formar uma vertente ideológica dos militares brasileiros:

Oficiais americanos, juntamente com o staff de oficiais brasileiros, “propagaram a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo”. “Os oficiais americanos reforçaram essa orientação” e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão por parte desses últimos onde quer que ele fosse percebido”. (DREIFUS, 1981. p.79)

Muito mais do que uma escola de formação militar, Dreifus se refere à ESG como sendo um ponto de reunião de militares contrários a Getúlio Vargas e, portanto, um centro de conspiração. Também indica a ligação com os Estados Unidos:

Além disso, sob a égide do marechal Eurico Gaspar Dutra, o governo estabeleceu a Escola Superior de Guerra – ESG – para a qual acorreram oficiais anti-Vargas e pró-UDN. Estabeleceu ainda a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de estudar a situação brasileira e esboçar um programa de desenvolvimento econômico para o país. (DREIFUS, 1981. p.29)

O mesmo Dreifus define a ESG como sendo “um reduto político e ideológico”. E diz que os militares componentes da Escola tinham ligações e convergências políticas com economistas e políticos conservadores.

Esses oficiais militares partilhavam um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários: muitos desses últimos eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas. Entre eles deve-se citar Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugênio Gudim e Octávio Gouveia de Bulhões. Algumas figuras proeminentes das associações de classe empresariais também apresentavam e conseguiam a aceitação de suas ideias em favor do desenvolvimento industrial capitalista através de suas conferências e publicações. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista. (DREIFUS, 1981. P.78)

Os economistas Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões e Eugênio Gudin, anos depois, foram figuras importantes durante a ditadura militar (1964-1985), período em que os militares foram o poder abertamente. Campos fez parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que estudou os problemas econômicos brasileiros, ao final do Estado Novo, e foi ministro do Planejamento do governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) e atuou em sintonia com Bulhões, que foi o Ministro da Fazenda no mesmo período. Por sua vez, Eugênio Gudin foi ministro da Fazenda no governo de Café Filho, que assumiu a Presidência da República com o suicídio de Getúlio Vargas.

Pelo visto até aqui, os militares ultrapassaram largamente os limites iniciais de instalação da República e de sua implantação com medidas de força. Passaram a ser um poderoso instrumento de ação e coação das forças internas do país. No começo do século não havia uma atuação uniforme da ação dos militares, mas eles fizeram parte de todos os acontecimentos políticos do país.

Os militares, fica claro no levantamento histórico realizado, tiveram forte presença em quase todos os acontecimentos políticos nacionais. Foram os garantidores e mantenedores da política do café-com-leite e foram chamados a apaziguar os setores em confronto da classe dominante, quando foi escolhido o Marechal Hermes da Fonseca para essa tarefa, que logo devolveu o controle do governo aos donos do capital.

Os militares fizeram parte do golpe que instalou a chamada Revolução de 1930, através do Movimento Tenentista, peça fundamental na articulação que levou Getúlio Vargas ao controle do país. Do mesmo modo, a instalação e manutenção do Estado Novo teve a participação ativa no pretexto usado para a instalação da ditadura.

Os militares que sustentaram a ditadura do Estado Novo foram os mesmos que promoveram o golpe de Estado para a derrubada de Getúlio Vargas, em 1946. E esses mesmos militares participaram do processo de redemocratização e da eleição presidencial acontecida na esteira desse processo democratizante.

Como apontado por Dreifus, a criação da Escola Superior de Guerra – ESG, que passou a ser um centro de reunião dos militares alinhados com a visão dos Estados Unidos da América, que entendia que havia uma nova guerra a ser travada e essa guerra acontecia no interior dos países contra os comunistas e seus aliados internos, tornou-se importante fator de atuação política para os militares.

3- GEOPOLÍTICA, GOLBERY E O PROJETO MILITAR DE PODER

3.1 O que é Geopolítica?

Para se compreender ou mesmo organizar as reflexões desta pesquisa, uma das balizas a ser perseguida é a compreensão do que é a geopolítica, visto que no livro do general Golbery esse assunto é central e de sua especialidade.

O estudo da Geopolítica, com esse nome e essa ideia geral, surgiu no começo do século XX quando deixou de ser parte da Geografia política e se tornou formalmente numa disciplina vinculada à Ciência Política. No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica foi encampada pelos dirigentes do III Reich nazista para justificar sua política de agressão seu fundamento ideológico da obtenção de seu “espaço vital”. Esse uso transformou a geopolítica numa “doutrina maldita”, “estigmatizando-a com a marca de Caim que carrega até os dias atuais”, nas palavras de Leonel Itaussú de Almeida Melo (MELO, 1997, p.vii).

Introduzida no Brasil na década de 1920, graças ao trabalho pioneiro de Everardo Backheuser a disciplina recém-criada encontrou acolhida entre a oficialidade militar, mas escassa aceitação na área acadêmica. Essa tendência se acentuou com a 2ª Guerra Mundial, quando a geopolítica foi exorcizada como “pseudociência” e “geografia do fascismo” pela intelectualidade civil, ficando seu estudo relegado quase que inteiramente à “intelectualidade militar”.

Esse vício de redução, que identificou geopolítica e nazismo como irmãos siameses que foram em bloco rejeitados, e, por extensão, o equívoco de “jogar a criança fora com a água do banho”, persistiu até meados dos anos 60. (MELO, 1997, p. vii)

A tomada do poder pelos militares, em 1964, no Brasil, resgata o estudo da geopolítica e revela as “práticas do partido fardado” e serviu de base para muitas decisões do regime autoritário, “confirmando a assertiva de Marx de que a teoria também se transforma em força material quando se apodera do cérebro humano” (MELO, 1997, p.vii). Fundamentou

os projetos megalomaniacos¹⁵ do chamado “Brasil Potência”, da ditadura militar, que assustou os vizinhos do continente, que passaram a ver o país como um “sub-imperialismo brasileiro”.

Até os dias de hoje apenas parte da academia se dedica estudar a Geopolítica como uma ciência civil e não apenas militar. E ainda hoje, essa parte da academia, classifica a geopolítica como uma matéria de interesse conservador, conforme podemos inferir no excerto acima de Leonel Itaussu de Almeida Melo. Sem discutir, sem entender. Apenas rejeitando estudar algo importante.

Segundo Leonel Itaussu, o estudo da geopolítica no Brasil só despertou o interesse da intelectualidade brasileira.

Somente a partir de 1964, com a conquista do Estado pelos militares e a adoção da Doutrina de Segurança Nacional como ideologia do regime autoritário, é que a intelectualidade brasileira passou a ver a geopolítica um instrumento teórico necessário à compreensão da prática dos novos donos do poder. Em suma, a geopolítica era um elemento-chave para a análise da doutrina de interdependência continental e segurança hemisférica, da diplomacia dos círculos concêntricos, da teoria do cerco e das fronteiras ideológicas. (MELO, 1997, p. 5)

E Edu Silvestre de Albuquerque, diz em “Uma breve história da geopolítica”:

Historicamente, a produção geopolítica brasileira foi monopolizada pelos oficiais militares (COSTA, 2008) e em menor proporção pelo corpo diplomático. Dentre as raras exceções destaca-se o professor e geógrafo Everardo Backheuser que na década de 1920 praticamente introduz a geopolítica clássica no país. (ALBUQUERQUE, 2011, P.65)

E o mesmo autor esclarece em nota de rodapé que:

Destaca-se aqui que falamos de interesse acadêmico, pois os temas geopolíticos aparecem na agenda política brasileira desde José Bonifácio (1763-1838) – o “patriarca da independência” – que através de cartas e apontamentos aos congressistas já sugeria a transferência da capital federal para algum ponto do planalto brasileiro, dentre outros assuntos. (ALBUQUERQUE, 2011, p.65)

¹⁵Ficaram conhecidos por projetos megalomaniacos ou projetos faraônicos a construção da Rodovia Transamazônica, inacabada até hoje, a Ponte Rio-Niterói, a construção do fracassado Projeto Jari, em parceria com o empresário Daniel Keith Ludwig, entre outros.

Pelo que vimos aqui, compreender o que é a geopolítica será importante para entender qual é e como se dá a participação dos militares na política brasileira, e a importância do trabalho intelectual do general Golbery do Couto e Silva nessa área.

3.2 O autor Golbery

Desde a década de 1950, as escolas militares dos EUA recebem militares de países do continente para formação complementar. Segundo João Barone, o general Mascarenhas de Moraes foi um dos primeiros a ser “mandado aos Estados Unidos para curso preparatório na Escola de Comando e Estado Maior do Fort Leavenworth, no estado de Kansas, para onde foram posteriormente mandados 259 militares brasileiros, até fins de 1944” (BARONE, 2013. p.102). A linha política e militar dessas academias militares é baseada chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, que liga os interesses estratégicos dos países da América Latina aos dos EUA, ao capitalismo e aos valores representados por eles.

O estudioso de estratégias militares e Major de Exército português, Luis Manuel Brás Bernardino, em seu livro “O Instrumento Militar como produtor de Segurança e de Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa Contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional”, o então capitão Golbery do Couto e Silva foi destacado para fazer o curso na Escola de Guerra, Estudos Militares Avançados e a Escola para Preparação de Comando da escola militar Fort Leavenworth War School, no Estado de Kansas, em 1944. Segundo também Bernardino, Golbery fez o curso de Inteligência Estratégica e de Informações. Depois desse período, já com a II Guerra Mundial acabando, foi atuar na Força Expedicionária Brasileira (FEB) como oficial de ligação com as tropas americanas e no setor de inteligência. (BERNARDINO, 2010, p. 2)

Ainda segundo Bernardino, ao voltar ao Brasil, foi servir no Estado Maior das Forças Armadas na área de Planejamento e Informações e, no ano de 1947, foi destacado para a Comissão Militar Brasileira de Instrução, em Assunção, Paraguai, formando militares de vários outros países da América do Sul, repassando os ensinamentos recebidos nos EUA. Retornou ao Brasil, em 1950, para servir outra vez no Estado Maior do Exército como Oficial Adjunto da então denominada Seção de Informações, cuja tarefa era preparar as decisões estratégicas relativas à organização e ao emprego das Forças Armadas. (BERNARDINO, 2010, p.2)

Baseado na formação do curso de Inteligência Estratégica e de Informações, recebida no estágio nos EUA (BERNARDINO, 2010, p. 2), o então capitão Golbery passou a ser um formulador e teórico da Escola Superior de Guerra, criada pela lei federal N° 785, de 20 de agosto de 1947, à época comandada pelo general Juarez Távora. Nesse período, Golbery desenvolveu a tese da associação do Estado com a iniciativa privada, de forma a fortalecer a segurança nacional, que exigia a criação de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de objetivos nacionais permanentes. Era a adaptação da Doutrina de Segurança Nacional, que guiaria a ditadura implantada no Brasil, em 1964, e todas as outras implantadas no continente.

Depois que os militares tomaram o poder através do golpe de Estado, em 1964, o general Golbery coordenou a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que passou a coordenar todos os organismos de repressão política, inclusive, os organismos militares de repressão. O general Golbery ganhou status de ministro para comandar o SNI, coisa inédita na História, e se reportava apenas ao presidente da República, como se verá adiante. (BERNARDINO, 2010, p.2)

Golbery foi chefe da Casa Civil durante todo o governo do general Ernesto Geisel (1974-1978) e durante dois anos do governo do general João Figueiredo (1979-1985), saindo em 1981 por divergência políticas com o presidente de então.

Segundo Hélio Silva, Golbery foi determinante na conspiração para a derrubada do presidente Getúlio Vargas, em 1954¹⁶, ao coordenar no setor militar o Manifesto dos Coronéis, que era assinado por militares de alta patente, notadamente coronéis, conforme indicado adiante, e que deu início a pressão pela deposição do presidente. Nesse Manifesto dos Coronéis, numa nítida atuação política, os militares desrespeitam a regra de que militar não se pronuncia sobre questões políticas e manifestam seu desagrado com a política econômica do governo Vargas e os possíveis riscos a ordem institucional. (SILVA, 1984)

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre o Manifesto dos Coronéis, diz que era de autoria e era encabeçado por Golbery do Couto e Silva:

16 Getúlio Vargas cometeu suicídio ao final de uma intensa campanha de denúncias contra seu governo. Como reação ao suicídio e considerando a forte popularidade de Getúlio, houve grande mobilização popular nas ruas, o que evitou um golpe militar, o que parece ter sido premeditado por ele, considerando o conteúdo de sua "Carta Testamento", escrita antes de disparar o tiro que efetivou seu suicídio.

22. O memorial ou manifesto dos coronéis foi enviado a Getúlio por seu ministro da Guerra, general Ciro Cardoso. Assinado por 82 oficiais, o texto teve a autoria atribuída ao então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva. Entre os signatários, vários militares que seguiriam em franca oposição aos governos trabalhistas – e alguns teriam posições de destaque no movimento que conduziu ao golpe militar de dez anos depois. Entre os coronéis, assinam, por exemplo, Syseno Sarmento, Adalberto Pereira dos Santos, Jurandir de Bizarria Mamede, Antônio Carlos da Silva Muricy, Amaury Krueel, Ademar de Queiroz e Alfredo Américo da Silva. Entre os tenentes-coronéis que endossaram o documento estão Golbery do Couto e Silva, Sílvio Frota, Antonio Jorge Corrêa, Ednardo D’Avila Mello, Fritz Azevedo Manso, Ramiro Tavares Gonçalves e Euler Bentes Monteiro. Diante da repercussão do memorial, o governo Vargas tenta contornar os impasses substituindo os ministros da Guerra e do Trabalho. Em 22 de fevereiro de 1954, Zenóbio da Costa assume o Ministério da Guerra. Dois dias depois, Hugo Faria, um funcionário graduado, torna-se ministro do Trabalho. (BRASIL, 2014, p.90)

A atuação do coronel Golbery do Couto e Silva ganha contornos cada vez mais políticos e apresenta sua capacidade de mobilização de parte da oficialidade das Forças Armadas. Depois do suicídio de Getúlio Vargas, Golbery, junto com o então Coronel João Baptista Figueiredo, organizou o Serviço Federal de Informação e Contra Informação (SFICI), primeiro órgão de informação e contra-informação do país no governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira. Esse órgão tinha sido criado no governo do General Dutra, mas não ganhou estrutura e organização até o final do segundo governo de Getúlio Vargas. Já no governo de Jânio Quadros, organizou o Conselho de Segurança Nacional, órgão centralizado e ligado à Presidência da República.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade afirma que:

16. O general Golbery do Couto e Silva foi o chefe do Sfici durante o governo Jânio Quadros, cabendo a Subseção de Operações (SSOP) do órgão ao então coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que viria a ser o último presidente do período ditatorial. Golbery também foi peça-chave do Conselho de Segurança Nacional, além de criador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), centro a partir do qual foi dado apoio civil às conspirações que resultariam no golpe de 1964, e fundador do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), maior grupo de mobilização das camadas médias da sociedade contra o governo do presidente João Goulart. Golbery articulou a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), grupo de mobilização anticomunista contra o governo democrático. Golbery também criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão central de inteligência da repressão, com rede capilar de agentes espíões. Ele foi eminência parda do regime ditatorial e artífice da devolução controlada do poder aos civis. Sempre a seu lado esteve João Baptista de Oliveira Figueiredo, um dos comandantes do SNI. (BRASIL, 2014, p.115).

Já promovido a general, em 1964, Golbery do Couto e Silva participou ativamente da articulação que levou ao golpe que promoveu a derrubada do presidente João

Goulart e a implantação da ditadura militar no Brasil. Foi o criador e presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instrumentos civis de mobilização e conspiração para a derrubada do presidente João Goulart. A ação conspiratória de ambas organizações despertou a atenção da Câmara dos Deputados, que instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os institutos e a justiça fechou o IBAD, mas antes que algo fosse feito com relação ao IPES, houve o golpe de Estado, em 31 de março de 1964. (SILVA, 1984; BERNARDINO, 2010).

Diz o Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre essa fase de conspiração contra o governo de João Goulart:

56. Intensificam-se o monitoramento da situação interna e as interferências diretas na política nacional por meio de organizações dirigidas por aliados internos. Isso ficou patente, sobretudo, durante a campanha eleitoral de 1962, quando se viram multiplicadas as ações de entidades como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – que recebiam recursos dos Estados Unidos -, na orientação e financiamento de certos candidatos. Esse núcleo civil esteve também articulado a grupos fascistas e integralistas de extrema direita, organizados e movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação, particularmente junto ao movimento estudantil, então bastante influente. (BRASIL, 2014. p.97)

A participação do general Golbery na conspiração contra a democracia, em 1964, é evidente e a Comissão Nacional da Verdade apurou a amplitude da ação conspiratória. Pode-se intuir que sua participação na derrubada no golpe de Estado, em 1964, fez parte de um planejamento estratégico traçado, segundo sua visão geopolítica. E a atuação dele como chefe do SNI – Serviço Nacional de Informações, durante o período da ditadura militar, torna mais importante ainda estudar seu pensamento e suas propostas para o país.

3.3 O livro “Geopolítica do Brasil”

O livro “Geopolítica do Brasil”, do general Golbery, publicado em 1967, reúne uma série de artigos produzidos pelo autor para os cursos de formação da Escola Superior de Guerra (ESG), ministrados por ele entre os anos de 1950 e 1960.

O livro tem a apresentação do editor Afonso Arinos de Melo Franco, um intelectual conservador e apoiador da ditadura militar, que afirma que o autor é:

uma das figuras mais marcantes da vida militar e política do Brasil contemporâneo, do Brasil posterior à Revolução de 1964, no qual o exército evoluindo da posição tradicional de força influente nos acontecimentos políticos e nas formações institucionais, mas influente de maneira sempre complementar ou indireta, foi levado, pelas circunstâncias históricas, a assumir diretamente as responsabilidades governativas, sejam elas institucionais, políticas ou administrativas, deixando ao meio civil o papel de cobertura ou aplicação que era, antes, o seu. (ARINOS in SILVA, 1967, p.xii)

E o editor dá pistas interessantes de quão importante é a figura de Golbery ao afirmar que o general deu a linha política a ser seguida pela ditadura:

É, assim, de grande importância seguir a marcha das idéias de um dos mais qualificados representantes da nossa inteligência militar, especialmente no âmbito deste livro, no qual acompanhamos a evolução e a maturação de algumas teses e conceitos que justificam melhor, do ponto de vista intelectual, as motivações mais profundas e gerais do governo saído da Revolução de 1964: governo na verdade difícil de ser definido institucionalmente e não baseado em nenhum sistema de pensamento político doutrinário, ou, sequer, coordenado. (ARINOS in SILVA, 1967, p.xii)

O editor afirma que é um “governo na verdade difícil de ser definido institucionalmente e não baseado em nenhum sistema de pensamento político doutrinário, ou, sequer, coordenado.” e usa de eufemismo para definir um regime de exceção, que não respeitava normas ou leis, a começar pela própria Constituição Federal.

A obra foi publicada pela Livraria José Olímpio Editora, como parte da Coleção Documentos Brasileiros, que teve três fases, e foi dirigida por intelectuais renomados. A coleção foi lançada em 1936 com a publicação de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, e teve em sua primeira fase (entre os anos de 1936 e 1938) a direção de Gilberto Freyre. Na segunda fase foi dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa (de 1939 até

1959). A fase final esteve a cargo de Afonso Arinos de Melo Franco, que a dirigiu de 1960 até 1989, quando foi publicado o último título com o selo da coleção, quando a editora foi vendida para o Grupo Record.

A Coleção publicou livros de autores variados e de temáticas também variadas. Foram publicadas obras importantes da sociologia brasileira, como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, obras de Euclides da Cunha, Câmara Cascudo, Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Werneck Sodr e, obras biográficas escritas por Afonso Arinos de Melo Franco, Silvio Romero e Oct avio Tarquínio de Sousa, e tamb em se dedicou a publicar obras de pensadores militares, tais como general Juarez Távora, General Mário Travassos, Marechal Mascarenhas de Moraes, General Carlos de Meira Mattos, Tenente Coronel Ignácio José Veríssimo e, por fim, Golbery do Couto e Silva.

O editor da cole o, quando da publica o de *Geopolítica do Brasil*, Afonso Arinos de Melo Franco, foi um intelectual e político de atua o próxima aos atos do próprio Golbery, em muitas ocasiões. Afonso Arinos foi deputado pela União Democrática Nacionalista (UDN), partido surgido com a redemocratiza o após o fim do período nominado como Estado Novo. Foi líder do bloco de oposi o a Getúlio Vargas e tamb em contra Juscelino Kubitschek. Foi senador e deputado constituinte pela Frente Liberal e depois pelo Partido da Frente Liberal, ambos partidos de perfil liberal. (CPDOC\FGVa, 2018)

A publica o do livro do General Golbery do Couto e Silva, objeto de análise a seguir neste capítulo do trabalho, ocorreu quase dois anos depois que ele havia sido nomeado como ministro chefe do Serviço Nacional de Informa es, o SNI, que comandava o esquema de controle e repressão política no país, do primeiro governo da ditadura militar brasileira. Segundo o próprio general (conforme destacou o jornalista Lucas Figueiredo), aquele era o “Ministério do Silêncio”, pois não deveria ser conhecido internamente, deveria ouvir muito e informar sigilosamente ao seu superior único, o presidente da República. (FIGUEIREDO, 2005, p. 134)

Em seu discurso de posse como ministro chefe do Serviço Nacional de Informa es, afirmou o General Golbery:

Entendo que o Serviço Nacional de Informa es deva ser uma janela aberta de par em par aos influxos dos mais sutis da opinião pública nacional, ao pensamento e ao

sentir de nosso povo, desde os mais longínquos rincões da pátria, de modo a acolhê-los todos, a registrá-los e analisar, fornecendo a cada momento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e seus auxiliares de administração uma estimativa adequada da situação nacional. Será bem – e assim já o qualificaram – como que um Ministério do Silêncio. (FIGUEIREDO, 2005, p. 134)

O discurso de Golbery, em sua posse como o Chefe do Serviço Nacional de Informações, mostra a importância desse órgão de controle da sociedade com a coleta e processamento das informações obtidas nas várias regiões do país. Característica de um Estado forte e controlador do conjunto da sociedade.

Outro aspecto importante é o destaque da capa do livro que traz a identificação do autor General Golbery do Couto e Silva apenas como General Golbery, um fato atípico para militares, que, em geral, são conhecidos por seu sobrenome, que inclusive vem inscrito em suas fardas. Isso pode indicar que a figura de Golbery estava relativamente popularizada já na época da publicação do livro, por sua destacada atuação em sua carreira militar, “coroadas” como Chefe do serviço de espionagem mais amplo da história do país. Ou seja, o fato de seu nome não ser apresentado por extenso, mas apenas como General Golbery parece indicar razoável personalidade pública dele, sua influência e importância na política do país.

O texto do general aparentemente é acadêmico e erudito, visto que cita vários autores da área de geopolítica e de pensadores conhecidos, como Arnold Toynbee e Thomas Hobbes, e usa palavras e expressões não usuais pelo leitor comum. Além disso, a construção das orações é feita com a ordem das palavras de modo não corriqueiro para o leitor. No entanto, não faz o uso de referências bibliográficas que permitam saber qual obra ou página está se referindo. Ao final de cada capítulo, em realidade, artigos já publicados, há uma relação de referências, que não se conectam com o texto principal.

Com um rebuscado uso de vírgulas, hifens e travessões, dificulta a leitura ao não iniciado no tema a que se dedica o autor. Em vários casos, só com um conhecimento específico anterior ou mesmo se fazendo uma ligação com o contexto geral do texto para a necessária compreensão, dificultando a leitura.

Nesse sentido, outra dificuldade usada por Golbery do Couto e Silva é não nominar os países no texto, preferindo usar outras expressões em seu lugar. Com exceção dos Estados Unidos da América, nominado exaustivamente pela sigla EUA e tratado também como “o nosso irmão do norte”. Já a União Soviética e China são poucas vezes nominadas,

preferindo tratá-las, em geral, como o “imperialismo ateu”, “imperialismo materialista”, “totalitários”, dentre outros. A Europa é tratada por ele como uma unidade geral apenas. O continente europeu, somado Ásia, é tratado por Eurásia, que é corriqueiramente assim chamado pelos iniciados em geografia ou no tema da geopolítica.

Para ilustrar ainda melhor o estilo de texto de Golbery, pode-se citar a forma a que se refere a Argentina, que é tratada como sendo “um país menos aquinhoado da América Latina com o qual há tradicional rivalidade ainda não completamente sepultada no passado” ou ao “país do sul”.

Por esses fatores acima citados, percebe-se que o general Golbery faz uma escolha ideológica pró-Estados Unidos da América (que será analisada em ítem específico para esse fim), ao sempre fazer uso de adjetivação positiva a esse país e negativa à países de modo de produção socialista, entre os quais União Soviética e China.

O general critica como sendo ideológicos os países do campo socialista, mas não estaria ele mesmo sendo ideológico ao fazer a escolha de defesa irrestrita dos Estados Unidos da América? Essa escolha se destaca na leitura e análise do livro pela falta de utilização de referências, para ancorar suas afirmações excessivamente adjetivadas.

O livro é composto por sete artigos e dois anexos ilustrativos de seus artigos. Os três primeiros artigos levam o mesmo nome de “Aspectos geopolíticos do Brasil”, mas foram escritos em anos diferentes. O primeiro artigo foi escrito em 1952 e tem por título “O problema vital da Segurança Nacional” e fala sobre a questão do medo para o ser humano e a presença da guerra como fator a ser levado em consideração. Ainda trata da “Geopolítica, a estratégia e a política”, quando expõe os conceitos desses três temas.

O segundo artigo, escrito em 1959, trata da “Geopolítica e geistória”, que serve para definir, segundo ele, as “Principais modificações estruturais da sociedade brasileira em face da evolução do ambiente mundial e, em particular, do panorama americano”, cujo título indica a ligação com os EUA. Em seguida, estabelece os conceitos de Objetivos Nacionais Permanentes do Brasil, aponta como é o “Brasil de hoje no mundo contemporâneo” e fala em linguagem para iniciados no tema sobre os hemiciclos, áreas de influência e centros de poder do continente americano.

O terceiro artigo, escrito em 1960, volta ao tema da “Geopolítica, estratégia e política”, quando fala da questão do nacionalismo e discute o papel de um “imperialismo brasileiro” no continente, relativo aos demais países do subcontinente sul-americano.

Na segunda parte do livro, o artigo, escrito em 1959, tem por título “Geopolítica e geoestratégia” e apresenta os conceitos que embasam a “Estratégia de Segurança Nacional” e os princípios básicos do que vem a ser a própria “Segurança Nacional”. Entra em detalhes sobre o conceito de Estratégia e faz a discussão sobre os conceitos de Geopolítica e geoestratégia. No artigo seguinte, escrito também em 1959, por título “Dois pólos da Segurança Nacional na América Latina”, Golbery discute as relações do Brasil com os países da América do Sul e depois sobre as relações mundiais, quando traça os perigos do comunismo no mundo. É um texto basicamente militar, com o uso de linguagem própria de militares especializados em estratégia.

Por fim dessa segunda parte, o general discute o que chama de “Áreas internacionais de entendimento e áreas e atrito”, escrito em 1959. Trata dos blocos comerciais e também os blocos militares, que existiam no mundo do final da década de 1950. E tenta traçar uma perspectiva de inclusão do Brasil nesse contexto mundial ao lado dos EUA e de combate ao que define como “expansionismo ávido da União Soviética”, com uma clara definição de qual lado está.

Por último, apresenta o artigo “O Brasil e a defesa do Ocidente”, que escreveu em 1958. Nesse capítulo, o general afirma que o Ocidente, como ele chama o mundo capitalista e cristão, notadamente católico, está ameaçado pelo comunismo e que precisa do Brasil. A seguir mostra que o “Brasil depende do Ocidente” para se armar, se desenvolver para fazer a defesa do Ocidente ameaçado.

Os anexos são exercícios propostos para os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, onde Golbery dava aulas de Geopolítica e usava os artigos referidos.

3.4 Conteúdo e análise do livro

A base do pensamento do general Golbery do Couto e Silva, expresso em seu livro *Geopolítica do Brasil*, é formulada através de um bem elaborado raciocínio, a partir da ideia do medo. No capítulo “Um dilema eterno do homem, animal social”, Golbery discorre sobre como o ser humano é regido pelo medo e pela necessidade de ter segurança. Diz ele:

O Estado soberano, surgido das fontes profundas do Mêdo para prover a segurança individual e coletiva na Terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escoreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. E, assim, em Hobbes encontrariam, ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso – todos os déspotas futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas – inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter pelo poder de coação, como governos de fato.

Ora, Hobbes pode bem considerar-se como o patrono, reconhecido ou inconfessado, das modernas ideologias políticas que ameaçam, por todos os lados, o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto. (SILVA, 1967, p.7-8)

O general afirma que os coletivos humanos se organizaram na forma de Estado baseado no medo como um instrumento de proteção individual e coletivo. Faz sua interpretação de este mesmo Estado teria se transformado em instrumento autoritário, mas Golbery não se define se é contra ou a favor dessa “opção”. E credita ao filósofo inglês Thomas Hobbes a “responsabilidade” pelos desvios autoritários.

Segundo Golbery, o medo está presente em todos e em todos os momentos:

É que o impulso incessante que domina, transparente, tôda a dialética hobbiana, tanto quanto o avatar que espicaça aos novos doutrinadores políticos, é o mesmo grande Mêdo, o medo cósmico que viu, na Terra, o nascimento da Humanidade e de sua verdadeira angústia existencial, o medo paralisante e tenaz que brota, incoercível, da insegurança eterna do Homem. (SILVA, 1967, p.9)

O autor afirma que o medo é uma angústia existencial nascida com a humanidade e que indica que o caminho é conviver com isso.

Golbery tangencia uma análise psicológica para falar de Hobbes quando afirma:

Hobbes, sabe-se que nascera, infante prematuro, sob o signo do Mêdo, por ocasião daquela epidemia histórica que abalara toda a Inglaterra, ante a notícia tremenda da aproximação da Invencível Armada que os céus imolariam em holocausto ao duradouro esplendor do *Rule, Britannia*. E, já velho, respeitado por todos, protegido pela Côrte, verdadeiro monumento nacional, Hobbes tremeria ainda, sentindo-se ameaçado como sempre pelo espectro da insegurança que o perseguira a vida toda, mas que, por outro lado, o havia sustentado na admirável construção lógica de sua monolítica sistematização da política. (SILVA, 1967, p.9)

O militar envereda por explicar a teoria de Hobbes a partir de questões psicológicas e aponta até que seu nascimento foi prematuro devido ao medo da chegada da Invencível Armada espanhola, que ameaçava invadir a Inglaterra. Como se o medo fosse apenas baseado em questões de ordem pessoal.

Na atualidade de então, segundo o general:

Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez. E, na extrapolação dos teoremas hobbianos, o dilema eterno que o aflige, como animal social que é, membro nato e obrigatório de uma sociedade mais ou menos dilatada, mais ou menos complexa, mais ou menos solidária, tende a solucionar-se de novo, unilateral e paradoxalmente, pelo sacrifício completo da Liberdade em nome da segurança individual e coletiva. (SILVA, 1967, p.9)

Aponta também que a insegurança, advinda do medo, nos dias em que escreveu o artigo, seria presente e estaria sendo usada para “sacrifício completo da Liberdade em nome da segurança individual e coletiva”. Em realidade, o general utiliza a retórica de análise da questão do medo para embasar sua linha de pensamento.

E conclui com uma previsão sombria, seguida de um alerta indicativo:

Na verdade, é a insegurança generalizada e crescente em que se debate, agoniada, a humanidade de hoje, o ópio venenoso que cria e alimenta essas hórridas visões, capazes, entretanto, de se tornarem uma realidade monstruosa.

A insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face de outros, a visão onipresente da guerra – guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional – dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos – desamparados, as multidões – em pânico,

os povos – desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava.

Homens de todas as latitudes e de todas as raças – a guerra é global – homens de todas as idades – a guerra é permanente – homens de todas as profissões e dos credos mais diversos – a guerra é total -, devemos, pois, olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos, para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma encerra e fortalecermo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela mesma soçobre, afinal, conosco, a Humanidade inteira. (SILVA, 1967, p.10)

Todo o discurso sobre o medo serve para indicar a segurança como a solução, garantia e o antídoto contra o medo, que pode ser seguido do sacrifício da liberdade. E afirma que a execução da segurança, que é papel do Estado para com seus cidadãos, pode garantir a Liberdade para a Humanidade. O discurso da segurança como antídoto para o medo e a preservação da liberdade, não é novo e encontra no autor um expressivo argumentador. E é também a base da justificativa para um Estado forte, base de todo o pensamento do General Golbery.

3.4.1 Papel do Estado

Para o autor de “Geopolítica do Brasil”, o Estado é fundamental e tem sua função definida para qualquer ação de planejamento estratégico:

Assim, qualquer Geopolítica Nacional deve visar, em essência, à sobrevivência do Estado, como entidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em processo de integração continuada, como Nação próspera e prestigiada no mundo; enquanto toda Geoestratégia Nacional só pode visar à segurança do Estado-Nação – Geopolítica de segurança nacional, tal como antes equacionada.

O que dá, pois, a cada Geopolítica Nacional, como a cada Geoestratégia, um colorido particular, características próprias, um *tonus* mais ou menos alerta, um dinamismo mais ou menos potente, é o complexo hierarquizado de ideias e valores, aspirações e interesses específicos da comunidade considerada, no período histórico que atravessa. (SILVA, 1967, p.174)

Em outras palavras, o Estado é importante e fundamental para dar a proteção ao indivíduo e à sociedade, como vimos antes. E Golbery afirma que qualquer ação de planejamento estratégico deve visar a sobrevivência do Estado-nação. E esse planejamento estratégico atende pelo nome de Geopolítica Nacional. Por outro lado, afirma ele, a

Geopolítica de Segurança Nacional dá a musculatura necessária à proteção do indivíduo e da sociedade ameaçada.

Apesar de se dizer um defensor do liberalismo, Golbery defende o fortalecimento e o papel centralizador do Estado na determinação dos destinos da nação e, supostamente, se insurge contra os interesses de parte da classe dominante, quando afirma o seguinte:

Pouco importa que, nos Estados autoritários – sem reboços quaisquer, nas democracias -, sob disfarces de maior ou menor consistência, muitas vezes, quando não sempre, se apresentem, como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria, compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política e sobretudo hábil no manejo dos múltiplos controles sociais – a chamada *elite dirigente*. (SILVA, 1967, p.9)

Em outras palavras, Golbery defende que Estado deva ser determinante também sobre os interesses da chamada elite, que tem estrutura e meios para manejar os “múltiplos controles sociais”, segundo ele. Na sua visão, o Estado se coloca acima dos interesses até da classe dominante, chamada por ele de “elite dirigente”. E deve ser um Estado forte e determinante dos destinos da nação.

E ressalta que existem interesses maiores do que os particulares da elite:

(...) o fato primacial que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada Estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de Objetivos.

Para os Estados-Nações de nossos dias, são seus Objetivos Nacionais. (SILVA, 1967, p.11)

Aqui, Golbery começa a apontar que os Estados nacionais devam ter seus Objetivos Nacionais, mas sintonizados com o panorama internacional. Estrutura, assim, o seu pensamento de geopolítico, como visto antes no ítem 2.1 – O que é Geopolítica.

A seguir, o autor indica que os Objetivos Nacionais servem para manter a integridade do território, os elementos culturais estabelecidos e a unidade do grupo nacional, parte integrante da Geopolítica. Os Objetivos Nacionais precisam de instrumentos que garantam a política de segurança nacional.

Entre esses Objetivos, é evidente, cabe posição de relevo aos que dizem respeito à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais – isto é, à sua sobrevivência no espaço e no tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte. Conforme as circunstâncias vigentes em cada caso, a sobrevivência, a autonomia, o desenvolvimento traduzir-se-ão em objetivos, secundários porque decorrentes, de conquista de terras alheias ou defesa do próprio território, de agressão ou de paz, de aquisição de riquezas ou salvaguardas de patrimônios, da obtenção de esferas de influência ou libertação econômica, de subjugação cultural ou de afirmação nacionalista, de autarquia, de irredentismo, de liberdade ou de imperialismo, de satelitização, de domínio – toda uma gama de objetivos políticos, econômicos, psicossociais e até mesmo militares, entre os quais se poderão infiltrar, já o assinalamos, e sob racionalizações mais ou menos bem urdidas, aspirações e interesses pouco confessáveis da sagaz minoria dirigente. (SILVA, 1967, p.11)

Dessa forma, ele começa a estabelecer as bases de um pensamento geopolítico com seus ingredientes básicos para efeito de raciocínio. Ao mesmo tempo em que aponta como suspeitos os interesses “da sagaz minoria dirigente”, ele também fala da importância “das salvaguardas de patrimônios, da obtenção de esferas de influência ou libertação econômica, de subjugação cultural ou de afirmação nacionalista”, que não são características dessa “elite dirigente”, que não tem essa preocupação. Aos poucos, Golbery apresenta as bases de seu pensamento, com base na Geopolítica.

Golbery discorre sobre a importância do papel do Estado:

Nada aí há de novo que não se houvera manifestado também no âmbito restrito da estrutura estatal, durante o processo paulatino da concentração de seu supremo poder, como força de coação capaz de impor, soberana, a todos os cidadãos, e de dirimir, sem apelação, os conflitos que, lançando uns contra outros, à própria paz social viessem, por fim ameaçar. (SILVA, 1967, p.12)

Dessa forma fica estabelecido que o papel do Estado é de “coação capaz de impor, soberana, a todos os cidadãos, e de dirimir, sem apelação os conflitos ...” Para Golbery não pode haver discussão quanto ao papel do Estado como instrumento imposição de seu planejamento e de manutenção da ordem.

Estão definidos até que o Estado tem o papel de dar segurança à sociedade pelo uso da força, se necessário, e de planejamento das ações de preservação do estabelecido por esse mesmo Estado. O medo passa a não ter espaço se o Estado for forte e a ordem é garantida de modo a não haver a instabilidade e o medo por parte dos indivíduos.

3.4.2 Recorrência ao tema da guerra

No capítulo “A guerra e sua significação como fenômeno político”, o autor discorre sobre a guerra como algo natural para o ser humano e destaca sua visão peculiar do papel do Estado nas sociedades. E reafirma a questão do papel do Estado agora como parte da “estrutura multinacional de amanhã”, ao tratar dos blocos de países, que pressupõe alinhamentos políticos e militares. E fala sobre os agrupamentos de países em blocos “talvez já desponte, em formas embrionárias – a OEA, a OTAN, a OTASE de um lado e de outro lado, a URSS”.

Desde que se formaram os primeiros Estados, ainda sob a forma arcaica dos Estados-Cidades que floresceram e brilharam no mundo da Antiguidade, ressurgindo, ao depois, no terreno fulgurante do Renascimento europeu, desde os grandes impérios fundados pela religião ou pela espada até os Estados-Nações que, ainda hoje, entre nós se multiplicam, quando talvez já desponte, em formas embrionárias – a OEA, a OTAN, a OTASE de um lado e de outro lado, a URSS -, a estrutura multinacional de amanhã, sempre foram os Estados, os verdadeiros protagonistas no cenário internacional, como intérpretes e paladinos autorizados das aspirações e interesses dos correspondentes grupos sociais. (SILVA, 1967, p.10)

Curioso notar que o general fala em estruturas militares dos blocos militares dos países capitalistas (a OEA¹⁷, a OTAN¹⁸, a OTASE¹⁹) os comparando à União Soviética, que era uma confederação de nações e não um bloco militar. Isso é importante para tentar entender a visão militar de defesa do Brasil como parte de um bloco de países.

E Golbery volta à questão da guerra, agora com a visão da guerra atual, que se diferencia das de antes pelo cunho ideológico:

(...) não mais guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando seu domínio no espaço como avassaladora onda universal que não respeita nem os desertos saáricos, nem as alturas tibetanas, nem as imensidades polares, vem acrescer ao velho dilema entre Liberdade e segurança um colorido profundamente trágico, quando as novas armas saídas, incessantemente, dos

17 OEA – Organização dos Estados Americanos, que reúne os países do continente americano.

18 OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar dos países europeus capitalistas, capitaneados pelos EUA, durante o período da Guerra Fria.

19 OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático, aliança militar, que reunia os EUA, Inglaterra, França, Austrália e os países do sudeste da Ásia (Filipinas, Tailândia e Paquistão) como uma organização militar complementar à OTAN, com vistas à defesa dos interesses coloniais de França e Inglaterra.

laboratórios de pesquisas – as bombas atômicas, as superbombas de hidrogênio e cobalto, os teleguiados de alcance intercontinental, os satélites artificiais que já cruzam os céus, anunciando as plataformas giratórias do futuro de onde poderão ser lançados ataques inopinados, demolidores e esquivos – passam a ameaçar a humanidade inteira, em sua loucura coletiva, de aniquilamento e de morte.

Essa é a guerra - total, permanente, global, apocalíptica – que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada.

E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé. (SILVA, 1967, p.12-13)

O general passa a falar de um novo tipo de guerra que é “guerra política, econômica, psicossocial e não só militar” e afirma que os países devem se preparar “para ela, com determinação, com clarividência e com fé.” Ou seja, o Brasil deve estar junto com os países de um determinado bloco, como visto antes, para travar essa guerra total.

Para o General Golbery a guerra não é uma possibilidade ou mesmo que se possa fugir dessa perspectiva. Em vários momentos do livro, ele trata da guerra como uma certeza ou de como se deve ter a guerra presente como uma forte possibilidade.

Sobre a possibilidade de se solucionar os antagonismos para a obtenção da paz, ele afirma objetivamente:

O símbolo de nossa era é bem o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos e que melhor convém ao espírito faustiano do homem moderno, inimigo de todas as limitações.

Ora, é no campo das relações internacionais onde melhor sobressai a subversão cósmica de valores e de conceitos que ora nos condena a total aniquilamento, se não souber a Humanidade resolver a tempo as contradições profundas que aquela subversão por si mesma denuncia.

Francamente, não entendemos como – a menos que busque, por um mecanismo subconsciente de compensação, enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial estável, fundada – e ainda mais para os nossos dias ou os dias nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos, e nesse princípio tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é, dos fracos contra os fortes. O ideal da “renúncia à guerra como instrumento da política”, proclamado ingenuamente no Pacto Briand-Kellogg²⁰, ainda em meio ao interregno eufórico que apenas separou as duas maiores

20 Também conhecido como o Pacto de Paris, por ter sido assinado na capital francesa, em 28 de agosto de 1928, estipulava que os países deveriam renunciar à guerra “como instrumento de política nacional”. Serviu para estabelecer parâmetros para o direito internacional futuro.

guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos fatos. (SILVA, 1967, p.21-22)

Golbery reforça aqui a ideia de que os países devem se preparar para a guerra, que não é uma possibilidade, mas uma certeza a ser controlada através de políticas de Segurança Nacional, aliadas ao panorama internacional e a consequente aliança a um bloco de países, uma aliança militar. Todo o trabalho de dar contornos ao pensamento geopolítico é apresentar os argumentos sobre a guerra, depois de ter mostrado que o Estado forte e planejador deve garantir a segurança dos indivíduos e da sociedade.

Diz ele:

Enquanto se multiplicam, assim, os sistemas de paz, os compromissos e os acordos que só servem, como já disse, para evitar as guerras que, sem eles, viriam mesmo a ocorrer, uma nova filosofia do poder estatal, mais cruamente realista, mais sincera segundo uns, mais cínica na opinião de outros, pondo de lado os idealismos já gastos e as fórmulas racionalizantes já de todo caducas, submerge o universo inteiro em sua energia trepidante. E não é por simples acaso que dois espíritos tão fundamentalmente antagônicos como o de Spengler e o de Toynbee vislumbram ambos – com absoluta certeza o primeiro e embora com uns ressaibos de dúvida esperançada e otimista, o segundo -, no futuro que de nós se avizinha, sombra do grande Império Universal em que se aniquilará, por fim, a civilização ocidental. Os progressos surpreendentes da técnica e da industrialização acelerada rompem, pela continuidade do ar e pela permeabilidade do éter, a escala de todas as compartimentações espaciais, em que se educara o espírito moderno. Abre-se a era da história continental que Ratzel predissera. Os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se veem, da noite para o dia, reduzidas à condição humilde de Estados pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro, sob a capa iniludíveis integrações regionais; a equação de poder do mundo simplifica-se a um reduzido número de termos, e nela se chegam a perceber desde já apenas raras constelações feudais de Estados-barões rodeados de satélites e vassalos. Propala-se o monopólio eterno dos atuais Grandes e tal ousadia como a hybris dos heróis gregos, só poderá vir a despertar, afinal, as cóleras de Nêmesis. (SILVA, 1967, p.22-23)

Interessante a citação ao geógrafo alemão Friederich Ratzel, um dos precursores da geografia política como ramo da geografia, que levou a criação da Geopolítica. Foi ele quem cunhou a ideia de “espaço vital”, que pregava a necessidade e o direito de expansão territorial dos países que atingisse um determinado grau de desenvolvimento. Essa teoria foi fortemente influenciada pela “doutrina do destino manifesto”, surgida nos EUA, em meados do século dezenove, e que embasou as guerras de agressão e tomada de território do México. Por sua vez, a teoria de Ratzel influenciou o pensamento de Adolf Hitler e o partido

nazista, que pregavam a necessidade de um “espaço vital alemão” e que justificou as invasões de vários países da Europa e sua anexação à Alemanha.

3.4.3 Poder e a segurança nacional

O General Golbery desenvolve a sua linha de raciocínio mostrando que a Segurança Nacional é a manutenção do poder e seus desdobramentos em várias políticas estratégicas, que englobam todos os níveis do país.

O autor define assim a questão da Segurança Nacional:

Ora, SEGURANÇA NACIONAL caberia defini-la, por certo, como:

- O grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Resultaria, então:

- a ESTRATÉGIA é a POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL. (SILVA, 1967, p. 160)

No capítulo “O poder nacional e seu fortalecimento”, Golbery fala na importância do planejamento estratégico como fundamento para a guerra total:

O instrumento da ação estratégica, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta – de seu Poder Nacional, em suma. (SILVA, 1967, p.13)

Golbery deixa claro que a ação estratégica é basicamente planejamento e não pode ser tratado como segmento da ação do Estado. Para ele, só pode haver planejamento com uma visão e o envolvimento de todas as forças e recursos e meios disponíveis (“econômicos, políticos, psicossociais e militares”) para empreender “a luta”. Isso é trabalho de planejamento geopolítico. E para sua execução é necessário um Estado forte para determinar o que seja o Poder Nacional.

E faz o esclarecimento inevitável para um militar:

E é esse Poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um Potencial mais amplo, suscetível de atualizar-se em prazo maior ou menor, que deverá ser transformado, orientado, mobilizado para a eventualidade da guerra que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante. (SILVA, 1967, p.13)

Note-se aqui que ele volta a tratar a questão da guerra como sendo uma presença, mesmo em tempos de paz. E, segundo o autor, o Poder Nacional deve estar preparado para a eventualidade da eclosão de uma guerra, quando deverá ser acionada a componente militar do Estado, que são as Forças Armadas, que passam a assumir o papel dominante a partir dali.

A ideia de que a Segurança Nacional é fundamental no pensamento de Golbery do Couto e Silva aparece dessa forma:

A presença dominante desse parâmetro inelutável – a Segurança Nacional – impõe, entretanto, o ônus tremendo de uma economia visceralmente destrutiva aos anseios normais de desenvolvimento e bem-estar que animam a todos os povos e, sobretudo, àqueles que ainda se vêem à margem das regiões mais adiantadas do mundo, comprimidos em padrões de vida pouco elevados e inelásticos. Daí um novo dilema – o do Bem-Estar e da Segurança – apontados por Göering, em dias passados, sob forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido *slogan*: “mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida. (SILVA, 1967, p.13)

A citação à Hermann Göering aparece nesse trecho do livro do general Golbery com muita naturalidade, no entanto, é preciso lembrar que o citado foi “braço direito” de Adolf Hitler, que era responsável pela aplicação do “Plano de Quatro Anos” da economia nazista para a sustentação econômica e financeira da guerra expansionista do nazismo, o responsável pela guerra de agressão, que produziu uma carnificina na Europa. A referência ao slogan “Mais canhões, menos manteiga”, marca do “Plano de Quatro Anos” dos nazistas tinha exatamente esse cunho beligerante, que justificava a mobilização militar e exigia sacrifícios ao povo alemão. Tudo girava em torno da guerra de expansão e isso exigia que a população aceitasse não ter comida em abundância para ver os canhões serem produzidos para o esforço da guerra além das fronteiras.

Por outro lado, a citação ao líder nazista mostra a questão da guerra como uma necessidade e o sacrifício do bem-estar como uma consequência lógica da geopolítica. Não há, da parte de Golbery, qualquer juízo de valor com relação ao sacrifício da população em benefício das deliberações da estratégia empreendida pelo Estado. Essa característica se manifesta em vários momentos da obra e demonstra uma preocupação eminentemente militar do seu pensamento.

Na conclusão desse capítulo do livro o autor reflete:

Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas assim.

E, como dilemas da vida social, ambos, em ambos se manifesta uma bipolaridade não exclusiva, cada um dos termos opostos dependendo, em verdade, do outro pela função anteriormente descrita.

Não se acredite, pois, que o sacrifício da Liberdade possa conduzir a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança. Os escravos não são bons combatentes – eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos.

Portanto, a despeito de toda a maravilha argumentativa de Hobbes, rediviva, como mostramos, nas modernas doutrinas sofisticadas dos totalitários de todos os matizes e dos Salvadores pela Espada, como os chama Toynbee, a Liberdade do cidadão dentro do Estado moderno precisa ser salvaguardada, e defendida também, dentro de limites que são irredutíveis até mesmo na guerra, sob pena de, sem ela – a Liberdade -, totalmente esvair-se a própria Segurança, em nome da qual tantas aventuras liberticidas se têm empreendido, desde que o mundo é mundo, com maior dose de arrogância ou maior capacidade de mistificação e de cinismo. (SILVA, 1967, p.14-15)

O general Golbery discute aqui a dicotomia entre Segurança e Bem estar e Segurança e Liberdade, que ele coloca como sendo um plano mais elevado para a sociedade. E defende que não se pode sacrificar a Liberdade, pois ao retirar essa condição, corre-se o risco de colocar em perigo a própria segurança e explica que “escravos não são bons combatentes”. A defesa da Liberdade, por parte do general especialista em Geopolítica, mostra a própria contradição do projeto de poder de Golbery, que se baseia num Estado forte e controlador. Como se verá a seguir, a contradição entre Segurança e Liberdade será abstraída de sua proposta.

E completa de forma afirmativa:

Estejamos certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas Bases a Segurança Nacional. E, se não o fora, miserável seria a vida do soldado nos Estados modernos, mais miserável ainda do que as dos torpes mercenários que resguardavam, nos impérios moribundos de outrora, a luxúria e a orgia e o crime das côrtes depravadas e corruptas, até que a mão inexorável do destino as sepultasse para sempre na vasa do olvido que se deposita, incessante, ao longo do rio caudaloso da História. (SILVA, 1967, p.14)

Não há, é evidente, preocupação com a Liberdade como um princípio, mas o general a defende como base sólida para Segurança Nacional. Sua preocupação é que não haja entraves a existência de um Estado centralizador e controlador. No entanto, deixa claro que o planejamento geopolítico deve ter sempre em mente a ideia de não pode submeter a sociedade toda a um regime de privação de Liberdade. Mais importante, quando se trata dos seus inimigos, Golbery se refere com dureza e certeza de que não deve ser dado espaço para sua atuação, como se verá mais adiante.

3.4.4 A globalização

Em sua construção da lógica de defesa de uma política da Geopolítica, o autor amplia os horizontes da questão da Segurança Nacional e discute a existência de um mundo globalizado, antecipando uma realidade que viria décadas depois.

Golbery vislumbra um mundo globalizado, em 1952:

E, num mundo em que as distâncias dia a dia minguam, em que continentes viram ilhas ou penínsulas, os mares tornam-se apenas lagos e os oceanos se confundem todos em um único mar universal, em que todas as barreiras físicas, desde as águas e as montanhas até as florestas, os pantanais e os desertos de areia ou de gelo, vão perdendo sua histórica significação de obstáculos intransponíveis – a vida de relação dos Estados, pela interdependência acrescida com que a estes vincula, sobrepõe-se à sua vida própria, individual, vegetativa, como a comprimi-la e asfixiá-la em formas cada vez mais estreitas e menos elásticas. (SILVA, 1967, p.23)

E ele antecipa a necessidade de os Estados nacionais se adaptarem à realidade de um mundo globalizado, pois isso estreitará as relações e os blocos de nações:

A estrutura íntima do Estado – estrutura política, econômica, social – vê-se forçada, portanto, a amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente

de relações internacionais – o sistema chamado dos múltiplos Estados soberanos, renascido para o mundo moderno com a Paz de Vestfália, e cuja principal consequência foi, sem dúvida, o princípio pragmático do equilíbrio ou balança de poderes, tão habilmente manejado pelos estadistas britânicos, desde Guilherme Pitt a Winston Churchill. Anarquia mundial e não propriamente um sistema – afirma Frederico Schuman. (SILVA, 1967, p.23)

O autor fala da Paz da Vestfália, série de tratados de paz entre as províncias alemãs, encerrando a “Guerra dos Trinta Anos”, como exemplo de modernidade, de pactuação e equilíbrio de poderes. No entanto, o que faz questão de ressaltar é a criação moderna dos Estados associados ou agrupados.

Golbery começa a apontar a existência de duas superpotências, referindo-se aos EUA e à União Soviética, e defende a convivência com essa realidade:

Se a tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros Estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permite quase alcançar a auto-suficiência econômica na paz como na guerra – única fórmula segura da liberdade e independência absolutas -, os demais Estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam ou não puderam, valorizar o potencial latente de seu território e de sua população, pobres países subdesenvolvidos no eufemismo, nem por isso menos depreciativo, de moda, hoje em dia corrente, devem antes reconhecer aquele fato como base de todo os seus planejamentos do que construir na areia movediça de um isolacionismo enganador e perigoso – pois que irreal – os planos de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza. (SILVA, 1967, p.23)

O general afirma que as superpotências de então tinham “vastidão e diversidade de recursos”, com um grau de desenvolvimento em condições de se manter em tempos de guerra ou de paz. E ele defende que os países não desenvolvidos devam reconhecer a realidade de sua pobreza e fazer seus planejamentos estratégicos de modo a superar essa realidade e não se imobilizar no que chama de “isolacionismo enganador e perigoso” com planos irrealis, que não os tirarão de onde estão.

3.4.5 O novo tipo de guerra

Golbery volta ao tema da guerra, mas para introduzir um novo tipo de guerra e discutir a questão do alinhamento político e ideológico a um bloco:

Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido – é claro– na sua mais ampla e ativa acepção, permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz. (SILVA, 1967, p.24)

E o general, especialista em Geopolítica, volta a defender o conceito mais amplo de Segurança Nacional, que desta vez abarca a política estatal ampla com ramificações de ordem econômica, social e política, além do militar também, que deve servir para os tempos de guerra ou de paz. Fica evidente que o planejamento é central na questão da Geopolítica, na visão de Golbery do Couto e Silva.

O autor discorre sobre a guerra como fenômeno novo e constante:

Nem de outra forma poderia ocorrer, desde que a guerra acabou deixando de ser um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e paz. Quando, ao tempo da Revolução Francesa e de seu grandioso epílogo napoleônico, retornava ao cenário da Europa a *guerra das nações*, relegando aos arquivos bolorentos o estilo rococó das velhas guerras dinásticas, Jomini pode ver nela, desde logo, um drama violento de profundas paixões desencadeadas; mas, não obstante, esse drama tinha um começo bem definido e felizmente um término que se podia prever nunca remoto. (SILVA, 1967, p.24)

Ressalte-se aqui a admiração do general Golbery por Napoleão Bonaparte, que encerrou a Revolução Francesa com um golpe de Estado, que em suas palavras foi o “grandioso epílogo napoleônico” da Revolução Francesa, empreendeu guerras expansionistas e fez a França retornar à monarquia.

E o autor começa a discutir um conceito de guerra ampliada:

Hoje ampliou-se o conceito de guerra e não só – como reclamava e calorosamente advogou Ludendorff em depoimento célebre – a todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, absorvendo na voragem tremenda da luta a totalidade do esforço econômico, político, cultural e militar de que era capaz cada nação, rigidamente integrando todas as atividades em uma resultante única visando a vitória e somente a vitória, confundindo soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e em perigos idênticos e obrigando à abdicação de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos, em mãos do Estado, senhor todo-poderoso da guerra; ampliou-se mais ainda, e não apenas a toda a amplitude do espaço mundial, interessando à totalidade dos povos e invadindo os continentes, todos os mares e todos os céus, obscurecendo a figura jurídica da neutralidade e equiparando beligerantes e não-beligerantes nas mesmas provações, em um

transbordamento máximo que desconhece quaisquer limitações espaciais; mas, sobretudo, ampliou-se também na escala do tempo, incorporando em si mesma o pré-guerra e o pós-guerra como simples manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante – formas larvadas da guerra, mas no fundo guerra. (SILVA, 1967, p.24)

Mais uma citação de militar de perfil autoritário e centralizador. Desta vez a citação é de Erich Ludendorff, general e ditador da Alemanha no período final da Primeira Guerra Mundial. Em 1925, esse general foi candidato presidencial pelo Partido Nazista, mas perdeu a eleição e abriu espaço para o surgimento de Adolf Hitler.

Segundo Golbery, o conceito de guerra e o espaço de guerra foram ampliados. O espaço foi ampliado por causa da ideia de conflito mundial e o conceito de guerra também foi ampliado, pois não se trava mais apenas nos campos de batalha, do ponto de vista estritamente militar. Agora a guerra é mundial e envolve todos os países “obscurecendo a figura jurídica da neutralidade e equiparando beligerantes e não-beligerantes nas mesmas provações”, e também por ampliar a escala de tempo, abrangendo também o período pré e pós guerra como parte do conflito.

Quando fala em “obscurecendo a figura jurídica da neutralidade”, Golbery se refere a necessidade de que os países devem se alinhar com um dos lados e sua opção é abertamente ao lado dos EUA no confronto não declarado contra a União Soviética.

E ele define o que seria a guerra total e permanente:

De guerra estritamente militar passou ela, assim, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a guerra global; e de guerra global a guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente. A “guerra branca” de Hitler ou a *guerra fria* de Stálin substitui-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda e onde começa a guerra – uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental. (SILVA, 1967, p.24).

O autor afirma que a guerra agora é a “guerra total” e abrange os aspectos econômicos, e financeiros, como político e psicológico, além da “tradicional” guerra, ocorrida entre os militares. Isso indica que a guerra não acontece apenas no período do conflito bélico, mas antes com as variantes econômicas e financeiras, na guerra da comunicação e ação do

que ele chama de psicossocial. E isso também acontece depois do período de ações militares, no sentido mais restrito.

Segundo Golbery, a guerra fria, da qual ele atribui essa denominação à Josef Stálin, dirigente da União Soviética de então, “não se sabe já distinguir onde finda e onde começa a guerra”. Ou seja, a guerra não tem tempo, nem espaço para acontecer.

E Golbery estabelece os alcances e instrumentos dessa guerra total e permanente:

A essa guerra onipresente, todos os instrumentos de ação, direta ou à distância, lhe são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução dos Objetivos Nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições – justas ou injustificáveis, pouco importa – da alma popular, vitória tanto menos custosa quanto se possa a ela chegar sem o emprego decisivo, mas cruento, da força. Servem-lhe, por isso, tanto as armas exclusivamente políticas – negociações diplomáticas, pressões e intervenções mais ou menos ostensivas (não é a abstenção uma forma de intervenção?), o jogo das alianças e das contra-alianças, os acordos e tratados nas suas cláusulas públicas ou secretas – como as armas econômicas – sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, política tarifária e discriminações comerciais, o embargo, o boicote, o *dumping*. Da propaganda e da contra-propaganda, das ideologias tentadoras e dos *slogans* sugestivos para uso interno ou externo, da persuasão, da chantagem, da ameaça e até mesmo do terror faz uma das armas mais eficazes de seu variado arsenal. E conserva as forças militares como um trunfo poderoso que tanto vale hoje, fator catalítico indispensável, na mesa das discussões como nos campos de batalha. (SILVA, 1967, p.25).

Pelas palavras do general Golbery, na “Guerra Fria” vale tudo. Todas as pressões e armas não convencionais devem ser usadas para atingir o objetivo final, que é a derrota do inimigo. Segundo ele, o objetivo é “a efetiva consecução dos Objetivos Nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições – justas ou injustificáveis, pouco importa”. Em outras palavras, não há uma causa a ser necessariamente como sendo justa. Pouco importa, segundo ele. O importante é consecução dos objetivos traçados.

E quando ele fala do uso de armas econômicas, através de “sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, política tarifária e discriminações comerciais, o embargo, o boicote, o *dumping*”, pela história da própria “guerra fria”, da época e até os nossos dias, fica evidente que isso não é uma invenção exclusiva do General Golbery do Couto e Silva. Essas armas e tipos de agressões foram e são usadas, por exemplo, contra a Cuba revolucionária e estão sendo usadas, assim como, contra a Venezuela reformista de hoje, que não fez uma revolução socialista, mas desafiou o poder imperial dos EUA, “nosso

grande irmão do norte”, como denomina Golbery. O boicote feito contra Cuba, desde 1962 e o boicote realizado contra a Venezuela chavista de nossa época é exatamente essas armas descritas pelo ideólogo militar brasileiro.

Para encerrar o assunto guerra, Golbery usa uma frase do estadista francês Georges Clemenceau:

Assim, a Estratégia, arte dantes reservada à maestria dos chefes militares na condução de suas campanhas, tendo atingido a maioria – no dizer de Beukema – alçou-se, com toda a sua valiosa bagagem de princípios largamente experimentados (...) a planos muito mais elevados, caracterizando-se, afinal, na aplicação como uma verdadeira *política de segurança nacional*. Clemenceau já o havia previsto quando afirmou, em frase célebre, que “a guerra é um assunto importante demais para que se possa confiá-lo inteiramente às mãos dos generais”. (SILVA, 1967, p.25)

Sendo Golbery do Couto e Silva um general, que viveu boa parte de sua vida dentro da caserna, é interessante vê-lo salientar que a guerra não é coisa para militares. O que o fascina a ele na frase de Clemenceau é a arte do planejamento estratégico.

Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. A essa Estratégia se subordinam, pois tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia psicossocial, as quais se diferenciam umas das outras pelos seus campos particulares de aplicação e pelos instrumentos de ação que lhes são próprios, embora nunca deixem de atuar solidariamente, seja no tempo, seja no espaço. Não fosse a Estratégia, no fundo, como a própria guerra, indivisível e total. (SILVA, 1967, p. 25 e 27)

Neste ponto, surge um dado importante, que é o planejamento não ser feito pelos militares, mas pelo governo que, nas palavras de Golbery, que coordena “todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente”.

Esse dado é importante, pois mostra a preocupação com o planejamento não ser estritamente militar. Coerente com sua visão de “guerra total”, Golbery expõe sua preocupação com o próprio exercício do poder, que deve ser, segundo ele, abrangente o

suficiente para abarcar as áreas econômica, social, psicossocial e, inclusive, militar. Ou seja, não necessariamente exercida por um militar, mas por alguém que detenha uma visão e a compreensão de Geopolítica.

3.4.6 O Ocidente como opção

A definição de que o Brasil deveria estar ligado ao chamado Ocidente é marca recorrente na obra de Golbery do Couto e Silva. Em vários momentos ele faz essa afirmação e a justifica da seguinte maneira:

Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é, para nós, o Ocidente como ideal. O Ocidente como propósito, o Ocidente como programa. Sua atualização perfeita na Terra talvez nunca seja mesmo possível, mas, nem por isso, deixou ele em tempo algum ou deixa realmente, ainda hoje, de estimular toda essa aventura extraordinária, cheia de êxitos surpreendentes, de falhas irremediáveis, de fracassos tremendos, de deserções e arrependimentos, de dedicações e renúncias que é a longa história em verdade vivida pela sociedade ocidental. (SILVA, 1967, p. 231)

Aqui, Golbery demarca terreno ao declarar que seu pensamento está ligado ao que chama de Ocidente, palavra que ele sempre escreve com letra maiúscula para mostrar que é um valor em si agregado. Não se trata de ocidente, referencial geográfico, sinônimo do ponto cardinal oeste, mas de uma opção política e ideológica. Esse é o motivo pelo qual ele define o “Ocidente como propósito, o Ocidente como programa”. Mais para frente ele irá definir melhor sua definição de ocidente cultural e ideológico.

E a explicação, em suas palavras é bastante direta, apesar de não ser muito esclarecedora, como no trecho seguinte:

Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a Civilização do Ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais:

- a Ciência – como instrumento de ação;
- a Democracia – como fórmula de organização política;
- o Cristianismo – como supremo padrão ético de convivência social

E aí se contêm, em seus justos limites: liberdade, igualdade e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do Homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo de bem-estar, físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz. (SILVA, 1967, p. 232)

Neste trecho de seu livro ele coloca as características do que chama de Ocidente. A definição de que é adepto do “cristianismo” já que exclui a opção por algo laico ou mesmo que seja de outra vertente religiosa. É um ocidente cristão. Outras culturas também podem se declarar democráticas, mas são de outra vertente religiosa.

O autor faz um pretense resgate histórico para justificar sua opção pelo Ocidente:

Ora, o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria Cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência, tradicionalmente alimentado, durante toda a sua jornada histórica já longa de quase cinco centenários, nas fontes mais límpidas do pensamento e da fé ocidentais, não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura. (SILVA, 1967, p. 233)

Nesse suposto resgate histórico, Golbery define o seu critério de Ocidente. Ele fala do ocidente europeu, que ocupou a América, pela mão militar, com a intensão expansionista e que ignorou ou destruiu a civilização nativa destas terras. Essa é a opção do general por ações e nações com essas características, que no fundo se amoldam à sua definição de ação estratégica de geopolítica.

E faz uma profissão de fé e opção pelo Ocidente:

E, pois, pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos. O Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que balbuciamos, até nesta maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios, ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e incansável de incontáveis gerações.

Nós somos, também, o Ocidente. (SILVA, 1967, p. 233)

No entanto, segundo Golbery, o Ocidente corre riscos por causa de uma suposta ação subversiva dos comunistas, que atuam de forma insidiosa entre o povo:

Outra técnica haveria de ser empregada para atuação mais no interior do sistema defensivo do Ocidente. E, nesse particular, é que a ideologia comunista cumpre seu papel capital de ponta de lança impalpável e insinuante, no mobilizar uma minoria disciplinada e fanática de profissionais da revolução. No criar um ambiente de agitação e tumultos, no aprofundar todas as dissensões e explorar todos os ressentimentos, no insuflar constantemente ódio em relação ao Ocidente, tudo de modo a promover, na primeira oportunidade favorável, a irrupção, conforme o caso, de um golpe de Estado – como no Iraque – ou de uma insurreição de massas – como na Indochina. E aí temos a *guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária*, que possibilita a agressão indireta e mesmo à distância, comandada do exterior, apoiada com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza, quando não a presença nas imediações dos próprios tanques e aviões soviéticos ou chineses. (SILVA, 1967, p. 242)

O autor define agora seu inimigo ideológico clara e efetivamente. São os comunistas os que têm uma “atuação mais no interior do sistema defensivo do Ocidente”, segundo ele. E que pretendem lançar mão de uma “*guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária*” para a tomada do poder. E ele lança mão do perigo de uma guerra internacional como é o caso da guerra colonialista na Indochina, como a que os franceses estavam travando no Vietnã nessa época ou que os americanos travaram contra a Coréia, entre os anos 1950 e 1953, quando houve “a presença nas imediações dos próprios tanques e aviões soviéticos ou chineses”, como ele se refere nesse trecho.

3.4.7 Opção pela liderança dos EUA

O livro de Golbery do Couto e Silva tem uma marca forte de defesa do alinhamento do Brasil com os EUA. Em vários trechos há referências de que o Brasil precisa dos EUA e que o “irmão do norte”, como ele denomina os EUA, precisa também do Brasil. Essa talvez seja a base do raciocínio do autor e de todo o seu trabalho em que ele mostra que é fundamental que os dois países se perfilarem e atuem diante do “antagonismo entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista”, em suas palavras. Ou “Os brasileiros têm de ser apoiados pelos Estados Unidos”. Ou ainda:

Quando vemos os E.U.A. negociarem a peso de dólares e auxílios vultosos de toda a espécie e até a custa de certos recuos, mudanças de opinião e arranhões em seu prestígio, o apoio e a cooperação de povos ou indecisos ou francamente hostis da Europa Ocidental, do Oriente Médio e da Ásia – justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam mesmo com seu sangue contra o invasor intruso do passado. Também nós podemos invocar um “destino manifesto”, tanto mais quando ele não colide no Caribe com os nossos irmãos maiores do norte ... (SILVA, 1967, p.54)

Neste trecho do livro Golbery reivindica que os EUA deveriam dar mais atenção ao Brasil e que deveriam aportar recursos aqui e não apenas na Europa, Oriente Médio ou Ásia em busca de apoio e cooperação de povos indecisos ou hostis. Segundo ele, “justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever” de defesa do continente americano. E lança uma possibilidade um tanto quanto ameaçadora quando fala que “nós podemos invocar um “destino manifesto”, tanto mais quando ele não colide no Caribe com os nossos irmãos maiores do norte ...”. Convém lembrar que “destino manifesto” foi a justificativa para as guerras de agressão, ocupação e anexação de territórios do México, com a ressalva que esse “destino manifesto” brasileiro não se estenderá às terras do Caribe, reservado “aos irmãos maiores do norte”.

O general aponta que o subcontinente latino americano, incluído aí o Brasil, é deficiente culturalmente, fraco economicamente, mas rico em recursos naturais, sendo assim atraente para o inimigo comunista, que ele indica ser um perigo real e imediato. E afirma que os EUA deveriam levar isso em conta e se preocupar mais com o continente do qual faz parte. E diz que o continente deveria estar na lista de prioridades do que ele chama diversas vezes como o “irmão do norte”:

Importa considerar, porém, que a América Latina – e, em seu contexto, o Brasil -, por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os E.U.A. tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descurar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas.

E quem viver, o verá! (SILVA, 1967, p.254)

O general aponta que o continente seria presa fácil para uma suposta agressão comunista, através de infiltração e subversão, devido às deficiências dos povos e países do continente americano. E aponta que isso não conviria ao chamado Ocidente, menos ainda aos EUA, por sua proximidade com a região. O perigo está mostrado, a alternativa é a ligação mais estreita dos EUA com o Brasil e não há como escapar disso.

Golbery encara a posição dos EUA como de liderança natural.

Se, por outro lado, hemisfério em que vivemos não pode escapar à sombra possante da grande nação irmã do norte que fez do Mar das Antilhas um grande lago norte-americano, e cuja expansão decidida para o sul tanto alarmou, em épocas passadas, a consciência latina nestas plagas da América, motivando as explosões de Carlos Pereyra, Blanco-Fombona, Vargas Vila e do nosso Eduardo Prado – justo é reconhecer que os imperativos de segurança e não menos os de seu gigantismo econômico levaram os Estados Unidos da América, a princípio como que a medo, mas agora resolutamente, a saírem de seu tradicional isolacionismo e a se projetarem além-mar na Europa e na Ásia, segundo uma estratégia dos espaços periféricos que Spykman tão bem formulou. Ora, essa atitude norte-americana corresponde ao afrouxamento de naturais tensões intracontinentais e tem seu paralelo no abrandamento de uma doutrina de domínio como sempre foi a despeito de quaisquer subterfúgios, a tese de Monroe (com ou sem corolários), para uma doutrina multilateral de segurança coletiva, na instituição de uma política de boa vizinhança em substituição à do big stick, no adoçamento das práticas intervencionistas, a diplomacia dos desembarques de fuzileiros cedendo à diplomacia menos ostensivas do dólar, no reconhecimento enfim de que a união voluntária e a paz continentais são pré-requisitos indispensáveis a planos muito mais altos e, no momento, inadiáveis impostos por exigências da segurança própria, embora expressos por vezes em termos menos realistas de uma nova cruzada pela civilização da Europa. (SILVA, 1967., p. 50)

O general se coloca contra as manifestações contra o expansionismo dos EUA, que fizeram do Mar do Caribe, que ele chama de Mar das Antilhas, “um grande lago norte-americano”. Cita Carlos Pereyra, ex-ministro das Relações exteriores do México, o intelectual venezuelano Rufino Blanco-Fombona, o colombiano José Maria Vargas Vila e do brasileiro Eduardo Prado, todos críticos do expansionismo dos EUA e, nos casos do mexicano e do venezuelano, também da sua Doutrina Monroe, que é defendida por Golbery como uma doutrina de domínio, não condenada por ele.

O autor se refere positivamente às práticas agressivas dos EUA com relação aos demais países. Condena o abrandamento dessa política e a “instituição de uma política de boa vizinhança em substituição à do big stick, no adoçamento das práticas intervencionistas, a diplomacia dos desembarques de fuzileiros cedendo à diplomacia menos ostensivas do dólar”.

A referência ao “Big Stick”, política do presidente Theodore Roosevelt (1901-1905) de implementação da chamada “Doutrina Monroe”, é sintomática. Em tradução literal, Big Stick quer dizer o grande porrete e seguia a máxima de James Monroe, presidente americano dos EUA no período de 1817 até 1825, de que “América para os americanos” significava que as potências europeias não poderiam entrar no continente, pois isso era tarefa dos EUA.

A adesão à política dos EUA, qualquer que seja ela, é colocada de forma aberta e transparente a partir do capítulo “A posição do Brasil”, do artigo “Aspectos Geopolíticos do Brasil”, escrito em 1952, e o pensamento do general Golbery advoga o papel do Brasil como auxiliar ou complementar ao dos EUA, expressa no seguinte trecho do seu livro:

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica. (SILVA, 1967, p. 53)

A adesão e o atrelamento do pensamento de Golbery aos interesses dos EUA ficam evidentes quando afirma que o domínio do Atlântico Sul é de responsabilidade do Brasil “por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte”. É importante ressaltar que o general brasileiro usa a expressão “em benefício” para designar a ligação do nosso país com os EUA. Isso não denota simples ligação, mas aponta para uma subordinação de políticas.

E volta a delimitar o combate ao comunismo como sendo o elo de ligação ideológico do Brasil com os EUA quando fala que há interesse na defesa “da civilização cristã, que é nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica”

E insere a América Latina nesse atrelamento aos EUA da seguinte forma:

E a América do Sul, com seu baixíssimo padrão de vida, suas seculares iniquidades sociais, sua instabilidade econômica crônica, não se oferecerá fácil à penetração de uma ideologia que sabe falar, demagogicamente, às massas desamparadas, sofredoras e incultas e cujo prestígio se irá crescendo com os espetaculares êxitos

alcançados. E a própria América do Norte, os EUA mesmos, como subsistirão num mundo quase inteiramente comunizado, sem mercados onde negociar, sem poder importar matérias-primas essenciais, sem meios de manter o padrão de vida elevado que faz hoje sua população tão invulnerável às prédicas das sereias comunistas. (SILVA, 1967, p.236)

E Golbery alarma para um suposto perigo de um “mundo quase todo comunizado, sem mercados onde negociar, sem poder importar matérias-primas essenciais, sem meios de manter o padrão de vida elevado”.

E reforça a ideia afirmando que o continente está sob ameaça real:

Como quer que seja, dúvidas não poderá haver de que o Ocidente se acha ameaçado e ameaçado seriamente – não só na dilatada orla de contato com o mundo comuno-soviético, mas nos seus próprios bastiões de defesa da Europa e da África e, até mesmo, na sua zona de retaguarda do continente americano do sul. (SILVA, 1967, p. 237)

Alerta para o perigo do contato com o “mundo comuno-soviético”, que acontece em territórios da Europa, da África e mesmo no continente americano, onde se encontra o Brasil, objeto de sua tese da necessidade de ligação com os EUA. Diz tudo de modo aberto e sem que seja preciso uma leitura mais acurada de seu texto.

Em suas palavras há uma certa reclamação pelo fato de que entende que os EUA não percebem ou não reconhecem o papel do Brasil no subcontinente sul-americano.

Quando vemos os EUA negociarem a peso de dólares e auxílios vultosos de toda espécie e até à custa de certos recuos, mudanças de opinião e arranhões em seu prestígio, o apoio e a cooperação de povos ou indecisos ou francamente hostis da Europa, do Oriente Médio e da Ásia – justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam mesmo com seu sangue contra o invasor intruso de eras passadas. Também nós podemos invocar um “destino manifesto”, tanto mais quando ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte ... (SILVA, 1967, p. 53)

E completa seu raciocínio com a comparação com a Inglaterra frente à sua ex-colônia, que entende ter sido de generosa colaboração.

E se a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica – a Doutrina Monroe, como bem se sabe, foi inspirada por Canning – não parece demais que os EUA reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul.

Talvez o que falta deveras seja o conhecimento, por parte dos dinâmicos criadores da grandeza norte-americana, de que exista de nosso lado uma vontade decidida de aceitar plenamente as responsabilidades que nos cabem, impulsionando uma positiva capacidade realizadora. O essencial, pois, é que nos convençamos de que “o preço do poder é a responsabilidade”, como proclama Brooks Emeny. (SILVA, 1967, p.54)

Embora o Brasil não tenha sido colonizado pelos EUA, como o foi o caso deste com a Inglaterra, o general brasileiro reivindica um tratamento similar ao afirmar que “a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental”. E reclama abertamente “Talvez o que falta deveras seja o conhecimento, por parte dos dinâmicos criadores da grandeza norte-americana, de que exista de nosso lado uma vontade decidida de aceitar plenamente as responsabilidades que nos cabem”.

3.4.8 A importância política do Brasil

O autor se dedica a mostrar que o Brasil tem um papel continental importante para o jogo internacional de poder e chega mesmo a indicar uma suposta superioridade do país em relação aos demais países do continente. Essa definição indica a preocupação em mostrar uma suposta responsabilidade continental do Brasil de modo a proteger os interesses apontados por ele como fundamentais para a preservação do que ele chama de civilização ocidental, cristã e democrática.

Sempre com o predomínio da visão militar de domínio do território, mas sempre dentro da perspectiva apontada por ele como sendo de geopolítica global, ele aponta os perigos e dificuldades existentes no subcontinente sul americano.

Essa marca fica evidente no seguinte trecho:

Se desse panorama atlântico nos volvermos à paisagem política continental, onde os perigos intrínsecos à nossa inefetiva, descontínua e mesmo, mais a noroeste, ganglionar, para não dizer nula, ocupação do território nacional já foram apontados – o que vemos nos circundando é uma cintura de nações a que unem, acima de

quaisquer dissensões, a mesma origem hispânica, tradições históricas semelhantes e entrelaçadas e, sobretudo, a unidade linguística, quando não tanto de costumes e a cultura hoje bastante diferenciados pela desigual contribuição dos contingentes nativos e a força modeladora do meio físico diverso. (SILVA, 1967, p. 54)

E o general Golbery expõe certo preconceito contra as demais nações e povos sul-americanos ao sugerir uma suposta visão discriminatória de nossos vizinhos, baseada numa hipotética inveja, contra a suposta superioridade do Brasil em relação a eles. Isso fica evidente no trecho de forte cunho irônico a seguir:

Velhas desconfianças e litígios antigos, sem dúvida, as separam, mas não parecem de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, rico demais hoje em virtude de seu imperialismo prepotente, que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas e cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição em alta dose de sangue escravo inferior... (SILVA, 1967, p. 54)

Para o autor, a Europa deveria olhar o Brasil com mais atenção e mostra os atrativos que o território nacional tem e que não seriam “percebidos” pelos europeus:

Ora, o Brasil, na vastidão de sua hinterlândia – que o inegável senso geopolítico de uma metrópole, a buscar no mundo novo compensações para sua irremediável frustração nas correrias pelo mar-oceano e nas aventuras do Oriente, haveria de criar, mobilizando a inquietude, o arrojo e a cobiça daquela inigualável **sub-raça de mamelucos** -, é hoje um país territorialmente satisfeito, com amplos espaços ainda quase de todo vazios e praticamente inexplorados em suas riquezas ainda desconhecidas de fato e apresentando, a saltar aos olhos, um profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões de seus diversos quadrantes, os vários Brasis em que realmente se desdobra o panorama continental brasileiro. (SILVA, 1967, p.174) (grifo meu).

Pelo trecho grifado, é possível perceber o quanto o general Golbery avaliava depreciativamente o nosso povo, quando o qualifica como uma sub-raça de mamelucos, numa comparação precária com os povos de Europa e EUA. A citação indica uma visão de que o território nacional, embora rico, abriga um povo com precários recursos culturais ou intelectuais. E isso é apresentado como atrativo aos países da Europa e EUA, que deveriam, na sua visão, proteger e investir nestas terras de sub-raça de mamelucos.

E traça as linhas de uma política brasileira de proteção dessas riquezas oferecidas como atrativos aos países europeus. Além disso, garante que o Brasil abre mão de quaisquer arroubos de imperialismo ou disputas com os vizinhos latino americanos para investir na proteção dos recursos e riquezas aqui disponíveis:

Nossa Geopolítica deverá ser, pois, necessariamente, nesta quadra da vida histórica nacional, ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um império imenso a construir. (SILVA, 1967, p.174).

O autor coloca o Brasil e seu projeto de nação à serviço da defesa do Ocidente:

O Brasil é, finalmente, um império cujas “marcas” desprotegidas e despovoadas de vasto hemisfério nos quadrantes do norte, noroeste e oeste constituem polos de atração e fatores de estímulo a desvarios, sempre possíveis, por parte de vizinhos menos aquinhoados de riquezas e terras e que, ao sul, se defronta ainda com os resíduos, de forma alguma insubstanciais, de uma tradicional rivalidade de cunho hegemônico que o tempo e a evolução não chegaram a dissolver completamente e a sepultar no passado. Enquanto, pois, não venham a perder de todo a sua real significação essas ameaças periféricas, diluídas que o sejam afinal na moldagem bem concluída de uma consciência coletiva da América Latina ou de uma Pan-América maior, senão superadas por desnível acentuado entre o grau de progresso que alcance o Brasil, e o das repúblicas vizinhas em bases físicas e demográficas mais minguadas- a Geopolítica, a Geoestratégia brasileira não poderá deixar de permanecer atenta ao problema da segurança de suas lindas fronteiras em todo o perímetro continental. Será, nesse particular, uma Geoestratégia de contenção, em grande parte preventiva. (SILVA, 1967, p.175)

Golbery indica que o Brasil “necessariamente” deve se inserir na Geopolítica continental para fazer a defesa do Ocidente cristão e capitalista, sem apontar a justificativa razoável e lógica para tal:

Geopolítica e Geoestratégia de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da Civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo subdesenvolvido do continente e de além-mar e ao mesmo passo de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura-a Geopolítica e a Geoestratégia brasileiras necessariamente se inserem nos quadros, sucessivamente mais amplos, de uma Geopolítica e Geoestratégia para o bloco latino-americano, de uma Geopolítica e Geoestratégia continentais, de uma Geopolítica e Geoestratégia de todo o mundo ocidental. (SILVA, 1967, p. 175-6)

Como se viu, é feita uma definição por um alinhamento ao chamado Ocidente, definido como cristão e capitalista, e o antagonismo com o chamado Oriente, em verdade ao socialismo, mas não há uma justificativa lógica para tal. Por outro lado, o Brasil e o subcontinente sul-americano são apresentados como ricos em riquezas naturais, mas

deficientes intelectual e culturalmente. Isso é oferecido como atrativo aos países da Europa e Estados Unidos da América. Não parece, portanto, uma opção de cunho altivo.

3.4.9 A importância geográfica do Brasil

Mesmo ressaltando “o potencial superior, evidenciado, em comparação com o Brasil, nos dinógrafos que organizamos, com base no efetivo populacional, na produção de carvão, aço e petróleo e no potencial hidrelétrico instalado” (SILVA, 1967, p.54) que indica a importância estratégica e econômica de Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Equador e Peru, o general afirma que “seu potencial, no momento, apresenta-se bastante inferior ao do Brasil cuja maior deficiência se acha indiscutivelmente em nossa quase completa dependência do petróleo estrangeiro” (SILVA, 1967, p.55)

Depois disso, Golbery discorre longamente sobre a situação e a privilegiada posição geográfica do Brasil no mapa mundial.

Em conclusão, a análise da posição do território brasileiro nos conduz à seguinte configuração geral:

- um núcleo central, de importância capital, altamente sensível tanto a ações externas vindas do mar como a perturbações internas instigadas de fora e cuja segurança é absolutamente indispensável à estrutura toda do sistema, relativamente bem protegido pela barreira natural da grande escarpa litorânea e sujeito a ataques, senão de grande importância, pelo menos de alto teor moral;
- no Nordeste, uma zona de vulnerabilidade máxima a ações extracontinentais. As quais se preveem em futuro não imediato e apenas no caso em que os EUA não consigam, na eventualidade de uma 3ª Guerra Mundial, impedir que a Rússia transborde por sobre o continente europeu e a África ocidental, circunstâncias essas em que sempre teremos assegurado o concurso inigualável daquela potência na defesa de área cuja importância é, antes de tudo, mundial;
- ao sul, estendendo-se até Mato Grosso, uma zona também de vulnerabilidade máxima, mas a possíveis ações adversas de origem regional, às quais, embora sejam menos potentes, nos teremos de opor, exclusivamente, com os meios próprios que consigamos mobilizar;
- finalmente, a leste, o Atlântico Sul, indispensável à nossa segurança e à nossa sobrevivência, sujeito tanto num como noutro caso a possíveis ações adversas que dificultarão, e talvez mesmo impeçam, nossas comunicações litorâneas com o sul atacado ou, na hipótese extracontinental, ameacem seriamente não só a navegação de cabotagem, mas até nossas ligações marítimas com os EUA, embora se conte seguramente, em tal emergência, com poderoso auxílio exterior. (SILVA, 1967, p. 60-61)

Duas coisas ressaltam nessa situação geográfica do Brasil: Golbery liga o Brasil, mais uma vez aos EUA e coloca a hipótese de uma agressão imperialista da União Soviética, como uma certeza e que isso redundaria na proteção dos EUA ao Brasil.

Além disso, o general desenha o cenário dessa hipotética invasão soviética do continente como se dando no centro do país continental. É o que a geopolítica chama de hinterland, que ele retrata como sendo:

A vasta hinterlândia, quase deserta ainda, à espera de vitalização, riquezas desconhecidas que, com razão ou sem ela, a alma popular instintivamente sempre imaginou portentosas, um espaço cujo potencial de atração vem crescendo da continentalidade de outros países mediterrâneos e até mesmo de imensas áreas cisandinas de nações do Pacífico, ameaças atuais ou potenciais que só se poderão afirmar cada vez mais com o tempo. (SILVA, 1967, p. 63)

A opção pela ligação e atrelamento aos EUA e aos seus interesses é clara em vários momentos da obra de Golbery do Couto e Silva. Isso ele chama de geopolítica.

3.4.10 O projeto militar de poder

No capítulo “Os grandes dilemas brasileiros”, Golbery traça o que pode ser chamado de um projeto de poder dos militares com vistas ao que entende ser melhor para a defesa do país. Diz ele:

As conclusões a que chegamos pela análise, primeiro do espaço, depois da posição do Brasil, e que dizem respeito propriamente a uma geopolítica nacional visando a integração do território, de um lado, e de outro lado, à sua segurança, são, como bem se vê, de um modo geral concordantes, tanto nos objetivos que definem, como na ordem de prioridade que estabelecem. (SILVA, 1967, p. 62)

Aqui ele faz um pequeno resumo de sua tese de geopolítica nacional, em que ele fala de integração do território e de cuidar da segurança do país, ao mesmo tempo.

E ele traça as providências a serem tomadas, como se fosse já fosse o próprio governo do país. Divide em três fases e o que deveria ser feito:

Temos assim delimitadas 3 fases:

1ª – equipamento e reforço de nossa base ecumênica, articulando-a solidamente de norte a sul, com prioridade para o sul;

- constituição de potências regionais que garantam o mínimo de segurança à realização de manobra estratégica considerada, potenciais esses proporcionais à importância das ameaças que se preveem (volume, proximidade no tempo e no espaço, jogo de alianças que motivem) – máximo face ao Prata, médio Nordeste (um arcabouço reforçável a tempo), mínimo na periferia amazônica;

2ª – integração da península do centro-oeste brasileiro, equipando-o de meios que lhe permitam desempenhar seu duplo papel de sólida plataforma para um transbordamento sobre a Hiléia ou para ações visando a contrapor ao avanço para o norte de um imperialismo platino, sub-reptício ou virulento;

3ª –incorporação da Amazônia. (SILVA, 1967, p. 62)

Como o artigo foi escrito em 1952, quando o presidente da República era Getúlio Vargas, que resistia ao assédio dos militares, pode-se aventar a hipótese de que os planos de tomada do poder já estavam em andamento desde essa época e que só conseguiram ser tornados realidade com o golpe militar de abril de 1964 e a instalação da ditadura militar, que tinha Golbery do Couto e Silva como uma figura importante do regime.

Não por acaso, na apresentação do livro, o editor Afonso Arinos de Melo Franco, um político conservador e admirador de Golbery, assim o definiu: “uma das figuras mais marcantes a vida militar e pública do Brasil contemporâneo, do Brasil posterior à Revolução de 1964” e afirma que o exército nacional evoluiu “de uma posição de força influente para assumir diretamente as responsabilidades governativas”. (ARINOS in SILVA, 1967, p.xii)

3.4.11 A Segurança nacional, segundo o general Golbery

Para o General Golbery, havia necessidade de uma nova definição do que venha a ser a segurança nacional, segundo a visão de geopolítica adotada por ele. Para ele o trabalho de definir uma Estratégia é muito mais do que uma tarefa militar e chega a defini-la como sendo uma arte. Diz ele:

A moderna conceituação, atingida, através de longa evolução, sempre – como vimos- no sentido de uma generalização cada vez maior, pelo termo Estratégia, tanto referido à arte em si mesma como à aplicação por um dado estado (ou coligação de Estados) num determinado panorama conjuntural, exigiria um reajustamento de todo o quadro conceitual da Segurança Nacional. (Idem, p. 159)

E passa a definir o que seria a sequência para se chegar ao conceito:

Definir-se-iam, em primeiro lugar:

OBJETIVOS NACIONAIS – como a tradução das aspirações e interesses de todo o grupo nacional;

distinguindo-se:

os *Permanentes* (ONP) – expressando aspirações e interesses que perduram em determinada etapa, mais ou menos longa, da evolução do grupo nacional; como núcleo constante e universal aí figuram, sob formas mais agressivas e positivas ou mais defensivas e negativas, as idéias motoras de integração nacional, auto-determinação ou soberania, bem-estar e progresso;

os *Atuais* (ONA) – representando a cristalização dessas aspirações e interesses à luz das limitações impostas pelas possibilidades e circunstâncias do momento, em particular pelos antagonismos internos e externos, tanto existentes quanto presumíveis.

A POLÍTICA NACIONAL seria, pois:

- a governação do Estado com vistas à consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais;

E a ESTRATÉGIA NACIONAL poderia definir-se com precisão como:

- a orientação e direção tanto do desenvolvimento e reforço dos recursos naturais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguardados Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Ora, SEGURANÇA NACIONAL caberia defini-la, por certo, como:

- O grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Resultaria, então:

- a ESTRATÉGIA é a POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL. (SILVA, 1967, p. 159-60)

O General Golbery traça a ideia de Segurança Nacional dentro do conceito de “Guerra Total” e resume isso numa frase: “O conceito de guerra total é no fundo, afinal, um verdadeiro conceito-limite” e afirma que “À estrutura conceptual da Segurança Nacional, que vimos de esboçar em grandes linhas, haveria de corresponder uma metodologia de planejamento”. E faz a seguinte linha de raciocínio:

Todo o planejamento de Segurança Nacional não poderia deixar de basear-se nos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), guiar-se pelo princípio fundamental da adaptação recíproca dos meios e fins e adotar o método das aproximações sucessivas.

Assim, mediante uma Avaliação Estratégica da Conjuntura, estabelece-se – ou atualiza-se em permanência – um Conceito Estratégico Nacional (CEN), o qual define:

- os Objetivos Nacionais Atuais; e

- as Correspondentes Políticas de Consecução (linhas de ação adotadas). Nesse CEN vem também referidas:
- as Hipóteses de Guerra (HG), que se devem considerar – antagonismos que podem levar à guerra; e
- as Áreas Estratégicas principais. (SILVA, 1967, p. 163)

E o estrategista militar indica o caminho da política a ser traçada pelo governo:

- Diretrizes Governamentais definirão, a seguir e para cada campo (o político, o psicossocial, o econômico e o militar):
- os objetivos particulares a alcançar;
 - as correspondentes linhas de ação;
 - as condições de planejamento e de execução.
- Quanto ao planejamento propriamente dito, é conveniente desdobrá-lo em:
- planejamento da Informação Estratégica;
 - planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional; e
 - planejamento de Guerra (inclusive para a segurança interna). (SILVA, 1967, p. 163)

É um roteiro de adoção de medidas para um governo que ainda não estava instalado, mas parece estar no horizonte daquele que teve participação direta na conspiração contra a democracia, derrubada de um presidente constitucional e a instalação de uma ditadura militar, que tinha Golbery do Couto e Silva no comando do órgão central de controle da vida dos brasileiros e de espionagem e repressão aos movimentos de oposição, que ele trata aqui no seu livro como sendo a subversão comunista a serviço do que ele chama de “imperialismo soviético”.

3.4.12 A importância da luta política

Golbery mostra bem a importância da política e, como estrategista militar, estabelece que:

Em qualquer caso, a Política comanda a Estratégia, fixando-lhe os objetivos próprios – ONA -, em função dos Objetivos Nacionais Permanentes. Aqueles são objetivos, pois, de caráter estratégico, enquanto os ONP são objetivos políticos. Cumpriria definir o instrumento de ação da Estratégia: PODER NACIONAL – é a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis. Esse Poder Nacional é o instrumento unificado de Estratégia. Entretanto, para análise e planejamento, necessário é considerar quatro expressões inter-relacionadas

do Poder Nacional: o Poder Político, o Poder Psicossocial, o Poder Econômico e o Poder Militar. (SILVA, 1967, p. 160)

É importante ressaltar aqui que ele trata do chamado poder nacional como sendo administrador e planejador dos outros poderes, Político, Psicossocial, Econômico e Militar. Isso só pode acontecer num governo centralizador e rígido sobre os destinos da nação e do seu povo. Uma ditadura.

E o autor aponta os caminhos, segundo sua visão de estrategista militar:

Com vistas às suas estimativas e avaliações sempre focalizadas num futuro remoto ou mais próximo, a Estratégia conceitua:

O POTENCIAL NACIONAL – expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) suscetíveis de, em maior ou menor prazo, serem transformados em PODER, para fazer a guerra.

O potencial considerado pela Estratégia é, assim, referido ao esforço máximo de que a Nação é capaz para enfrentar determinado antagonismo. Corresponde ao que é denominado POTENCIAL DE GUERRA. É um máximo Poder Nacional futuro, bem amarrado no tempo.

Como no caso do Poder, para fins de análise e planejamento, admitem-se também quatro expressões inter-relacionadas do Potencial Nacional, apesar do caráter unificado deste: Potencial Político, Potencial Psicossocial, Potencial Econômico e Potencial Militar. (SILVA, 1967, p. 160-161)

E Golbery resume a questão do Poder da seguinte forma:

Quer o Poder, quer o Potencial Nacional, que aliás, é um Poder “em ser” ou “Potencial de Poder”, tem, pois, fundamentos políticos, militares, econômicos e também psicossociais – vale dizer demográficos, étnicos, culturais, sociais e éticos – além dos fundamentos geográficos que a todos os demais, por sua vez, condicionam mais ou menos estreitamente. (SILVA, 1967, p. 161)

Outra vez Golbery volta a se referir a um governo que exerça o Poder Nacional com total controle sobre o país e com determinação sobre todas as áreas da administração. Numa democracia isso é mais difícil, pois há várias intercorrências e o Estado é dividido entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, que dificilmente podem se alinhar tão coesamente em torno de um mesmo projeto ou visão.

E aponta a importância da Estratégia para seu pensamento político:

Por outro lado, embora a Estratégia Nacional seja uma Estratégia Geral, necessariamente integrada – para análise e planejamento, também consideram-se, relativamente aos campos político, econômico, psicossocial e militar, ESTRATÉGIAS PARTICULARES, subordinadas àquela e que visam a alcançar objetivos particulares fixados para cada um de tais campos.

Assim:

- a ESTRATÉGIA POLÍTICA – visando em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa, em benefício da consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, ao passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas considerados;
- a ESTRATÉGIA PSICOSSOCIAL – visando, em particular, a fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados;
- a ESTRATÉGIA ECONÔMICA – visando, em particular, a reforçara estrutura econômica nacional e seu rendimento, garantindo-se a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados; e
- a ESTRATÉGIA MILITAR – visando, em particular, reforçar a estrutura militar da Nação e empregar as Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário.

De um modo geral, a cada Estratégia Particular cabe, especialmente, reforçar a expressão correspondente do Poder Nacional e enfraquecer ou destruir o Poder dos antagonistas considerados, mediante ações conduzidas no campo que lhe é próprio. (IDEM, p. 161 e 162)

Pelo que se vê aqui o Poder Nacional traçaria estratégias segmentadas não para administrar o país, mas para se opor a inimigos, que o general denomina como sendo antagonistas considerados. Quando trata da estratégia militar isso fica evidente, pois afirma que se deve “reforçar a estrutura militar da Nação e empregar as Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário”. Só uma potência estrangeira teria Forças Armadas para ser contraposta pelas Forças Armadas brasileiras.

3.4.13 Anticomunismo

Para sustentar sua posição, o general Golbery utiliza a suposta preocupação com o comunismo como um dos focos de sua narrativa. A análise dessa preocupação é fundamental para se perceber como a obra e o pensamento de Golbery se relaciona com o comunismo.

O traço anticomunista de Golbery do Couto e Silva aparece quando afirma que os valores cristãos e liberais do Brasil fazem parte da cultura brasileira e que são “naturais”. Além disso, o chamado Oriente é acusado como “imperialismo ideológico”, mas o que define como valores naturais do Ocidente (cristão e liberal) não são colocados como ideológico. Golbery faz sua definição ideológica em defesa do capitalismo e do cristianismo quando afirma no seguinte trecho:

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais, que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão,

integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente participe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, **a cujos destinos temos os nossos insolúvelmente ligados, quer o queiramos ou não.** (SILVA, 1967, p.175) (grifo meu)

Golbery insere a questão do cristianismo como base de sua proposta e contraponto para o que chama de “civilização materialista” e acrescenta que a Geopolítica proposta por ele deve ser parte de uma Geopolítica defensiva da chamada “Civilização Ocidental” e para não deixar dúvidas diz que os destinos de ambas estão “insolúvelmente ligados, quer o queiramos ou não”. Trata-se de uma participação consciente e atuante.

3.4.14 O Ocidente precisa do Brasil e o Brasil precisa do Ocidente

A ligação do Brasil com o chamado Ocidente, que é basicamente uma ligação ideológica, é afirmada de forma direta pelo geopolítico Golbery:

Importa considerar, porém, que a América Latina – e, em seu contexto, o Brasil -, por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os EUA tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descuidar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas.

E quem viver, o verá! (SILVA, 1967, p. 254)

E a dependência do subcontinente latino americano e, em particular, do Brasil impõe uma relação ampla com os países desenvolvidos do chamado Ocidente. E o desenvolvimento econômico do Brasil passaria, segundo ele, necessariamente pelo comércio com os EUA e os países da Europa:

Que, por outro lado, o Brasil essencialmente depende – e quanto! – do restante do Ocidente e, em particular dos EUA, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para a sua própria segurança é fato que para nós, brasileiros de hoje, não exige discussão maior.

Sabemo-lo perfeitamente, porque o sentimos em nós mesmos com o amargor de uma frustração que já tem alguns séculos, e uma ansiedade crescente por um futuro mais afirmativo que tanto tarda, frustração e ansiedade que não mais conseguem embalar os sonhos ingênuos e esperançosos que fizeram as delícias de muitos de nosso avós. (SILVA, 1967, p. 254)

E o general faz um apelo aos países desenvolvidos, apontando que o combate ao comunismo passa pela América Latina, composta por países débeis e carentes de apoio do chamado Ocidente desenvolvido:

É preciso que o Ocidente, do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis, se compenetre, afinal, de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do milênio comunista a par das indiscutíveis e até espetaculares realizações no domínio da ciência, da técnica e da produção material de riquezas, a não ser oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre a estagnação e a miséria generalizada, de um lado, e, do outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos. (SILVA, 1967, p. 255)

A conclusão a que chega é bem indicativa do pensamento de Golbery. Ele faz questão de mostrar que há uma ligação, embora não seja percebida pelos países com os quais haveria essa ligação existiria. E essa relação é apontada como parte da lógica geopolítica do próprio General Golbery do Couto e Silva, mesmo que não o seja também pela lógica geopolítica dos países com os quais essa relação aconteceria:

Conclusão

Entre tudo aquilo, portanto, que faz com que o Ocidente precise do Brasil e da América Latina e o que a América Latina e o Brasil tem o direito de esperar do Ocidente, entre as necessidades reais de uma esclarecida estratégia global do Ocidente e as exigências vitais de uma estratégia nacional do Brasil – abre-se apenas um fosso, menos quanto à divergência de propósito, de objetivos, de fins, do que, propriamente, na definição de prioridades, de escala e de ritmo de execução. E, no entanto, para a solução definitiva do problema do subdesenvolvimento continental, a questão de ritmo e de escala é, sem dúvida, capital. Representa, de fato, a distância que vai do insucesso quase certo ao êxito quase de todo garantido.

O reconhecimento pelos países líderes do Ocidente, em particular pelos EUA, da justeza e solidez de nossos anseios dependerá, entretanto, grandemente de nós. (SILVA, 1967, p. 256)

E o geopolítico Golbery insiste:

É preciso, sobretudo, testemunhar, à evidência, que somos, não só por origem, mas ainda mais por convicção, povos deste mundo livre do Ocidente que estaremos prontos a defender, sem tergiversações covardes nem subterfúgios desonrosos, quando soar a hora extrema da prova.

É que, para nós, povos desta outra América ainda embrionária em luta com a miséria e a fome, o penhor supremo da redenção é o senso das responsabilidades próprias na defesa do Ocidente. (SILVA, 1967, p. 257)

O general brasileiro Golbery do Couto e Silva, pessoa muito influente na Escola Superior de Guerra, que formou gerações de militares e também muitos civis, dedicou sua vida à formular sua proposta de Geopolítica para o Brasil e produziu um roteiro para o atrelamento do Brasil aos Estados Unidos da América, consciente e premeditado.

Mesmo admitindo que o continente ainda luta contra a miséria e a fome, propõe que se use suas forças para fazer a defesa do que chama de Ocidente, que é composto pelos países ricos e, provavelmente, responsáveis pelo atraso dos países da América. Não discute as relações coloniais ou mesmo de tipo neo-colonial, que levaram os países pobres dessa “outra América ainda embrionária em luta com a miséria e a fome” a essa situação. Tampouco discute outras saídas para essa situação.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho de contribuir para a compreensão da natureza da participação do militares na política do país, no período compreendido republicano, entre a proclamação da República até a criação da Escola Superior de Guerra, em 1948. A data inicial justifica-se pelo fato de que é quando o exército nacional deu um golpe de Estado e proclamou a República e a data final se justifica por ser o marco de uma nova inflexão do exército nacional em direção ao alinhamento ideológico definido. Os reflexos dessa inflexão podem chegar até nossos dias. E tentar detectar se essa participação obedeceu algum planejamento, com objetivos previamente definidos, parece relevante.

Para tanto, no capítulo intitulado “O papel dos Militares na Política Brasileira”, foi feita uma revisão bibliográfica de autores que se dedicaram a estudar sobre os militares, sobretudo as obras clássicas: “Soldados da Pátria” (2007), do brasilianista Frank D. McCann; “O Poder Militar” (1984) e “1889 – A República não esperou amanhecer” (1972), ambas do historiador brasileiro Hélio Silva; “Anarquistas e comunistas”, de John W. F. Dulles (1973); História Militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (2010). Nesse levantamento histórico, foram observadas tanto a política mais ampla, como também a atuação do exército nos fatos analisados.

A participação do exército nacional começou com o golpe de Estado de caráter militar para a implantação da República, que mudou o papel institucional e constitucional do exército, antes de proteção às fronteiras e depois de proteção das instituições, papel até ali reservado à Guarda Nacional do Império, com a aprovação da Constituição Federal de 1891. Na República, o papel da Guarda Nacional praticamente desapareceu e a presença e, conseqüentemente, o poder de intervenção do exército na política nacional começou a se fazer presente, por ter sido atribuído a ele o papel de guardião das instituições.

A República consolidou-se com os dois governos militares, dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), que exerceram o poder com rigor militar e usaram de muita força sobre as resistências à centralização do poder na figura do Presidente da República, não admitindo oposição ou abertura para questionamentos de qualquer ordem quanto à implantação do novo sistema de governo.

Após a fase de implantação da República, o exército manteve-se como força discreta, deixando o exercício do poder nas mãos das oligarquias regionais, que se articulavam e se organizavam a seu modo. No entanto, esteve presente durante os anos desses governos civis da chamada “Política do Café com Leite” como a força guardiã das instituições. Cumpriu também um papel de mediador entre os grupos da oligarquia, que se dividiram durante o governo Afonso Pena/Nilo Peçanha (1906-1910). O governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) serviu para pacificar as desavenças entre os setores da oligarquia do país e, ao final do governo, devolveu o poder aos civis.

No começo do século XX, a nascente burguesia industrial brasileira passou a exigir seu espaço no controle do Estado Nacional e encontrou na baixa oficialidade do exército a interlocução e a representação necessária na área militar. Esse grupo militar, denominado “Movimento Tenentista”, começou a atuar na política nacional e teve importância fundamental na instauração da chamada “Revolução de 1930”, nova fase da vida política nacional que marcou o incremento à industrialização do país.

O exército brasileiro foi também peça central, com participação direta, na utilização de dados e fatos falsos sobre um suposto plano de tomada do poder pelos comunistas, o chamado “Plano Cohen”, que foi usado como pretexto para a implantação da ditadura do Estado Novo. Esse período, nas palavras do ditador Getúlio Vargas, servia “Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho” (VARGAS, 1937, s/p). E o exército nacional foi o sustentáculo dessa ditadura.

Os militares, que sustentaram a ditadura do Estado Novo, derrubaram o ditador Getúlio Vargas e também fizeram a transição para a democracia. Dois militares, participantes da ditadura recém derrubada, se apresentaram como candidatos na eleição presidencial de 1946. O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República, em 1946, e Juarez Távora, apesar de derrotado na eleição, colaborou com o governo de Dutra, que tinha características ditatoriais. Esse governo reprimiu os sindicatos e promoveu a cassação do registro eleitoral do PCB. Também foi o governo que aproximou as Forças Armadas brasileiras das Forças Armadas dos EUA. Esse processo de aproximação com os militares dos EUA levou também à criação da ESG, com o apoio presencial de oficiais das

Forças Armadas dos EUA, que influenciaram a linha política da escola de formação militar para o anticomunismo e a chamada “Guerra Fria”.

Nessa ESG criou-se um núcleo de militares alinhados com a política da “Guerra Fria”, notadamente anticomunista e com vínculos profundos com os militares dos EUA. Entre esses militares estava o então capitão Golbery do Couto e Silva, que terá papel importante na formação de militares e civis, frequentadores dos cursos desse centro de formação militar. No capítulo intitulado “Geopolítica, Golbery e o Projeto Militar de poder”, foi feito um apanhado do que é geopolítica, para melhor compreensão do assunto, também foi feita uma breve apresentação sobre o autor general Golbery do Couto e Silva e depois uma análise mais detalhada de seu livro “Geopolítica do Brasil”. Através dessa análise, podem-se detectar as idéias-força de Golbery do Couto e Silva, que norteiam sua obra.

Foram detectadas as seguintes expressões, que traduzem as idéias-força do livro Geopolítica do Brasil: medo, Estado forte, guerra inevitável, divisão mundial entre Ocidente e Oriente, liderança dos EUA nessa divisão, anticomunismo, cristianismo, Segurança Nacional e planejamento estratégico para combater o comunismo.

Segundo Golbery, haveria um **medo** atávico do ser humano sobre a sua existência e esse medo levaria o ser humano a sentir a necessidade de ter uma estrutura organizada para lhe dar proteção. Essa seria a explicação para o surgimento do Estado que cumpriria a tarefa de dar proteção ao indivíduo e ao coletivo, segundo Golbery. E que haveria ainda a quase certeza do perigo de ocorrência da **guerra**, outra idéia-força de Golbery, e o **Estado** protegeria o indivíduo e o coletivo nessa guerra.

Dentro dessa lógica, outra idéia-força da obra, o general afirma que haveria uma conflagração latente entre o **Ocidente** e o **Oriente**. Por sua definição, o Ocidente não seria apenas um ponto cardinal geográfico, mas uma cultura e uma ideologia. Seria **capitalista, cristão e democrático**, representado pela Europa e os EUA, enquanto o Oriente estaria na condição de **ateu, comunista e não democrático**. Mais do que isso, o Oriente teria uma política imperialista e ameaçaria o chamado Ocidente constantemente através de uma possibilidade de guerra direta ou, principalmente, através de agentes infiltrados entre a população. Surge aí a idéia de que seria necessário combater essa infiltração comunista entre os países do Ocidente com políticas de **Segurança Nacional**.

A Segurança Nacional, segundo Golbery, estaria ou deveria estar a serviço da defesa do Ocidente capitalista, cristão e democrático. E defende um Estado forte, baseado nessas políticas de Segurança Nacional como proteção contra um suposto ataque do Oriente ateu, comunista e não democrático. O **cristianismo** é uma das ideias-força de Golbery, que afirma ser a base moral e ideológica dos povos do Ocidente. E coloca o cristianismo como oposto ao comunismo **ateu e materialista**.

No entanto, para comandar o Ocidente nesse novo tipo de guerra, o general reconhece os EUA como a liderança da grande defesa ocidental contra o comunismo, representado pela União Soviética e advoga que o país líder do Ocidente deveria ajudar financeiramente o continente latino-americano, em especial o Brasil, para ter aqui uma forte base de apoio nessa guerra, que ele diz ser permanente e total.

No caso específico do Brasil, Golbery diz que o investimento deveria ser para proteger as riquezas naturais e também a geografia do país de proporções continentais, que poderia ser invadido por uma força militar do Oriente, com a ajuda de agentes infiltrados. Nesse ponto, o general afirma que não seria interessante para os EUA ter um Brasil desprotegido e neutralizado como seu aliado na defesa do Ocidente.

Essa linha de pensamento, que propõe o atrelamento dos destinos do Brasil com os EUA na defesa do Ocidente, ganha uma declaração explícita de alinhamento do país com a luta anticomunista, outra idéia-força do livro. Segundo ele, historicamente o Brasil é cristão e capitalista, ignorando que os povos originais nada tinham de cristãos e estavam longe do que seria o capitalismo.

Ao propor que a guerra passou a ter um sentido mais amplo do que apenas do ponto de vista militar, que ele denomina “Guerra Total” ou “Guerra Permanente”, que exige **planejamento estratégico** para seu desenrolar, que é também travado nos campos econômico, psicossocial, político e também no campo militar, Golbery afirma que não há espaços para neutralidade ou passividade. Há que decidir por tomar um lado e ele declara que está no lado capitalista, cristão contra o lado ateu, comunista.

Pode-se concluir, que a participação do exército consolidou-se com a mudança constitucional de 1891, que atribuiu a ele o papel de guardião das instituições, antes reservado à Guarda Nacional imperial. A participação política da força armada teve um crescendo notório e serviu de base para a manutenção e sustentação dos governos das

oligarquias brasileiras nos momentos de ruptura interna a elas e também para a imposição de políticas antipopulares pelo meio do uso da força. E também que o exército manteve, deu sustentação e controlou a derrubada da ditadura do Estado Novo, fazendo a transição para a democracia e elegendo um presidente militar, o general Eurico Gaspar Dutra.

Pode-se concluir também que o livro do general Golbery do Couto e Silva é a expressão e a sistematização da participação da força armada na política brasileira e que apresenta um projeto político de poder a partir da força militar, que assume o lado do chamado Ocidente cristão e capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América contra o chamado Oriente ateu e comunista, liderado pela então União Soviética e seus aliados internos. E que a guerra contra esse perigo é a adoção de uma política forte de Segurança Nacional aliada aos movimentos dessa mesma guerra em escala mundial.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma breve história da geopolítica**. Cenegri Edições. Rio de Janeiro, 2011.
- BANDEIRA, Moniz, Melo, Clóvis, ANDRADE, A. T. **O ano vermelho** – A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- BARONE, JOÃO. **1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2013.
- BERNARDINO, Luis Manuel Brás. **O Instrumento Militar como produtor de Segurança e de Desenvolvimento nos Países de Língua Portuguesa**: contributos para uma Estratégia de Segurança Nacional. Lisboa.2010. Disponível em: <http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD_1B_texto_pdf_luis_bernardino.pdf> Acesso em: 21 out. 2018.
- BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf> Acesso em: 6 maio 15.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo 411/412 – Distrito Federal – Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil**.1947. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>. Acesso em: 03 mai. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Criação da Escola Superior de Guerra**.1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm> Acesso em: 03 mai. 2018.
- CAMPANA, Priscila. **O mito da Consolidação das Leis Trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro**. In Revista Jurídica - CCJ/FURB, nº 23. 2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/835/657>>. Acesso em 8 de nov. 2018.
- CPDOC/FGV. **Afonso Arinos de Melo Franco**. [2018a]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>>. Acesso: 21 out. 2018.
- CPDOC/FGV. **João Alberto Lins de Barros**. [2018b] Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>>. Acesso: 5 set. 2018.
- CPDOC/FGV. **Resultado das eleições de 1945**. [2018c]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>>. Acesso: 10 nov. 2018.

CPDOC/FGV. **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**. [2018d]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>. Acesso: 10 nov.2018.

CPDOC/FGV. Partido Comunista Brasileiro (PCB). [2018e]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>> Acesso: 10 nov.2018.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

DREIFUS, Rene Armand. **1964 – A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ESTRADA, Osório Duque. **A ABOLIÇÃO**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000025.pdf>>. Acesso em 8 nov. 2018.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: Editorial Harbra, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

Fundação Getúlio Vargas. **Atlas histórico do Brasil**. Silva, Golbery do Couto e. São Paulo: 2015, disponível em: <http://atlas.fgv.br/verbete/5015>. Acesso em: 21 out 2018

HITLER, Adolf. **Mein Kampf** (Minha Luta). 1926. Disponível em: < <http://sanderlei.com.br/PDF/Adolf-Hitler/Adolf-Hitler-Mein-Kampf-PT.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELO, Leonel Itaussu A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

NASSER, David. **Falta alguém em Nüremberg: torturas da polícia política de Felinto Strubling Müller**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Department International of Law. Multilateral Treaties. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html>> Acesso em: 21 out 2018.

SEIXAS, Ivan A. de. A Operação Condor, muito antes de 1975. p. 68-90. In: INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DERECHOS HUMANOS (IPPDH) DEL MERCOSUR; Comisión Permanente de Memória, Verdad Y Justicia de Reunión de Altas Autoridades em Derechos Humanos y Cancillerias del Mercosur y Estados Asociados (RAADH). **A 40 años del Condor**. Buenos Aires. 2015. Disponível em: <<http://www.ippdh.mercosur.int/wp->

<content/uploads/2016/01/A-40-a%C3%B1os-del-C%C3%B3ndor1.pdf>> Acesso em: 14 mar 2018.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Hélio. **O poder Militar**. Porto Alegre: Editora: L&PM, 1984.

SILVA, Hélio. **1889 – A República não esperou amanhecer**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. 1937. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-v/view>>. Acesso em: 25 abr. 2018.